

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



Senhores(as) Acionistas,

A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”, “Bolsa” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas em 2016.

DESTAQUES DO ANO

O ano de 2016 destaca-se como um dos mais importantes na história da Companhia tendo em vista a aprovação pelos acionistas, em maio, da proposta de combinação de atividades com a Cetip. Essa operação, que também já foi aprovada pelos acionistas da Cetip e está em processo de avaliação pelos reguladores¹, representa um importante passo estratégico. A expansão e diversificação do portfólio de produtos e serviços da Companhia criará uma empresa de infraestrutura de mercado ainda mais completa, de classe mundial, e capaz de atender de maneira ainda mais eficiente os seus clientes. A Companhia tem trabalhado no planejamento preliminar da integração de atividades, sempre respeitando os limites estabelecidos pela regulação, enquanto aguarda a conclusão da avaliação da combinação pelos reguladores, sendo que os recursos financeiros necessários para concluir essa transação já foram obtidos.

No cenário político e econômico que nos cerca, o ano de 2016 foi marcado por mudanças políticas e de expectativas econômicas bastante significativas, tanto internacionalmente como no Brasil. Eventos como o voto popular a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, a recuperação dos preços de algumas commodities e, por fim, o resultado das eleições nos Estados Unidos da América trouxeram grande volatilidade e aumento do grau de incerteza nos mercados globais. No Brasil, o ano teve início com expectativas bastante negativas em relação ao nível de atividade econômica e ao desequilíbrio fiscal do país. A gravidade da crise e as expectativas negativas sobre seu aprofundamento e duração estavam diretamente relacionadas ao cenário político no Brasil, o qual culminou no processo de impeachment da Presidente da República. Parte dessas expectativas negativas se confirmaram e a economia teve seu terceiro ano de recessão. Entretanto, com a transição política e nova orientação na gestão da economia, houve melhora no cenário de médio e longo prazo. Uma série de medidas de ajustes e reformas estruturais foram anunciadas com o objetivo de endereçar os desequilíbrios do país e restaurar a confiança de empresários, consumidores e agentes do mercado financeiro. Com isso, observou-se uma melhora relevante das expectativas sobre a capacidade do governo de endereçar o déficit fiscal e aprovar as reformas anunciadas, a retomada do crescimento, e a estabilização da inflação em níveis mais baixos.

Essa melhora nas expectativas, mesmo com a economia ainda em recessão, teve impacto direto no desempenho do mercado de ações do segmento Bovespa, que apresentou aumento tanto no giro de mercado como na capitalização de mercado das companhias listadas. No caso do mercado de derivativos do segmento BM&F, o aumento de volume foi neutralizado pela queda do preço médio cobrado pela Companhia, principalmente em decorrência de mudanças significativas no mix de contratos negociados, com aumento da participação de Mini contratos que possuem preço inferior à média.

A BM&FBOVESPA seguiu focada nos seus principais projetos, e houve avanços significativos no projeto da nova Clearing BM&FBOVESPA, que integrará as infraestruturas de pós-negociação, e na implantação do modelo de risco CORE para o mercado de ações, os quais terão impacto transformacional para a Companhia e para o mercado. A segunda fase dessa iniciativa, que contempla o mercado de ações, deve ser concluída em 2017. Além disso, a Companhia seguiu investindo no aprimoramento de seus produtos e mercados, com destaque para o desenvolvimento de derivativos atrelados à inflação.

Houve também avanço na execução da estratégia da Companhia para a América Latina, com a realização de investimentos minoritários na Bolsa Mexicana de Valores, Bolsa de Valores da Colômbia e na Bolsa de Valores de Lima, essa última já em 2017, além do aumento da participação na Bolsa de Comercio de Santiago. Esses investimentos buscam construir relacionamentos de longo prazo com essas bolsas, com o objetivo de explorar oportunidades de cooperação e desenvolvimento dos mercados da região.

A estratégia da BM&FBOVESPA, seja no contexto da combinação de negócios com a Cetip, seja nos investimentos em projetos, ou ainda nas iniciativas de produtos, comerciais e de gestão de riscos, busca permitir a captura de oportunidades de crescimento, fortalecer o relacionamento com clientes, reguladores e participantes do mercado e

¹ Pendente de avaliação regulatória da Comissão de Valores Mobiliários- CVM, Banco do Central do Brasil – BCB e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

contribuir com o desenvolvimento do mercado brasileiro, tendo como meta a geração crescente de valor para os seus acionistas no longo prazo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Derivativos Financeiros e de Mercadorias (“Segmento BM&F”)

O volume médio diário negociado no mercado de derivativos financeiros e de mercadorias atingiu 3,2 milhões de contratos em 2016, alta de 12,4% em comparação com 2015, reflexo do crescimento de 87,7% do volume negociado de Mini contratos.

O grupo de Mini contratos é composto substancialmente por Mini de índice de ações (62,0%) e Mini de câmbio (37,9%), que apresentaram crescimentos de 66,2% e 138,0%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano anterior, refletindo ampliação da atuação de investidores pessoa física e não residentes, em especial aqueles caracterizados como de alta frequência, nesse tipo de contrato.

Volume Médio Diário (milhares de contratos)

	2012	2013	2014	2015	2016	CAGR (2012-16)	Var. 2016/2015
Taxas de juros em R\$	1.925,7	1.856,7	1.417,4	1.458,4	1.447,7	-6,9%	-0,7%
Taxas de câmbio	493,9	494,1	493,9	463,9	411,9	-4,4%	-11,2%
Índices de ações	143,1	113,6	118,6	100,9	96,1	-9,5%	-4,7%
Taxas de juros em US\$	149,8	155,9	219,6	289,2	253,1	14,0%	-12,5%
Commodities	11,2	9,2	10,2	7,6	7,4	-10,0%	-3,4%
SUBTOTAL	2.723,8	2.629,4	2.259,7	2.320,1	2.216,1	-5,0%	-4,5%
Mini contratos	165,7	208,2	310,6	520,3	976,5	55,8%	87,7%
TOTAL	2.889,5	2.837,7	2.570,4	2.840,4	3.192,5	2,5%	12,4%

Excluindo o efeito dos Mini contratos no ADV total, o volume médio diário negociado teria atingido 2,2 milhões de contratos em 2016, 4,5% de queda na comparação com o ano anterior, refletindo redução do volume negociado em todos os grupos de contratos, observada com mais intensidade nos contratos de Taxa de câmbio e Taxa de juros em US\$.

A Receita por contrato (RPC) média apresentou queda de 13,3% na comparação com 2015, principalmente como resultado da maior participação dos Mini contratos no volume total (de 18,3% em 2015 para 30,6% em 2016), uma vez que a RPC média desses contratos é substancialmente menor que a RPC média dos demais contratos do segmento. Além disso, houve aumento na participação das operações *day trade* e de investidores de alta frequência, para os quais os preços cobrados também são inferiores, impactando negativamente a RPC média.

RPC média (R\$)

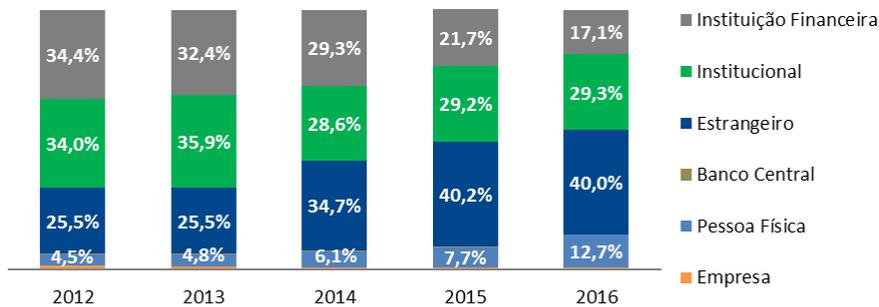
	2012	2013	2014	2015	2016	Var. 2016/2015
Taxas de juros em R\$	1,004	1,046	1,120	1,150	1,161	1,0%
Taxas de câmbio	2,205	2,535	2,669	3,671	3,846	4,8%
Índices de ações	1,524	1,761	1,774	2,128	1,827	-14,1%
Taxas de juros em US\$	1,015	1,231	1,294	1,840	1,794	-2,5%
Commodities	2,239	2,534	2,390	2,530	2,257	-10,8%
MÉDIA (Ex Minis)	1,253	1,373	1,515	1,787	1,765	-1,2%
Mini contratos	0,116	0,119	0,117	0,218	0,246	13,0%
MÉDIA GERAL	1,189	1,281	1,346	1,500	1,300	-13,3%

Excluindo o impacto dos Mini contratos, a RPC média seria 1,2% inferior à verificada em 2015, influenciada principalmente pela: (i) queda da RPC dos contratos de Índice de ações, devido ao aumento da participação das operações *day trade* nesse grupo de contratos; e (ii) queda da RPC dos contratos de Taxa de juros em US\$, devido à redução no prazo médio desses contratos.

Quanto à atuação dos diferentes grupos de investidores no mercado de derivativos financeiros e de mercadorias, os investidores pessoas físicas ampliaram o volume negociado em 88,2%, aumentando a sua participação no volume total de 7,7% em 2015 para 12,7%, sendo que esse crescimento foi concentrado na negociação de Mini contratos, conforme mencionado acima. Os investidores estrangeiros e institucionais, os mais representativos do segmento, aumentaram o volume médio de contratos negociados em 13,9% e 14,6%, respectivamente em 2016, porém suas participações no volume total mantiveram-se praticamente estáveis no período. Por outro lado, o volume negociado por instituições

financeiras caiu 9,8% e sua participação no total foi reduzida de 21,7% para 17,1% no período, reflexo do processo de redução da exposição a risco de algumas dessas instituições verificado ao longo dos últimos anos.

Participação no Volume Médio Diário por Tipo de Investidor (%)



Ações e Derivativos de Ações (“Segmento Bovespa”)

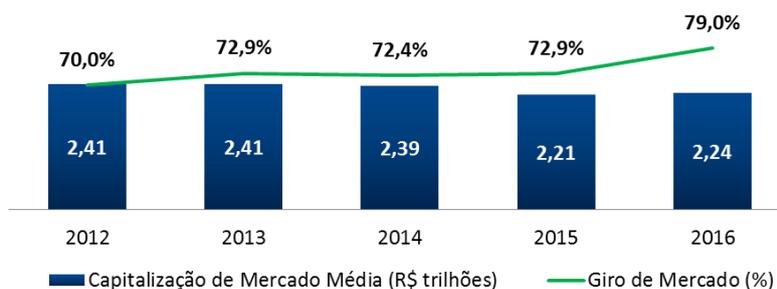
O volume médio diário negociado no mercado de ações e de derivativos de ações (opções e termo) atingiu R\$7,4 bilhões em 2016, aumento de 9,2% na comparação com o ano anterior. Essa alta reflete, principalmente, o crescimento de 8,6% nos volumes do mercado à vista, que representam 95,9% do total.

Volume Médio Diário Negociado (R\$ milhões)

Mercados	2012	2013	2014	2015	2016	CAGR 2012-2016	Var. 2016/2015
À vista	6.861,3	7.094,5	6.975,8	6.552,1	7.115,4	0,9%	8,6%
Termo	103,4	91,5	82,4	66,5	64,8	-11,0%	-2,6%
Opções	280,1	230,3	233,1	170,3	233,9	-4,4%	37,4%
Total	7.250,7	7.417,7	7.292,5	6.792,8	7.416,5	0,6%	9,2%

A alta do volume no mercado à vista decorreu principalmente do aumento do giro de mercado², que passou de 72,9% em 2015 para 79,0% em 2016. Já a capitalização de mercado³ média do período atingiu R\$2,24 trilhões, alta de 1,4% na comparação com o ano anterior. Apesar da capitalização de mercado média ter se mantido praticamente estável, verificou-se forte recuperação dos preços das ações no segundo semestre do ano, o que é evidenciado quando se comparam os finais de períodos, nos quais a capitalização de mercado atingiu R\$2,47 trilhões ao final de 2016 versus R\$1,91 trilhão ao final de 2015, alta de 29,0%.

Capitalização de Mercado Média (R\$ trilhões) e Giro de Mercado (%)



Quanto à capitalização de mercado média por setor, o financeiro permaneceu como o mais representativo da bolsa, responsável por 34,2% do total. Os principais destaques em termos de desempenho foram os setores de Utilidade Pública e Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que apresentaram altas de 17,9% e 14,4%, respectivamente, sobre 2015.

² O giro de mercado é o resultado da divisão do volume negociado no mercado à vista no período pela capitalização de mercado média do mesmo período.

³ A capitalização de mercado é a multiplicação da quantidade de ações emitidas pelas empresas listadas por seus respectivos preços de mercado.

Capitalização de Mercado Média por Setor (R\$ bilhões)

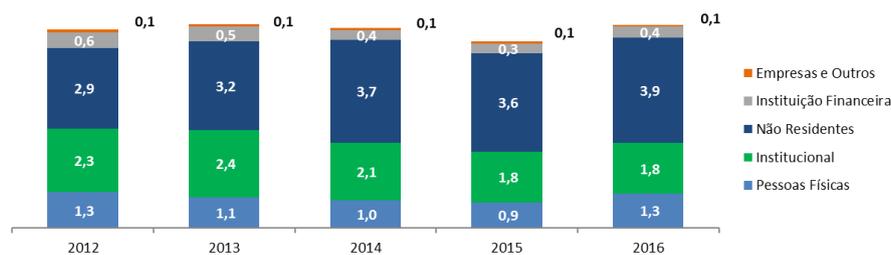
Setor*	2015	Total Part. 2015	2016	Total Part. 2016	Var. 2016/2015
Financeiro	733,1	33,1%	767,4	34,2%	4,7%
Consumo	646,7	29,2%	586,3	26,1%	-9,3%
Utilidade Pública	194,6	8,8%	229,4	10,2%	17,9%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	184,0	8,3%	210,4	9,4%	14,4%
Materiais Básicos	212,3	9,6%	203,6	9,1%	-4,1%
Bens Industriais	111,8	5,0%	102,5	4,6%	-8,3%
Telecomunicações	91,2	4,1%	89,9	4,0%	-1,5%
Outros**	41,6	1,9%	52,9	2,4%	27,0%
Total	2.215,4		2.242,5		1,2%

* Em 2016 houve uma reclassificação dos setores

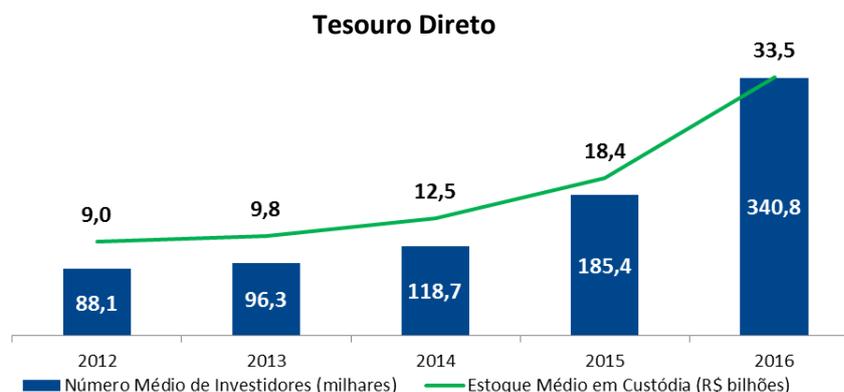
** Inclui os setores Saúde e Tecnologia da Informação

As margens de negociação e pós-negociação nesse segmento caíram de 5,275 pontos base em 2015 para 5,194 pontos base em 2016, queda de 1,5%, explicada, principalmente, pelo aumento da parcela do ADTV relacionada ao vencimento de opções de índices, sobre a qual não há incidência de tarifa de negociação e pós-negociação, e pela maior participação de *day trades*, que são elegíveis a descontos por faixas de volume.

Com relação à participação por grupos de investidores no segmento Bovespa, os investidores não residentes permaneceram como os mais representativos, com 52,1% do volume total negociado, seguidos pelos institucionais locais, com 24,8%. Na comparação com 2015, os grupos de investidores que apresentaram maior crescimento foram os investidores pessoas físicas que aumentaram o volume médio diário negociado em 34,9% e os investidores não residentes que aumentaram o volume médio diário negociado em 7,6%.

Evolução do Volume Médio Diário por Grupo de Investidores (R\$ bilhões)

Outras linhas de negócios
Tesouro Direto

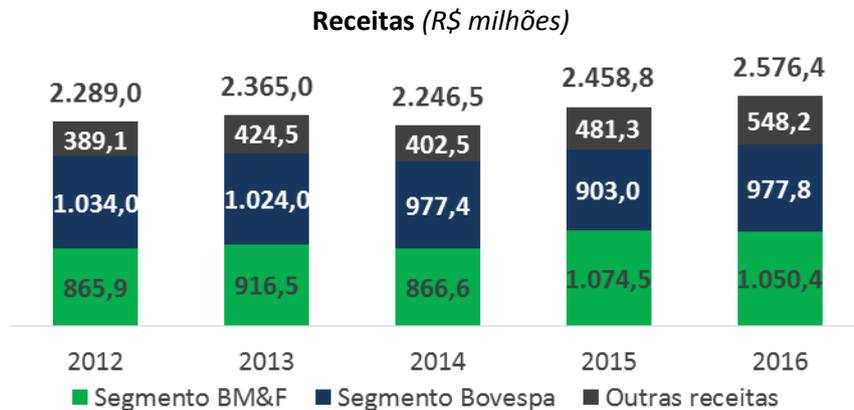
O Tesouro Direto segue sua trajetória de forte crescimento. O estoque médio registrado atingiu R\$33,5 bilhões em 2016, alta de 82,2% em comparação ao ano anterior, enquanto o número médio de investidores cresceu 83,8%, passando de 185,4 mil para 340,8 mil no mesmo período. Desenvolvido em parceria com o Tesouro Nacional, o Tesouro Direto continua sendo promovido pela BM&FBOVESPA por meio da adoção de programas de incentivo para o canal de distribuição e aprimoramentos operacionais.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receitas

A BM&FBOVESPA encerrou o ano de 2016 com Receita Total (antes das deduções de PIS/COFINS e ISS) de R\$2.576,4 milhões, alta de 4,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o aumento das receitas do segmento Bovespa e de outras linhas de negócios não relacionadas a volumes.



As receitas de negociação e pós-negociação dos segmentos BM&F e Bovespa representaram 77,2% da receita total do ano, atingindo R\$1.989,2 milhões, alta de 2,8% na comparação com 2015.

- **Receitas de negociação, compensação e liquidação no segmento BM&F:** somaram R\$1.050,4 milhões (40,8% do total), 2,2% inferior a 2015, reflexo da queda de 13,3% da RPC média, que não foi totalmente compensada pelo crescimento de 12,4% do volume médio negociado diário no período.
- **Receitas de negociação, compensação e liquidação no segmento Bovespa:** atingiram R\$977,8 milhões (38,0% do total), alta de 8,3% em comparação com o ano anterior. As receitas ligadas a volumes negociados (negociação e pós-negociação) somaram R\$959,2 milhões, 8,8% superior ao mesmo período do ano anterior, refletindo a alta de 9,2% do volume médio diário negociado.
- **Outras receitas:** receitas não ligadas a volumes negociados atingiram R\$548,2 milhões (21,3% do total) em 2016, alta de 13,9% sobre o mesmo período do ano anterior. Os principais destaques foram:
 - **Depositária, custódia e back-office:** totalizaram R\$177,7 milhões (6,9% do total), alta de 35,8% sobre 2015, resultado do aumento de 89,3% da receita do Tesouro Direto, que alcançou R\$65,6 milhões no ano e do reajuste de preços pela inflação para alguns serviços prestados pela depositária a partir de janeiro de 2016.
 - **Banco BM&FBOVESPA:** as receitas atingiram R\$39,8 milhões (1,5% do total), aumento de 13,2% sobre o ano anterior, principalmente devido ao aumento das operações de câmbio realizadas por clientes e do rendimento sobre as aplicações financeiras do Banco.
 - **Outras:** totalizaram R\$36,0 milhões (1,4% do total), 49,3% superior a 2015, resultado de item extraordinário de R\$16,9 milhões, sem impacto caixa, referente à reversão de provisão⁴ decorrente do redesenho do plano de saúde da Companhia, realizado em 2016, que impactou o passivo relacionado ao direito adquirido por funcionários que contribuíram com o plano de saúde no período de 2002 a 2009⁵.

Despesas

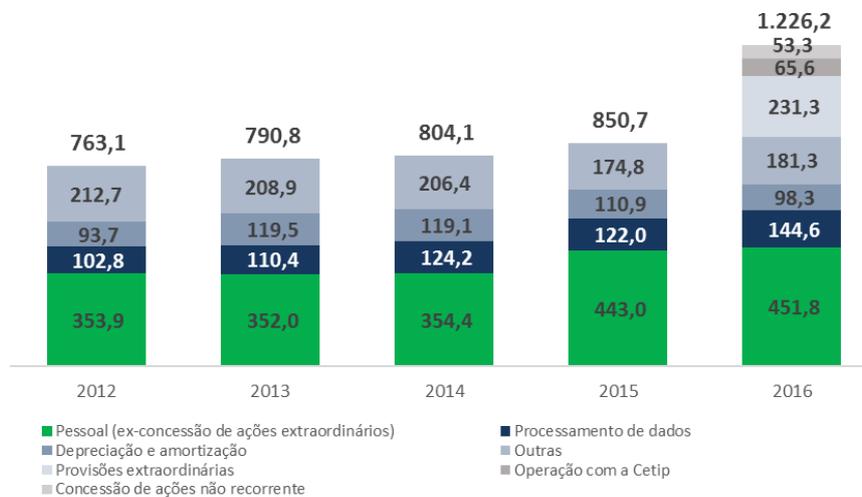
As despesas de 2016 totalizaram R\$1.226,2 milhões, alta de 44,1% em relação ao ano anterior, explicada, principalmente, por: (i) despesas extraordinárias, sem impacto caixa, relacionadas a provisões para processos judiciais de R\$231,3 milhões; (ii) despesas relacionadas à proposta de combinação de operações com a Cetip de R\$65,6

⁴ Nos termos do CPC 00, as eventuais reversões de provisões devem ser registradas como receitas nos exercícios futuros.

⁵ Conforme Lei nº 9.656/98 e entendimentos trazidos pela Resolução Normativa nº 279 da ANS (Agência Nacional de Saúde), de novembro de 2011, é assegurado ao funcionário que contribuir com qualquer quantia monetária para o plano de saúde oferecido pela Companhia, o direito de manter sua condição de beneficiário, em caso de demissão ou aposentadoria, desde que assuma o custo integral de seu plano. Os potenciais passivos a que se referem à provisão estão relacionados à diferença, ao longo do tempo, entre o custo médio do plano de saúde negociado pela Companhia e o custo médio estimado com o qual os beneficiários inativos arcariam caso não mantivessem a condição de beneficiários (subsídio indireto). No 4T12, a BM&FBOVESPA fez uma provisão de R\$27,5 milhões relacionada a esse potencial passivo.

milhões; e (iii) R\$51,5 milhões de despesas não recorrentes com concessão de ações. Excluindo esses itens extraordinários, as despesas totais teriam atingido R\$877,8 milhões, o que representaria aumento de 3,2% sobre 2015.

Despesas (R\$ milhões)



- Pessoal e encargos:** totalizaram R\$505,1 milhões em 2016, alta de 14,0% na comparação com 2015. Este aumento é resultado do impacto do dissídio anual de 8,6%, aplicado sobre a base salarial da Companhia a partir de agosto de 2016, e do crescimento das despesas com concessão de ações. Se excluído o impacto relacionado às despesas com plano de concessão de ações, a linha de pessoal e encargos teria somado R\$359,9 milhões, o que representaria alta de 4,6%.
 As despesas com o plano concessão de ações⁶ atingiram R\$145,2 milhões em 2016, alta de 46,7% sobre o ano anterior. Desse montante, as despesas recorrentes somaram R\$93,7 milhões, compostas por R\$48,9 milhões em principal e R\$44,8 milhões de provisionamento de encargos que serão recolhidos quando da entrega de ações aos beneficiários, o qual foi impactado pela alta no preço da ação da BM&FBOVESPA. Já as despesas extraordinárias – principal e encargos – somaram R\$51,5 milhões, compostas por: (i) R\$25,0 milhões relacionadas a rescisões; e (ii) provisão de R\$26,5 milhões por conta de adequação na metodologia de apropriação de despesas relacionadas às concessões de ações que ainda não cumpriram seu prazo de carência, conforme condições estabelecidas no plano de concessões de ações da Companhia.
- Processamento de dados:** somaram R\$144,6 milhões, alta de 18,5% em relação ao ano anterior, explicada, principalmente por: (i) reajustes de preços nos contratos de manutenção de TI; e (ii) impacto da apreciação do Dólar norte-americano frente ao Real, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015, dado que foi feito, nesses meses, hedge de fluxo de caixa⁷ para parte dos contratos denominados em moeda estrangeira e com competência em 2015 e 2016, respectivamente.
- Depreciação e amortização:** totalizaram R\$98,3 milhões em 2016, queda de 11,3% sobre 2015 devido a (i) conclusão da depreciação e amortização de equipamentos e sistemas; e (ii) aumento do período de vida útil utilizado para cálculo de depreciação e amortização de certos equipamentos e sistemas.
- Operação com a Cetip:** somaram R\$65,6 milhões em 2016, referente às despesas extraordinárias relacionadas à combinação de operações com a Cetip, sendo R\$50,3 milhões referentes aos custos de realização da operação⁸ e R\$15,3 milhões relacionado ao planejamento da integração de operações⁹ que ocorrerá após as avaliações regulatórias.
- Diversas:** totalizaram R\$316,5 milhões, aumento de 274,8% na comparação ano contra ano e incluem: (i) R\$183,9 milhões de provisão extraordinária referente à uma disputa judicial que teve sua chance de perda alterada de possível para provável; (ii) R\$47,4 milhões referente à provisão de honorários de sucesso advocatício (*success fee*)

⁶ A Companhia adotou, em 2015, o plano de concessão de ações como parte do plano de incentivos de longo prazo.

⁷ A Companhia designou parte de seu caixa em moeda estrangeira para cobertura dos impactos de variação cambial de compromissos firmes assumidos em moeda estrangeira com fornecedores ou prestadores de serviços, sendo que para os compromissos cujos pagamentos ocorreram em 2015, o hedge foi feito, principalmente, em janeiro de 2015, enquanto que para os pagamentos em 2016, o hedge foi feito, principalmente, em dezembro de 2015. Assim, as despesas relacionadas a esses compromissos e reconhecidas em 2015 tiveram como referência a taxa de câmbio de janeiro de 2015, enquanto aquelas reconhecidas em 2016 tiveram como referência dezembro de 2015 e foram impactadas pela desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015. Nas demonstrações financeiras, ver nota 4 – letra d – Hedge de Fluxo de Caixa.

⁸ Inclui despesas com publicações, auditores, avaliadores, advogados e demais profissionais contratados como assessores na operação de combinação com a Cetip.

⁹ Inclui despesas com consultorias contratadas para auxiliar no planejamento da integração de operações com a Cetip que está condicionada às avaliações regulatórias.

que, a partir do 3T16, passou a ser feita para processos jurídicos classificados como chance de perda possível ou remota, já que no caso de êxito desses processos a Companhia deverá realizar os pagamentos de *success fee* contratados ; e (iii) transferência de R\$18,0 milhões para a BM&FBOVESPA Supervisão de Mercado (“BSM”), ocorrida no 4T16, com o objetivo de custear as atividades dessa instituição.

Endividamento

A dívida bruta da Companhia no final de 2016 era de R\$5.463,6 milhões (incluindo o principal da dívida mais juros acumulados), sendo 91,8% dos vencimentos no longo prazo e 8,2% no curto prazo.

Em dezembro de 2016, para fazer frente às obrigações financeiras decorrentes da combinação de atividades com a Cetip, a BM&FBOVESPA aumentou o nível do seu endividamento por meio da emissão de debêntures e contratação de empréstimo em moeda estrangeira. As características do endividamento da Companhia estão detalhadas abaixo:

Emissão de Debêntures

Primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$3,0 bilhões, cuja liquidação financeira ocorreu em 15 de dezembro de 2016. Essa emissão tem prazo de 3 anos¹⁰, amortização de 50% ao final do segundo ano e 50% ao final do terceiro ano e os juros remuneratórios correspondem a 104,25% da taxa DI. O pagamento de juros será realizado semestralmente, no dia 1º de junho e dezembro de cada ano.

Empréstimo

Empréstimo no valor de US\$125,0 milhões, contratado em 15 de dezembro de 2016 a uma taxa de 2,57% a.a., com vencimento em 02 de janeiro de 2018 e amortizações mensais. O empréstimo faz hedge de fluxo de caixa com as receitas denominadas em dólares da Companhia, ao passo que vincula as amortizações mensais com a maior parte do fluxo de recebíveis dos contratos de derivativos denominados em dólares, quais sejam, os de Taxas de câmbio e Taxas de juros em US\$. Dessa forma, para o montante em dólar protegido pelo instrumento de hedge, eventuais ganhos ou perdas relacionadas às variações cambiais serão reconhecidas no patrimônio líquido, deixando de impactar diretamente os resultados trimestrais da Companhia tanto na receita da operação quanto na despesa financeira, transitando no resultado somente quando do vencimento do empréstimo. Com isso deverá diminuir a variação na receita de derivativos reportada em função de mudanças na taxa de câmbio.

Emissão de Dívida no exterior

Senior Unsecured Notes emitidas no exterior em julho de 2010 no valor de US\$612,0 milhões, com vencimento em julho de 2020 e cupons semestrais, em julho e janeiro, de 5,5%. Em março de 2016, a Companhia contratou swap do principal da dívida em moeda estrangeira, passando a manter posição vendida em taxa de juros local, a um custo efetivo de 79,1% do CDI aplicado sobre o saldo em reais na data do hedge (R\$2.210 milhões). Adicionalmente, em setembro de 2016, foram contratados NDFs (*non-deliverable forward*) para proteção contra variação cambial sobre juros semestrais da dívida em moeda estrangeira.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$152,0 milhões em 2016 e foi impactado, principalmente, pela contabilização da venda de participação acionária no CME Group, pela emissão de debêntures e pela contratação do empréstimo, conforme descrito abaixo:

Receita Financeira: totalizou R\$1.167,3 milhões no ano, alta de 56,5% em relação a 2015, explicada, principalmente pelo aumento do caixa médio no período, que inclui: (i) os recursos oriundos das vendas, em setembro de 2015 e abril de 2016, da totalidade das ações do CME Group detidas pela Companhia, cujo montante total era de R\$5.487,7 milhões; e (ii) os recursos oriundos da emissão de debêntures de R\$3,0 bilhões e da contratação do empréstimo equivalente a USD125 milhões, ambos realizados em dezembro de 2016.

Despesas financeiras: totalizaram R\$442,5 milhões em 2016, alta de 86,8% em relação ao ano anterior, principalmente explicada por: (i) R\$189,8 milhões referentes a operações de proteção (hedge) contra variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira com vencimento em 2020¹¹; (ii) R\$17,6 milhões referentes à apropriação dos juros do cupom

¹⁰ Caso a combinação de atividades com a Cetip não seja aprovada pelos reguladores, haverá resgate antecipado da totalidade das Debêntures.

¹¹ Em março de 2016, a Companhia contratou swap do principal da dívida em moeda estrangeira, passando a manter posição vendida em taxa de juros local. Em setembro de 2016, foram contratados NDFs (*non-deliverable forward*) para proteção contra variação cambial sobre juros semestrais da dívida em moeda estrangeira. Nas demonstrações financeiras, ver nota 4 – letra d – Hedge de Valor Justo e Hedge de Fluxo de Caixa.

da emissão de debêntures realizada em dezembro de 2016; (iii) R\$16,4 milhões referentes ao IOF incidente na internalização dos recursos da venda das ações do CME Group; e (iv) despesas no valor de R\$20,6 milhões relacionadas a manutenção de linhas de financiamento no valor de R\$2,7 bilhões contratadas, porém não utilizadas (*stand-by facility*), relacionadas à combinação de negócios com a Cetip.

Alienação das ações do CME Group: totalizou resultado negativo de R\$572,8 milhões em 2016, não recorrentes, sendo: i) R\$460,5 milhões, sem efeito caixa, relacionados à contabilização das variações no preço da ação do CME Group e na cotação do Dólar norte-americano versus o Real, entre setembro de 2015 e o dia do desinvestimento total no CME Group; e (ii) R\$112,3 milhões, com impacto caixa, referente ao PIS e COFINS incidentes sobre o ganho de capital gerado na venda de 4% das ações do CME Group.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A linha de imposto de renda e contribuição social somou R\$199,5 milhões (positivo), impactada, principalmente, por:

- (i) reversão de provisão de impostos a pagar no montante de R\$477,0 milhões¹² (positivo), resultante da reavaliação da composição do custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital tributável na alienação das ações do CME Group realizadas em setembro de 2015 e abril de 2016, o que resultou em reversão de parte das provisões contabilizadas;
- (ii) redução de imposto no valor de R\$306,0 milhões resultante da distribuição de R\$900,0 milhões em juros sobre capital próprio ao longo do exercício de 2016; e
- (iii) impacto negativo de R\$144,7 milhões em reversão de ativo referente a impostos acumulados no exterior, em decorrência da venda das ações do CME Group, uma vez que esse ativo fiscal só poderia ser compensado com ganhos no exterior.

O imposto caixa totalizou R\$21,5 milhões em 2016, dos quais R\$7,3 milhões pagos pelo Banco BM&FBOVESPA. Os itens que impactaram o imposto caixa foram:

- (i) imposto a pagar de R\$439,3 milhões sobre o ganho de capital na venda de ações do CME Group, já considerando o ajuste de base mencionado acima;
- (ii) mudança do regime tributário de variações cambiais registradas no balanço, de caixa para competência, que reduziu o imposto devido em R\$337,6 milhões; e
- (iii) redução de base fiscal, incluindo o benefício fiscal decorrente da amortização do ágio de R\$541,2 milhões.

Lucro Líquido

O lucro líquido (atribuído aos acionistas) atingiu R\$1.446,3 milhões, queda de 34,3% sobre 2015. Excluindo itens extraordinários, notadamente a reversão de provisão de imposto a pagar referente à alienação de ações do CME Group em 2016, o lucro líquido seria de R\$1.814,9 milhões¹³, o que representaria alta de 7,1% em relação ao ano anterior.

PRINCIPAIS ITENS DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

A situação patrimonial da BM&FBOVESPA permaneceu sólida ao final de 2016, com ativos totais de R\$31.155,9 milhões e patrimônio líquido de R\$19.076,4 milhões, altas de 18,4% e 3,9%, respectivamente, sobre 2015. Conforme mencionado acima, em dezembro de 2016, a Companhia captou recursos para fazer frente às obrigações financeiras da combinação de atividades com a Cetip, por meio da emissão de debêntures no valor de R\$3,0 bilhões e contratação de empréstimo no valor de US\$125,0 milhões, sendo que ambas operações impactaram o balanço patrimonial.

As principais variações no ativo, em comparação com 2015, ocorreram nas disponibilidades e aplicações financeiras (ativo circulante e não-circulante), que totalizaram R\$14.847,6 milhões, alta de 47,7% na comparação com 2015,

¹² Considerando a alienação total do investimento no CME Group durante o exercício de 2016, a BM&FBOVESPA revisou o tratamento tributário do ganho de capital da venda da totalidade dessas ações, incorporando a parcela das variações cambiais acumulada no período em que esse investimento era avaliado pelo método da equivalência patrimonial ao custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital. Essa revisão gerou a reversão de parte da provisão para imposto feita anteriormente. Ver nota explicativa 4c.

¹³ O lucro líquido de 2016 exclui os impactos extraordinários relacionados a alienação de ações do CME Group (R\$136,4 milhões, após impostos), operação com a Cetip (R\$43,3 milhões após impostos), despesa extraordinária com concessão de ações (R\$35,2 milhões, após impostos) e despesas extraordinárias com provisão para contingências e *success fees* (R\$155,0 milhões, após impostos). O lucro líquido de 2015 exclui os impactos extraordinários relacionados às despesas com impairment (R\$1.097,4 milhões, após impostos), descontinuidade do método de equivalência patrimonial (R\$1.130,4 milhões, após impostos) e a alienação do CME Group (R\$474,2 milhões, após impostos).

devido aos recursos captados em dezembro de 2016 e pela maior retenção da geração de caixa da Companhia, também para fazer frente às obrigações financeiras da combinação de atividades com a Cetip.

O passivo circulante atingiu R\$3.657,8 milhões, alta de 74,4% sobre dezembro de 2015 e representou 11,7% do passivo total e patrimônio líquido. As variações mais relevantes ocorreram nas linhas: (i) instrumentos financeiros derivativos, referente ao hedge do principal da dívida realizado no final de março de 2016, que totalizou R\$406,0 milhões (zero em dezembro de 2015), impactada pela apreciação do Real frente ao Dólar norte-americano; (ii) empréstimos que totalizou R\$373,9 milhões (zero em dezembro de 2015) composto por empréstimo de um ano de prazo em dólar contratado em dezembro de 2016; e (iv) dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$318,8 milhões referentes a juros sobre capital próprio pagos em 12 de janeiro de 2017. Além disso, o saldo de garantias depositadas em dinheiro por participantes do mercado, contabilizado na linha de garantias recebidas em operações, atingiu R\$1.653,8 milhões (R\$1.338,0 milhões em 2015).

Já o passivo não-circulante somou R\$8.421,7 milhões, alta de 43,7% sobre 2015 e representou 27,0% do passivo total e patrimônio líquido. As variações mais relevantes foram: (i) criação da linha Debêntures que somou R\$2.991,8 milhões; (ii) redução da linha emissão de dívida no exterior para R\$1.987,7 milhões (R\$2.384,1 milhões em dezembro 2015), que foi impactada pela valorização do Real frente ao Dólar norte-americano (contrapartida dessa variação está na linha instrumentos financeiros derivativos); (iii) redução na linha imposto de renda e contribuição social diferidos, composta principalmente pelo imposto diferido decorrente da amortização fiscal do ágio, para R\$2.976,1 milhões (R\$3.272,3 milhões em dezembro de 2015), em decorrência da baixa de R\$920,9 milhões em imposto diferido relacionado à venda das ações do CME Group, reconhecido em setembro de 2015; e (iv) aumento na linha de provisão para riscos devido a alteração da chance de perda de processos judiciais para provável e provisionamento de honorários de sucesso advocatício (“*success fee*”) relacionados a processos classificados como chance de perda possível ou remota.

O patrimônio líquido no final de dezembro de 2016 atingiu R\$19.076,4 milhões, 61,2% do passivo total e patrimônio líquido, composto principalmente, pela Reserva de Capital de R\$14.327,5 milhões e pelo Capital Social de R\$2.540,2 milhões.

OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Investimentos

Em 2016, foram capitalizados investimentos de R\$223,7 milhões, dos quais R\$210,3 milhões foram destinados à tecnologia e infraestrutura, em especial à fase de ações da nova Clearing BM&FBOVESPA. O total de investimentos ficou dentro do orçamento previsto para 2016 e anunciado em dezembro de 2015 que era de R\$200 milhões a R\$230 milhões.

Orçamentos de despesas ajustadas e investimentos para 2017

Em dezembro de 2016, a Companhia anunciou os intervalos dos orçamentos de despesas operacionais ajustadas¹⁴ e de investimentos previstos para 2017, como segue: (i) orçamento de despesas operacionais ajustadas de R\$675 milhões até R\$705 milhões; e (ii) orçamento de investimentos de R\$165 milhões até R\$195 milhões.

Os orçamentos de despesas ajustadas e de investimentos para 2017 serão revisados na hipótese de conclusão da operação de combinação de negócios com a Cetip S.A. – Mercados Organizados.

Distribuição de Proventos

Referente ao exercício de 2016, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de R\$900,0 milhões em juros sobre capital próprio.

OUTROS DESTAQUES

Desenvolvimentos de Tecnológicos e de Mercados

Combinação de atividade entre BM&FBOVESPA e Cetip: as tratativas para combinação de atividades entre as duas companhias, iniciadas no final de 2015, chegaram a bom termo em 2016. Em 8 de abril de 2016, os respectivos

¹⁴ Despesas ajustadas pela: (i) depreciação e amortização; (ii) plano de concessão de ações – principal e encargos – e de opções de ações; (iii) custo da operação e do planejamento da combinação dos negócios com a Cetip, que ainda está pendente de avaliações regulatórias; e (iv) provisões, transferência de multas e programas de incentivo a participantes do mercado.

Conselhos de Administração recomendaram a proposta de combinação das operações aos acionistas das companhias, os quais aprovaram a operação em 20 de maio de 2016. Nesse momento, a operação segue na fase de avaliação regulatória pela CVM, BACEN e CADE, e as companhias têm dedicado esforços ao planejamento da integração, respeitados os limites da regulação concorrencial. Foram criadas frentes de trabalho, visando que a integração mantenha a excelência operacional e tecnológica na prestação de serviços ao mercado e aos reguladores e proporcione o aprimoramento do atendimento aos usuários das infraestruturas, bem como a captura de eventuais sinergias. Além disso, para fazer frente às obrigações financeiras da operação, em dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA captou cerca de R\$3,4 bilhões que, em conjunto com os recursos da venda da totalidade das ações do CME Group, financiarão a parcela a ser paga em dinheiro aos acionistas da Cetip no processo de combinação.

Clearing BM&FBOVESPA (integração da pós-negociação): durante 2016 foram concluídas importantes etapas da segunda fase da nova Clearing Integrada da BM&FBOVESPA, que migrará os mercados de ações e renda fixa corporativa para uma nova infraestrutura integrada com os mercados de derivativos financeiros, de commodities e de balcão. Os testes integrados, iniciados no 4T15, foram finalizados no decorrer do ano e foi dado início à fase de produção paralela, que replica no novo ambiente de produção da Clearing BM&FBOVESPA todas as transações realizadas no ambiente de produção desses mercados. Desde julho de 2016, foram realizados 12 ciclos de produção paralela, os quais terão continuidade em 2017, e a expectativa é de que os sistemas e processos da BM&FBOVESPA e dos participantes de mercados atinjam os níveis de prontidão e estabilidade desejados em meados de 2017, quando então será possível concluir essa fase da integração.

Desenvolvimento de produtos e serviços: ao longo de 2016, a BM&FBOVESPA deu continuidade ao aprimoramento dos produtos oferecidos ao mercado. Para os contratos de Futuro de Cupom de IPCA, realizou a contratação de formadores de mercado, além de ter trabalhado no aprimoramento e na divulgação desse produto. Na frente de ETFs (*Exchange Traded Funds*), foram implementadas alterações na política de incentivo com a isenção de tarifas em operações de proteção realizadas pelos formadores de mercado e foi listado um novo ETF referenciado no Índice Bovespa (BOVV11), ampliando para 15 o número de ETFs disponíveis à negociação. O volume médio diário de negociação desse produto foi 33% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e atingiu R\$188,6 milhões. A Companhia ampliou o número de formadores de mercado, de 27 ao final de 2015 para 55 ao final de 2016, para opções sobre ações, ETFs, índices e derivativos financeiros e de mercadorias. Por fim, o Serviço de Ônus e Gravames, lançado no início de 2016, atingiu um estoque de registros de R\$6,7 bilhões em ativos utilizados como garantias ao final do ano. Por meio desse serviço é possível constituir ônus e gravames sobre ativos objeto de garantias bilaterais, antes realizados exclusivamente de forma notarial, no âmbito das centrais depositárias, trazendo maior agilidade com menor custo ao mercado.

Criação e eleição dos membros do Comitê de TI: O Conselho de Administração da BM&FBOVESPA criou o Comitê de TI para assessorá-lo em temas relacionados a tecnologia da informação. Suas atribuições incluem a análise e acompanhamento de novas tecnologias que possam representar oportunidades ou eventuais impactos nos negócios da Companhia, bem como o acompanhamento de indicadores que traduzam a percepção dos clientes sobre os serviços de TI oferecidos pela BM&FBOVESPA. O Comitê, que conta com 6 membros externos e 2 membros do Conselho de Administração, funcionará pelo prazo de 2 anos contado de dezembro de 2016, podendo o Conselho de Administração prorrogar o referido prazo de duração por iguais períodos sucessivamente.

Processo de evolução dos segmentos especiais de listagem: em março de 2016, a BM&FBOVESPA deu início à discussão sobre o aprimoramento dos regulamentos dos Segmentos Especiais de Listagem, realizando um estudo detalhado sobre as melhores práticas de governança corporativa adotadas em mais de 20 jurisdições e uma consulta pública com ampla participação de investidores, companhias listadas e entidades de classe. Após a consolidação dos resultados, a BM&FBOVESPA propôs novos regulamentos para o Novo Mercado e do Nível 2 e deu início à uma audiência pública com todo o mercado, a qual foi concluída em setembro de 2016. Com base nas manifestações recebidas e nas interações realizadas na audiência pública, a BM&FBOVESPA elaborou novas versões dos regulamentos do Novo Mercado e do Nível 2 e iniciou, em novembro de 2016, uma nova audiência pública, para discutir a nova proposta. Essa fase foi concluída em janeiro de 2017 e a Companhia está consolidando os comentários recebidos em uma nova versão do Novo Mercado e do Nível 2 para dar início à audiência restrita em março de 2017. Nessa fase, devem se manifestar somente as companhias listadas no Novo Mercado e no Nível 2, havendo período específico para que as companhias deliberem sobre as mudanças propostas.

Investimento em bolsas da América Latina: durante 2016 a BM&FBOVESPA adquiriu participação de 4,1% da Bolsa Mexicana de Valores, 9,9% da Bolsa de Valores da Colômbia e aumentou sua participação na Bolsa de Comercio de Santiago para aproximadamente 10,4%, totalizando investimento de R\$232 milhões. Esse movimento faz parte do projeto estratégico da Companhia de investir em participações minoritárias em bolsas de valores na América Latina, buscando explorar oportunidades de cooperação e desenvolvimento de produtos e serviços. Adicionalmente, em janeiro de 2017, a BM&FBOVESPA adquiriu 8,59% das ações ordinárias (equivalente a 8,19% do capital total) na Bolsa de Valores de Lima, pelo equivalente a R\$49 milhões, além de indicar um representante para compor o conselho de administração desta.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E GESTÃO DE RISCO

A BM&FBOVESPA busca manter a excelência de suas práticas de governança corporativa, assegurando o alinhamento de interesses entre a Companhia e seus administradores, acionistas, participantes de seus mercados e demais partes interessadas (“*stakeholders*”).

A relevância das boas práticas de governança para o sucesso de longo prazo da BM&FBOVESPA faz-se ainda mais presente em virtude de sua estrutura de capital pulverizada, sem a existência de um acionista controlador ou grupo de acionistas controladores, bem como em razão de sua responsabilidade institucional com o desenvolvimento dos mercados que administra.

Entre os principais destaques da estrutura de governança da Companhia estão a listagem no Novo Mercado, o Conselho de Administração composto majoritariamente por membros independentes, conforme Instrução CVM 461/07, e a existência, atualmente, de sete comitês de assessoramento ao Conselho, destacando o Comitê de Auditoria e o Comitê de Riscos e Financeiro.

Em 2016, a BM&FBOVESPA recebeu, pela sétima vez, o Troféu Transparência, concedido pela Anefac (“Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade”).

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da BM&FBOVESPA tem a missão de prover ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, bem como sobre a adequação dos controles internos e cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia e de suas controladas.

Alinhado às melhores práticas internacionais e à forte cultura de gerenciamento de riscos da BM&FBOVESPA, desde 2015 a Companhia possui a certificação da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna, que reconhece as corporações que adotam as melhores práticas e os padrões internacionais de auditoria interna mantidos pelo The Institute of Internal Auditors (The IIA).

Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo

A BM&FBOVESPA adota o modelo de quatro linhas de defesa para gerenciamento de seus riscos e controles. Nesse modelo, a primeira linha, principal responsável por conduzir procedimentos de mitigação de riscos e de controles internos, é a própria área de negócio. A segunda linha de defesa inclui funções de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance realizadas pelas áreas da Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo, que atuam como suporte das áreas de negócio e auxiliam os administradores da Companhia na tomada de decisões. A terceira linha refere-se à auditoria interna, atuando de forma independente do ambiente de controles internos. Por fim, a quarta linha de defesa engloba as atividades de revisão de demonstrações financeiras por uma Auditoria Externa independente e de supervisão regulatória pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

A Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo, que reporta-se diretamente ao Diretor Presidente, provê informações que subsidiam a atuação do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração. Suas principais atribuições são:

- Processos e Riscos Corporativos: estabelecer estrutura abrangente para habilitar e apoiar o desenvolvimento contínuo dos processos da organização de forma padronizada, prover mecanismos para gerenciar o portfólio dos processos, realizar sua manutenção e melhoria contínua, bem como identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos corporativos e propor medidas para redução destes;
- Controles internos: avaliar e monitorar periodicamente o ambiente de controles da Companhia;

- Compliance: auxiliar no cumprimento, na conformidade e na aplicação de regulamentos internos e externos impostos às atividades da Companhia;
- Continuidade de negócios: identificar e avaliar os requisitos legais e regulatórios para a continuidade dos negócios, bem como as ameaças internas e externas que possam comprometer a continuidade das operações da Companhia. Desenvolver estrutura de gerenciamento e resposta a crises, realizar treinamentos, testes e análises que garantam a manutenção e o bom funcionamento dos planos de continuidade;
- Riscos financeiros e modelagem: validar os parâmetros e metodologias elaborados pelas áreas operacionais de tratamento de risco de contraparte central e financeiros e avaliar o impacto de possíveis cenários políticos, sociais e econômicos na receita operacional da Companhia;
- Segurança da informação: planejar e estruturar as estratégias e ações a serem tomadas, visando a prevenção da perda e proteção dos ativos (pessoas, processos e tecnologia) da Companhia.

Risco de Contraparte Central – Gestão de Risco

As operações realizadas nos mercados administrados pela BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2016, as garantias depositadas pelos participantes totalizavam R\$266,6 bilhões, volume 12,7% inferior ao total depositado ao final de 2015.

O volume de garantias depositadas cresceu na clearing de ações e renda fixa privada, resultado do aumento da capitalização de mercado média no segmento Bovespa. Por outro lado, verificou-se redução no montante de garantias depositadas na clearing de derivativos em função da queda do volume de contratos em aberto de Taxas de juros em US\$, Taxas de câmbio e Índice de ações.

Garantias Depositadas

Clearings (em R\$ milhões)	31/12/2015	31/12/2016	Var.
Ações e Renda Fixa Privada	69.484,6	90.393,0	30,1%
Derivativos	226.577,6	169.705,2	-25,1%
Câmbio	8.819,8	6.354,5	-28,0%
Ativos	280,2	100,2	-64,2%
Total	305.162,3	266.552,9	-12,7%

RECURSOS HUMANOS

A BM&FBOVESPA tem ampliado esforços e iniciativas na gestão do clima organizacional e na capacitação de seus funcionários e líderes.

A partir dos resultados da Pesquisa Opinião de Valor realizada em 2015, em parceria com o Great Place to Work®, foram definidas 97 prioridades de clima a serem trabalhadas na empresa, que deram origem a um plano de ação para cada área. A etapa de construção dos planos de ação contou com mais de 400 pessoas envolvidas e, até dezembro de 2016, tinha mais de 160 iniciativas em fase de implementação.

Na frente do programa Jornada de Líderes, cujo objetivo é capacitar os gestores nos principais processos de gestão de pessoas da Companhia, ocorreram diversas iniciativas, entre elas palestras motivacionais e workshop sobre capacitação e desenvolvimento. No total, passaram pelo programa aproximadamente 200 gestores ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com 1.338 funcionários.

SUSTENTABILIDADE E INVESTIMENTO SOCIAL

Um dos destaques do ano foi o reconhecimento da BM&FBOVESPA, pela ONU, como uma das dez “2016 Local SDG Pioneers” no mundo. Na agenda de mudanças climáticas, o CDP - Driving Sustainable Economies elegeu a BM&FBOVESPA como uma das 16 empresas brasileiras com as melhores práticas de gestão responsável em mudanças climáticas.

Foi lançada a segunda edição do Guia “Novo Valor - Sustentabilidade nas Empresas: Como Começar, Quem Envolver e o Que Priorizar” para empresas listadas, com a inclusão de indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) alinhados a diretrizes internacionais. Foi lançada, ainda, uma adaptação do guia para empresas de capital fechado, para orientá-las a como adotar esta agenda.

No ano, a BVSA - Bolsa de Valores Socioambientais foi escolhida como parceira da Bloomberg Tradebook no Charity Day Brasil 2016, que angaria fundos para causas sociais apoiadas pela empresa ao redor do mundo. Desde sua criação em 2003, a BVSA já arrecadou mais de R\$17,2 milhões, destinados a 158 projetos de todo o Brasil.

AUTORREGULAÇÃO

No âmbito do convênio de cooperação firmado com a CVM para o acompanhamento das informações divulgadas pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA, foram examinadas mais de 22 mil e realizadas quase 2 mil demandas por não aderência à regulamentação vigente.

Para o controle e acompanhamento de nossos processos e das informações requeridas dos emissores passamos a utilizar novas ferramentas tecnológicas, possibilitando o envio automático de informações recebidas dos emissores para o mercado, o que propiciou ganhos de produtividade e maior agilidade na divulgação dessas informações.

Em agosto de 2015, passou a ser plenamente aplicável o atual Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, que contempla alteração no escopo do *enforcement* da BM&FBOVESPA sobre obrigações aplicáveis aos emissores listados no que tange a divulgação de informações. Diante disso, ao longo de 2016, foram realizadas mais de 650 notificações e aplicadas mais de 600 sanções.

Adicionalmente, a supervisão e fiscalização dos Participantes dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA é realizada pela BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados (BSM).

AUDITORIA EXTERNA

A Companhia e suas controladas contrataram a Ernst & Young Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras.

A política para contratação dos serviços de auditoria externa pela Companhia e suas controladas fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência dos trabalhos dessa natureza e consistem nas seguintes práticas: (i) o auditor não pode desempenhar funções executivas e gerenciais na Companhia nem nas controladas; (ii) o auditor não pode exercer atividades operacionais na Companhia e nas controladas que venham a comprometer a eficácia dos trabalhos de auditoria; e (iii) o auditor deve manter a imparcialidade – evitando a existência de conflito de interesse e a perda de independência – e a objetividade em seus pareceres e sobre as demonstrações financeiras.

Em 2016, no contexto da combinação de atividades entre a BM&FBOVESPA e a CETIP que está em fase de análise pelos órgãos reguladores, foram prestados, pelos auditores independentes, serviços não relacionados ao contrato de auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Foram prestados os serviços de assecuração razoável e emissão de relatório sobre as informações financeiras pro forma da BM&FBOVESPA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Instrução nº 565 da CVM) e a auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 da Companhia São José Holding (antiga Netanya Empreendimentos e Participações S.A). Ambos serviços foram contratados em 11 de abril de 2016 e totalizaram R\$85 mil (7,1% em relação ao contrato de auditoria externa).

A política de atuação na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor.

Justificativa dos Auditores Independentes – Ernst & Young Auditores Independentes

A prestação dos serviços não relacionados à auditoria externa não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames e das revisões de auditoria externa efetuados. A política de atuação com a Companhia na prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, os quais foram observados na prestação dos serviços acima mencionados.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O foco do presente Relatório da Administração foi o desempenho e os principais desenvolvimentos realizados pela BM&FBOVESPA no ano de 2016. Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, deve-se consultar o Formulário de Referência disponível no site de Relações com Investidores da BM&FBOVESPA (<http://ri.bmfbovespa.com.br>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

AGRADECIMENTOS

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos funcionários, por todo o empenho dispensado ao longo do ano, bem como aos seus fornecedores, acionistas, instituições financeiras, clientes e demais partes interessadas pelo apoio recebido em 2016.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Aos Administradores e Acionistas da
**BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores,
Mercadorias e Futuros**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Companhia”), identificadas como BM&FBOVESPA e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para nossa opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Ambiente de tecnologia

Devido ao volume de transações e pelo fato de as operações da BM&FBOVESPA serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à complexidade das plataformas de negociação, compensação e liquidação inerentes a natureza do seu negócio, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGC incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da BM&FBOVESPA. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuarmos testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles. Adicionalmente, avaliamos se as diretrizes do plano de continuidade de negócios seguem padrões de mercado e se os incidentes reportados ao longo do ano foram encaminhados ao Comitê de Continuidade de Negócios.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos.

Nossos testes no desenho e operação dos ITGC, bem como dos controles automatizados e dos controles dependentes de TI, considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para planejarmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

2. Papel de contraparte central garantidora do mercado

A BM&FBOVESPA é uma bolsa multiativos e multimercado verticalmente integrada, modelo em que um único agente é responsável por todas as fases do processo de negociação e pós-negociação do mercado. Sendo assim, a Companhia atua como central depositária de ativos, câmara de compensação e liquidação e contraparte central. Em seu papel de contraparte central garantidora, a BM&FBOVESPA se torna, para fins de liquidação, compradora de todos os vendedores e vendedor para todos os compradores. Isso requer que a BM&FBOVESPA estabeleça mecanismos para estimar e cobrir eventuais perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes.

Em 31 de dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA possui R\$267 bilhões em garantias depositadas pelos participantes, conforme descrito na nota explicativa 17. Consideramos essa área como um principal assunto de auditoria por conta do montante envolvido e seu papel como Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF).



Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das atividades das câmaras, com foco nos processos de Modelagem de Risco, Risco de Contraparte Central, Administração de Colaterais e Apreçamento. Nestes processos, avaliamos os aspectos de estrutura organizacional e governança, definição de estratégia e limites, políticas e metodologias de medição. Nós também identificamos e avaliamos o desenho e eficácia operacional dos principais controles relacionados à precificação, cálculo e chamada de margem.

Considerando a metodologia utilizada pela BM&FBOVESPA, efetuamos recálculo independente da margem requerida em determinados cenários e períodos, além de recalcularmos a alocação de colaterais. Analisamos também a reconciliação das informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios dos sistemas operacionais em 31 de dezembro de 2016, além de checar os extratos de custódia de uma amostra de ativos.

Envolvemos nossos profissionais de riscos e controles na execução desses procedimentos.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre o teste das garantias depositadas pelos participantes do mercado foram consistentes com os avaliados e divulgados pela Administração, conforme nota explicativa 17 às demonstrações financeiras, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Teste de recuperabilidade do ágio da Bovespa Holding S.A.

A Companhia possui R\$ 14,4 bilhões registrados em seu balanço patrimonial referentes ao ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding. Consideramos o tema como um principal assunto de auditoria devido à relevância do montante registrado e pelo teste de recuperabilidade desse ativo ser complexo e envolver alto grau de julgamento por parte da Administração na determinação das premissas relacionadas ao desempenho futuro da Unidade Geradora de Caixa (UGC), conforme descrito na nota explicativa 9.



Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia e dos modelos utilizados pela Administração na avaliação do ágio, incluindo a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas no teste de recuperabilidade. Avaliamos a consistência dos dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado. Realizamos um cálculo independente da taxa de desconto, utilizando nossas premissas de prêmio de mercado, beta de empresas comparáveis e risco país, entre outros. Nós envolvemos nossos profissionais de *valuation* nestes procedimentos.

Também comparamos a assertividade de projeções realizada pela Administração em anos anteriores em relação ao desempenho atingido pela BM&FBOVESPA. Analisamos o comportamento das principais premissas adotadas diante de cenários de estresse, de forma a antecipar sensibilidades da metodologia.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre o teste de recuperabilidade do ágio foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Administração da BM&FBOVESPA sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras.

4. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 14, a BM&FBOVESPA e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lixeira, assim como por parte da administração da BM&FBOVESPA, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas como um principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos da Companhia para 31 de dezembro de 2016 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliamos os prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvemos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos.

Analizamos também as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras.

5. Alienação de participação societária no CME Group

Conforme descrito na nota explicativa 4, com objetivo de obter recursos para fazer frente à proposta de combinação de negócios com a CETIP S.A. - Mercados Organizados, em 13 de abril de 2016 a Companhia alienou a totalidade das ações do CME Group.

Os montantes envolvidos na transação e os efeitos sobre a posição financeira e os resultados da Companhia foram relevantes, razão pela qual consideramos o tema como um principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da liquidação financeira da transação, o recálculo da variação cambial sobre o investimento, o registro da baixa e o reconhecimento do efeito da transação nos resultados do exercício. Além disso, avaliamos a adequação dos principais efeitos contábeis originados da desmontagem da estrutura de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre a contabilização da alienação das ações no CME Group foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Administração da BM&FBOVESPA sobre a alienação das ações do CME Group conforme nota explicativa 4 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ▶ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- ▶ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- ▶ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ▶ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/0-6

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante		13.090.306	8.614.990	11.612.517	8.673.786
Disponibilidades	4(a)	331.978	451.081	319.124	440.845
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	4(b)	12.426.337	7.728.007	10.964.214	7.798.529
Instrumentos financeiros derivativos	4(d)	5.600	-	5.600	-
Contas a receber	5	90.896	74.273	91.645	75.129
Outros créditos	6	14.030	160.378	10.289	157.974
Tributos a compensar e recuperar	19(d)	179.553	175.007	179.694	175.011
Despesas antecipadas		41.912	26.244	41.951	26.298
Não-circulante		17.612.629	17.296.676	19.543.358	17.635.109
Realizável a longo prazo		1.699.835	1.512.136	3.749.282	1.961.426
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	4(b)	1.517.478	1.368.977	3.564.243	1.815.620
Depósitos judiciais	14(h)	162.278	140.119	162.760	140.567
Outros créditos	6	-	-	2.200	2.200
Despesas antecipadas		20.079	3.040	20.079	3.039
Investimentos		150.574	144.462	29.117	30.635
Participações em controladas	7(a)	150.574	144.462	-	-
Propriedades para investimento	7(b)	-	-	29.117	30.635
Imobilizado	8	460.014	450.124	462.753	453.094
Intangível	9	15.302.206	15.189.954	15.302.206	15.189.954
Ágio		14.401.628	14.401.628	14.401.628	14.401.628
Softwares e projetos		900.578	788.326	900.578	788.326
Total do ativo		30.702.935	25.911.666	31.155.875	26.308.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

(continuação)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante		3.229.631	1.715.602	3.657.832	2.096.785
Garantias recebidas em operações	17	1.653.835	1.338.010	1.653.835	1.338.010
Proventos e direitos sobre títulos em custódia	10	52.203	49.224	52.203	49.224
Fornecedores		45.388	42.635	45.601	42.708
Obrigações salariais e encargos sociais		139.905	116.441	140.535	117.041
Provisão para impostos e contribuições a recolher	11	90.041	32.512	93.008	34.551
Imposto de renda e contribuição social		8.179	1.064	13.132	4.944
Juros a pagar sobre emissão de dívida no exterior	12(a)	58.794	70.181	58.794	70.181
Instrumentos financeiros derivativos	4(d)	405.971	-	405.971	-
Empréstimos	12(b)	373.919	-	373.919	-
Debêntures	12(c)	17.495	-	17.495	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		318.827	2.902	318.827	2.902
Outras obrigações	13	65.074	62.633	484.512	437.224
Não-circulante		8.406.834	5.853.965	8.421.658	5.859.897
Emissão de dívida no exterior	12(a)	1.987.669	2.384.084	1.987.669	2.384.084
Empréstimos	12(b)	33.949	-	33.949	-
Debêntures	12(c)	2.991.806	-	2.991.806	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.976.125	3.272.276	2.976.125	3.272.276
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outras	14(e)	356.556	113.122	371.380	119.054
Benefícios de assistência médica pós-emprego	18(d)	21.080	26.122	21.080	26.122
Outras obrigações	13	39.649	58.361	39.649	58.361
Patrimônio líquido	15	19.066.470	18.342.099	19.076.385	18.352.213
Capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora					
Capital social		2.540.239	2.540.239	2.540.239	2.540.239
Reserva de capital		14.327.523	14.300.310	14.327.523	14.300.310
Reservas de reavaliação		19.603	20.188	19.603	20.188
Reservas de lucros		2.497.828	1.950.980	2.497.828	1.950.980
Ações em tesouraria		(306.022)	(365.235)	(306.022)	(365.235)
Outros resultados abrangentes		(12.701)	(104.383)	(12.701)	(104.383)
		19.066.470	18.342.099	19.066.470	18.342.099
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	9.915	10.114
Total do passivo e patrimônio líquido		30.702.935	25.911.666	31.155.875	26.308.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas	20	2.276.411	2.173.466	2.320.781	2.216.634
Despesas		(1.195.882)	(831.698)	(1.226.195)	(850.656)
Administrativas e gerais					
Pessoal e encargos		(490.438)	(429.689)	(505.105)	(443.006)
Processamento de dados		(142.491)	(120.067)	(144.648)	(122.020)
Depreciação e amortização		(96.728)	(109.264)	(98.320)	(110.857)
Serviços de terceiros		(44.399)	(39.532)	(45.530)	(41.052)
Manutenção em geral		(14.266)	(13.157)	(16.102)	(14.210)
Comunicações		(5.206)	(5.648)	(5.292)	(5.749)
Promoção e divulgação		(11.122)	(11.629)	(11.396)	(11.944)
Impostos e taxas		(6.629)	(7.095)	(7.869)	(8.212)
Honorários do conselho/comitês		(9.798)	(9.149)	(9.798)	(9.149)
Operação com a Cetip		(65.629)	-	(65.629)	-
Diversas	21	(309.176)	(86.468)	(316.506)	(84.457)
Redução ao valor recuperável de ativos	9	-	(1.662.681)	-	(1.662.681)
Resultado de equivalência patrimonial	7(a)	12.590	157.146	-	136.245
Descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial	7(a)	-	1.734.889	-	1.734.889
Resultado de alienação de investimentos em coligadas	7(a)	-	723.995	-	723.995
Resultado financeiro	22	146.348	505.104	151.984	508.796
Receitas financeiras		1.160.555	740.466	1.167.300	745.707
Despesas financeiras		(441.407)	(235.362)	(442.516)	(236.911)
Alienação das ações do CME Group	4 (c)	(572.800)	-	(572.800)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.239.467	2.800.221	1.246.570	2.807.222
Imposto de renda e contribuição social	19 (c)	206.796	(597.983)	199.494	(603.764)
Corrente		(137.089)	(39.777)	(144.391)	(45.558)
Diferido		343.885	(558.206)	343.885	(558.206)
Lucro líquido do exercício		1.446.263	2.202.238	1.446.064	2.203.458
Atribuído aos:					
Acionistas da BM&FBOVESPA		1.446.263	2.202.238	1.446.263	2.202.238
Participação dos não-controladores				(199)	1.220
Lucro por ação atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA (expresso em R\$ por ação)	15 (h)				
Lucro básico por ação				0,809357	1,229001
Lucro diluído por ação				0,803555	1,219860

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício		1.446.263	2.202.238	1.446.064	2.203.458
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		98.305	(1.112.187)	98.305	(1.112.187)
Ajustes de conversão					
Variação cambial sobre investimento em coligada no exterior	7(a)	(956)	1.718.604	(956)	1.718.604
Variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de impostos		(333.988)	35.969	(333.988)	35.969
Transferência de variação cambial para o resultado pela alienação de investimentos	7(a)	-	(600.793)	-	(600.793)
Transferência de variação cambial para o resultado pela alienação de títulos disponíveis para venda, líquido de impostos	4(c)	272.938	-	272.938	-
Transferência de variação cambial para o resultado pela descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial	7(a)	-	(2.403.173)	-	(2.403.173)
		(62.006)	(1.249.393)	(62.006)	(1.249.393)
Hedge de investimento líquido no exterior					
Valor instrumento de <i>hedge</i> , líquido de impostos		-	(488.380)	-	(488.380)
Transferência para resultado pela descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial, líquido de impostos		-	848.959	-	848.959
		-	360.579	-	360.579
Hedge de fluxo de caixa					
Valor instrumentos de <i>hedges</i> de fluxo de caixa, líquido de impostos	4(d)	14.755	-	14.755	-
Valor instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - descontinuado, líquido de impostos	4(c)	45.139	-	45.139	-
Valor instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa compromisso firme, líquido de impostos		(3.747)	(14.489)	(3.747)	(14.489)
Variação cambial do instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - descontinuado, líquido de impostos		95.366	-	95.366	-
Transferência da variação cambial para o resultado do período devido a alienação do objeto de <i>hedge</i> , líquido de impostos	4(c)	(79.411)	-	(79.411)	-
Transferência para o resultado e para o ativo não financeiro, líquido de impostos	4(d)	2.282	-	2.282	-
Transferência da marcação a mercado para o resultado devido a alienação do objeto de <i>hedge</i> , líquido de impostos	4(c)	(45.139)	-	(45.139)	-
		29.245	(14.489)	29.245	(14.489)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda					
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de impostos		(24.215)	(133.687)	(24.215)	(133.687)
Transferência da marcação a mercado para resultado pela alienação de títulos disponíveis para venda, líquido de impostos	4(c)	155.303	-	155.303	-
		131.088	(133.687)	131.088	(133.687)
Resultado abrangente de controlada e coligada					
Resultado abrangente de controlada	7(a)	(22)	9	(22)	9
Resultado abrangente de coligada no exterior	7(a)	-	7.774	-	7.774
Transferência de resultado abrangente de coligada no exterior para o resultado - descontinuidade do uso do método de equivalência patri	7(a)	-	(66.384)	-	(66.384)
Transferência de resultado abrangente de coligada no exterior para o resultado - alienação de investimento	7(a)	-	(16.596)	-	(16.596)
		(22)	(75.197)	(22)	(75.197)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes					
Ganhos (Perdas) atuariais com benefícios de assistência médica pós-emprego, líquido de impostos	18(d)	(6.623)	3.099	(6.623)	3.099
		(6.623)	3.099	(6.623)	3.099
Total do resultado abrangente do exercício		1.537.945	1.093.150	1.537.746	1.094.370
Atribuído aos:		1.537.945	1.093.150	1.537.746	1.094.370
Acionistas da BM&FBOVESPA		1.537.945	1.093.150	1.537.945	1.093.150
Acionistas não-controladores		-	-	(199)	1.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

Notas	Atribuível aos acionistas da controladora											
	Reservas										Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de reavaliação (Nota 15(c))	de lucros (Nota 15(e))		Ações em tesouraria (Nota 15(b))	Outros resultados abrangentes	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total		
			Reserva legal	Reservas estatutárias								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.540.239	15.220.354	20.774	3.453	987.317	(983.274)	1.004.705	185.941	-	18.979.509	8.894	18.988.403
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	(1.249.393)	-	-	(1.249.393)	-	(1.249.393)
Hedge de investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	360.579	-	-	360.579	-	360.579
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(14.489)	-	-	(14.489)	-	(14.489)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(133.687)	-	-	(133.687)	-	(133.687)
Resultado abrangente de controlada e coligada	-	-	-	-	-	-	(75.197)	-	-	(75.197)	-	(75.197)
Ganhos atuariais com benefícios de assistência médica pós-emprego	-	-	-	-	-	-	3.099	-	-	3.099	-	3.099
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	(1.109.088)	-	-	(1.109.088)	-	(1.109.088)
Realização da reserva de reavaliação - controladas	-	-	(586)	-	-	-	-	-	586	-	-	-
Recompra de ações	15(b)	-	-	-	-	(287.030)	-	-	-	(287.030)	-	(287.030)
Alienação de ações em tesouraria - exercício de opções	-	(197)	-	-	-	1.094	-	-	-	897	-	897
Cancelamento de ações em tesouraria	15(b)	-	(903.975)	-	-	903.975	-	-	-	-	-	-
Pagamento em dinheiro ao valor justo - opções	-	(56.198)	-	-	-	-	-	-	-	(56.198)	-	(56.198)
Reconhecimento de plano de opções de ações	18(a)	-	276	-	-	-	-	-	-	276	-	276
Reconhecimento de plano de ações	18(b)	-	40.050	-	-	-	-	-	-	40.050	-	40.050
Aprovação/pagamento dividendo	-	-	-	-	-	-	-	(185.941)	-	(185.941)	-	(185.941)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.202.238	2.202.238	1.220	2.203.458
Destinações do lucro:												
Dividendos	15(g)	-	-	-	-	-	-	-	(223.581)	(223.581)	-	(223.581)
Juros sobre capital próprio	15(g)	-	-	-	-	-	-	-	(1.019.033)	(1.019.033)	-	(1.019.033)
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	-	960.210	-	-	-	(960.210)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.540.239	14.300.310	20.188	3.453	1.947.527	(365.235)	(104.383)	-	-	18.342.099	10.114	18.352.213
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	(62.006)	-	-	(62.006)	-	(62.006)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	29.245	-	-	29.245	-	29.245
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	131.088	-	-	131.088	-	131.088
Resultado abrangente de controlada	7	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)	-	(22)
Ganhos atuariais com benefícios de assistência médica pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(6.623)	-	-	(6.623)	-	(6.623)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	91.682	-	-	91.682	-	91.682
Realização da reserva de reavaliação - controladas	-	-	(585)	-	-	-	-	-	585	-	-	-
Transferência de ações em tesouraria - plano de ações	18(b)	-	(59.213)	-	-	59.213	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	18(a)	-	267	-	-	-	-	-	-	267	-	267
Reconhecimento de plano de ações	18(b)	-	86.159	-	-	-	-	-	-	86.159	-	86.159
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.446.263	1.446.263	(199)	1.446.064
Destinações do lucro:												
Juros sobre capital próprio	15(g)	-	-	-	-	-	-	-	(900.000)	(900.000)	-	(900.000)
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	-	546.848	-	-	-	(546.848)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.540.239	14.327.523	19.603	3.453	2.494.375	(306.022)	(12.701)	-	-	19.066.470	9.915	19.076.385

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.446.263	2.202.238	1.446.064	2.203.458
Ajustes por:					
Depreciação/amortização	8 e 9	96.728	109.264	98.321	110.857
Resultado na venda de imobilizado		346	(350)	346	(350)
Baixa de software e projetos	9	-	6.463	-	6.463
Resultado na alienação de investimentos		460.509	(723.995)	460.509	(723.995)
Resultado da descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial	7(a)	-	(1.734.889)	-	(1.734.889)
Redução ao valor recuperável de ativos		-	1.662.681	-	1.662.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(343.885)	558.206	(343.885)	558.206
Resultado de equivalência patrimonial	7(a)	(12.590)	(157.146)	-	(136.245)
Variação em participação minoritária		-	-	(978)	1.160
Despesas relativas ao plano de ações e de opções de ações	18	86.426	40.326	86.426	40.326
Despesas de juros	22	152.093	138.064	152.093	138.064
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		241.161	13.911	250.073	13.911
Provisão para perdas em contas a receber		713	1.664	713	1.664
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	4(d)	399.936	-	399.936	-
Variação cambial captação - Hedge		(216.610)	-	(216.610)	-
Variação cambial captação		(34.065)	-	(34.065)	-
Marcação a mercado da captação		(2.287)	-	(2.287)	-
Marcação a mercado do NDF		8.779	-	8.779	-
Variação de aplicações financeiras e TVM e garantias de operações		(9.370.517)	(6.019.661)	(9.437.993)	(6.182.168)
Efeito de variação cambial hedge de fluxo de caixa		(2.220)	2.220	(2.220)	2.220
Transferência de investimento para ativo financeiro disponível para venda		-	4.958.023	-	4.958.023
Variação em tributos a compensar e recuperar		(4.546)	(8.863)	(4.683)	(8.857)
Variação em contas a receber		(17.336)	(19.340)	(17.230)	(19.222)
Variação em outros créditos		11.069	(88.579)	12.404	(85.655)
Variação em despesas antecipadas		(32.710)	4.413	(32.693)	4.387
Variação de depósitos judiciais		(22.159)	(20.249)	(22.193)	(20.282)
Variação em proventos e direitos sobre títulos em custódia		2.979	2.935	2.979	2.935
Variação em fornecedores		2.752	(23.511)	2.893	(23.533)
Variação em provisões para impostos e contribuições a recolher		57.529	8.396	58.456	9.138
Variação em imposto de renda e contribuição social		7.115	1.064	8.188	2.815
Variação em obrigações salariais e encargos sociais		23.464	44.633	23.494	44.768
Variação em outras obrigações		(16.271)	16.679	28.576	138.849
Variação em provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.273	1.550	2.252	2.154
Variação em benefícios de assistência médica pós-emprego		(15.076)	2.446	(15.076)	2.446
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades operacionais		(7.090.137)	978.593	(7.087.411)	969.329
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento pela venda de imobilizado		2.149	727	2.355	1.140
Pagamento pela aquisição de imobilizado		(45.119)	(73.093)	(45.169)	(73.867)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		140.780	86.633	135.280	82.633
Liquidação instrumento financeiro derivativo - NDF		68.392	-	68.392	-
Alienação de investimento - CME		4.309.172	1.208.662	4.309.172	1.208.662
Aquisição de softwares e projetos	9	(176.246)	(154.052)	(176.246)	(154.052)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		4.299.128	1.068.877	4.293.784	1.064.516
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Alienação de ações em tesouraria - exercício de opções de ações		-	897	-	897
Pagamento pelo cancelamento de opções de ações	18(a)	-	(56.198)	-	(56.198)
Recuperação de ações	15(b)	-	(287.030)	-	(287.030)
Variação em financiamentos		(575)	(767)	(575)	(767)
Emissão de debêntures	12(c)	2.991.691	-	2.991.691	-
Empréstimos contraídos		421.400	-	421.400	-
Juros pagos	12	(143.774)	(113.664)	(143.774)	(113.664)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(584.075)	(1.427.340)	(584.075)	(1.427.340)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		2.684.667	(1.884.102)	2.684.667	(1.884.102)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(106.342)	163.368	(108.960)	149.743
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4(a)	275.365	111.997	265.129	115.386
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4(a)	169.023	275.365	156.169	265.129

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	BM&FBOVESPA		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
1 - Receitas	20	2.528.986	2.412.603	2.576.426	2.458.847
Sistema de negociação, compensação e liquidação		2.028.271	1.977.562	2.028.245	1.977.547
Outras receitas		500.715	435.041	548.181	481.300
2 - Bens e serviços adquiridos de terceiros		592.289	1.939.182	605.103	1.942.113
Despesas (a)		592.289	276.501	605.103	279.432
Redução ao valor recuperável de ativos	9	-	1.662.681	-	1.662.681
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		1.936.697	473.421	1.971.323	516.734
4 - Retenções		96.728	109.264	98.320	110.857
Depreciação e amortização	8 e 9	96.728	109.264	98.320	110.857
5 - Valor adicionado líquido produzido pela sociedade (3-4)		1.839.969	364.157	1.873.003	405.877
6 - Valor adicionado recebido em transferência		1.173.145	3.356.496	1.167.300	3.340.836
Resultado de equivalência patrimonial	7(a)	12.590	157.146	-	136.245
Receitas financeiras	22	1.160.555	740.466	1.167.300	745.707
Descontinuidade do método de equivalência patrimonial	7(a)	-	1.734.889	-	1.734.889
Resultado de alienação de investimentos em coligadas	7(a)	-	723.995	-	723.995
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		3.013.114	3.720.653	3.040.303	3.746.713
8 - Distribuição do valor adicionado		3.013.114	3.720.653	3.040.303	3.746.713
Pessoal e encargos		490.438	429.689	505.105	443.006
Honorários do conselho/comitês		9.798	9.149	9.798	9.149
Impostos, taxas e contribuições (b)					
Federais		16.366	811.812	27.026	820.996
Municipais		36.042	32.403	36.994	33.193
Despesas financeiras	22	441.407	235.362	442.516	236.911
Alienação das ações do CME Group	4(c)	572.800	-	572.800	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	15(g)	900.000	1.242.614	900.000	1.242.614
Constituição de reservas estatutárias		546.263	959.624	546.064	960.844

(a) Despesas (exclui pessoal, honorários do conselho, depreciações e impostos e taxas).

(b) Inclui: impostos e taxas, PIS e Cofins, impostos sobre serviços, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sumário

1	Contexto operacional	16
2	Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	17
3	Principais práticas contábeis	19
4	Disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28
5	Contas a receber	39
6	Outros créditos	40
7	Investimentos	41
8	Imobilizado	44
9	Intangível.....	46
10	Proventos e direitos sobre títulos em custódia	48
11	Provisão para impostos e contribuições a recolher	48
12	Emissão de dívida no exterior, empréstimos e debêntures	48
13	Outras obrigações.....	50
14	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes, depósitos judiciais e outras	51
15	Patrimônio líquido.....	56
16	Transações com partes relacionadas	60
17	Garantia das operações.....	62
18	Benefícios a empregados.....	67
19	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	74
20	Receita.....	76
21	Despesas diversas.....	77
22	Resultado financeiro.....	77
23	Informações sobre segmentos de negócios	78
24	Outras informações	80
25	Eventos subsequentes.....	80

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e que tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração de mercados organizados de títulos e valores mobiliários, zelando por organização, funcionamento e desenvolvimento de mercados livres e abertos para a negociação de quaisquer espécies de títulos ou contratos que possuam como referência ou tenham por objeto ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias, moedas, energias, transportes, commodities e outros bens ou direitos direta ou indiretamente relacionados a tais ativos, nas modalidades a vista ou de liquidação futura;
- Manutenção de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações especiais envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos, no mercado de bolsa e no mercado de balcão organizado;
- Prestação de serviços de registro, compensação e liquidação, física e financeira, por meio de órgão interno ou sociedade especialmente constituída para esse fim, assumindo ou não a posição de contraparte central e garantidora da liquidação definitiva, nos termos da legislação vigente e de seus próprios regulamentos;
- Prestação de serviços de depositária central e de custódia fungível e infungível de mercadorias, de títulos e valores mobiliários e de quaisquer outros ativos físicos e financeiros;
- Prestação de serviços de padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, biblioteca e software sobre assuntos que interessem à BM&FBOVESPA e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados;
- Prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, bem como exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados;
- Exercício de outras atividades afins ou correlatas expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- Participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor.

A BM&FBOVESPA organiza, desenvolve e provê o funcionamento de mercados livres e abertos de títulos e valores mobiliários, nas modalidades a vista e de liquidação futura. Suas atividades estão organizadas por meio de seus sistemas de negociação e de suas clearings e abrangem operações com títulos e valores mobiliários, mercado interbancário de câmbio e títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A BM&FBOVESPA desenvolve soluções tecnológicas e mantém sistemas de alta performance, visando proporcionar aos seus clientes segurança, rapidez, inovação e eficiência de custos. O sucesso de suas atividades

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas de negociação e liquidação e de sua capacidade de desenvolver e licenciar tecnologias de ponta necessárias ao bom desempenho de suas funções.

Com o intuito de atender aos clientes e às especificidades de seu mercado de atuação, por meio de sua subsidiária integral, Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A., oferece aos detentores de direitos de acesso e às suas clearings a centralização da custódia dos ativos depositados como margem de garantia das operações.

As subsidiárias BM&FBOVESPA (UK) Ltd., localizada na cidade de Londres, e a BM&F (USA) Inc., localizada na cidade de Nova Iorque e também com escritório de representação em Xangai, têm como objetivo representar a BM&FBOVESPA no exterior, mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores e auxiliar a prospecção de novos clientes para o mercado.

No âmbito da parceria estratégica entre a BM&FBOVESPA e o CME Group, a BM&FBOVESPA constituiu no terceiro trimestre de 2015 a subsidiária integral BM&FBOVESPA BRV LLC, registrada em Delaware (EUA), com a finalidade de assegurar às partes o exercício pleno de direitos acordados contratualmente. A BM&FBOVESPA BRV LLC é co-titular, junto com a BM&FBOVESPA, de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados ao módulo de ações da plataforma de negociação PUMA Trading System, e a quaisquer outros módulos conjuntamente desenvolvidos pelas partes, cuja titularidade seja atribuída à BM&FBOVESPA. Por ter função primordialmente subsidiária e de resguardo de direitos, não há previsão de que tal entidade, de propósito específico, tenha atividades operacionais.

Combinação de negócios

Conforme divulgado no fato relevante de 15 de abril de 2016, os conselhos de administração da BM&FBOVESPA, da Companhia São José Holding (“ *Holding* ”) e da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“ *CETIP* ”) celebraram o protocolo e justificação, tendo por objeto a reorganização societária a seguir descrita: (a) a incorporação das ações de emissão da CETIP pela Holding, cuja totalidade das ações é de propriedade da BM&FBOVESPA, e (b) a subsequente incorporação da Holding pela BM&FBOVESPA. Essa reorganização societária foi aprovada pelos respectivos acionistas, reunidos em assembleias gerais extraordinárias realizadas no dia 20 de maio de 2016.

A consumação da operação está, nos termos do artigo 125 do Código Civil, subordinada (“ *Condições Suspensivas* ”): (a) à aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; (b) à aprovação da operação pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da regulamentação aplicável; e (c) à submissão e apreciação da operação pelo Banco Central do Brasil, nos termos e limites da regulamentação aplicável.

A combinação de atividades entre a BM&FBOVESPA e a CETIP está em fase de análise pelos órgãos reguladores e, enquanto aguardam as devidas aprovações, cada uma das duas companhias vem trabalhando separadamente no planejamento da combinação, mantendo suas gestões, estruturas e atividades de forma totalmente independentes.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA em 17 de fevereiro de 2016.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da BM&FBOVESPA estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

(a) *Demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da BM&FBOVESPA, das empresas controladas e das entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento conforme demonstrado a seguir:

	<u>Participação %</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sociedades e entidades controladas		
Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A. (“Banco BM&FBOVESPA”)	100,00	100,00
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ (“BVRJ”)	86,95	86,95
BM&F (USA) Inc.	100,00	100,00
BM&FBOVESPA (UK) Ltd.	100,00	100,00
BM&FBOVESPA BRV LLC	100,00	100,00
Companhia São José Holding	100,00	-

Fundos de investimento exclusivos:

Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Letters

BB Pau Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa

Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo Eucalipto

Imbuia FI Renda Fixa Referenciado DI

(b) *Demonstrações financeiras individuais*

As demonstrações financeiras individuais (BM&FBOVESPA) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) *Moeda funcional*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da BM&FBOVESPA.

3 Principais práticas contábeis

a. *Consolidação*

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da BM&FBOVESPA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016. A BM&FBOVESPA obtém o controle sobre as controladas quando estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a BM&FBOVESPA. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas incluídas na consolidação são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela BM&FBOVESPA.

Coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da BM&FBOVESPA em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) acumulada, se houver.

A BM&FBOVESPA aplica o método de equivalência patrimonial para avaliar investimentos em empresas que possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da BM&FBOVESPA quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias. No caso do investimento no CME Group, suas demonstrações financeiras eram originalmente preparadas consoante as normas contábeis dos Estados Unidos (USGAAP), ajustadas para as normas contábeis vigentes no Brasil antes do cálculo da referida equivalência patrimonial.

Em setembro de 2015, a BM&FBOVESPA vendeu parte das ações do CME Group que detinha, deixando assim de ser considerada uma coligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descontinuidade do método de equivalência patrimonial

Quando há perda de influência significativa sobre uma coligada, o método de equivalência patrimonial é descontinuado. Qualquer participação remanescente na investida é remensurada ao seu valor justo, sendo seus efeitos registrados no resultado do período. Os valores reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, relacionados com a investida, são reclassificados pela BM&FBOVESPA do patrimônio líquido - outros resultados abrangentes para o resultado do período, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 18(R2)/IAS 28.

b. Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços e as originadas do sistema de negociação e liquidação são reconhecidas no momento da realização das transações, de acordo com a competência. Os valores recebidos a título de anuidades, caso da listagem de valores mobiliários e de alguns contratos de comercialização de informações sobre o mercado, são reconhecidos proporcional e mensalmente no resultado em relação ao período da prestação do serviço.

c. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A BM&FBOVESPA classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial, de acordo com a sua característica e finalidade da aquisição.

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da BM&FBOVESPA compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juro efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são “não derivativos” designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria, são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o resultado abrangente líquida de impostos, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por redução em seu valor recuperável (*impairment*).

Empréstimos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Garantias recebidas em operações

São valores recebidos dos participantes do mercado como garantia contra a inadimplência ou insolvência. Montantes recebidos em dinheiro são registrados como um passivo e demais garantias que não em dinheiro são controladas gerencialmente. Ambos os tipos de garantias recebidas não estão sujeitos a juros ou quaisquer outros encargos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A BM&FBOVESPA utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteger os seus ativos e passivos dos riscos de mercado, principalmente aqueles relacionados a moedas estrangeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação do derivativo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são lançados no resultado, com exceção da parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, que é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de *hedge* afetar o mesmo.

(iii) Contabilidade de hedge

A BM&FBOVESPA, no início da operação de *hedge* elabora documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) natureza do risco a ser coberto, (iv) identificação do objeto de cobertura (*hedged item*), (v) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), (vi) demonstração da correlação do *hedge* e objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo) e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A contabilidade de *hedge* é aplicada de acordo com os critérios definidos no CPC 38/IAS 39.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de valor justo

Qualquer ganho ou perda resultante das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados como instrumento de *hedge*, bem como do ativo ou passivo protegido (objeto de *hedge*) são reconhecidos no resultado financeiro.

Hedge de fluxo de caixa

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”, líquido dos efeitos tributários. Com isso, as variações cambiais dos instrumentos de *hedge*, anteriormente reconhecidas no resultado financeiro antes de sua designação como instrumento de *hedge*, passam a ser acumuladas no patrimônio líquido e transitam ao resultado no mesmo período e grupo contábil do reconhecimento da operação objeto de *hedge*. Quando a operação protegida pelo *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e as perdas reconhecidas no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado.

Análise de efetividade do hedge

A BM&FBOVESPA adota a metodologia *dólar offset* para o teste de efetividade retrospectivo e prospectivo, que considera a razão a valor justo ou valor presente dos ganhos ou perdas acumuladas no instrumento de *hedge* com os ganhos ou perdas do objeto de *hedge* para o risco protegido. As abordagens utilizadas para as análises consistem nos métodos *hypothetical derivative approach* e *benchmark rate approach* para os testes retrospectivos e *sensitivity analysis approach* para os testes prospectivos. A BM&FBOVESPA avalia se os resultados gerados através dos testes realizados estão dentro da faixa de 80% a 125% de efetividade.

d. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

e. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio (*goodwill*) registrado como ativo intangível é decorrente de aquisições realizadas pela BM&FBOVESPA e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são revertidas.

Softwares e projetos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BM&FBOVESPA e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

A despesa de amortização é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. Nesses casos, a amortização de ativos intangíveis utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de outro ativo intangível.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9.

f. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada período.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A despesa de depreciação é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. A depreciação de ativos imobilizados utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de um ativo intangível.

g. Ativos e passivos contingentes, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são vinculados a processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista e são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

i. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos e de realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

anualmente para a verificação de *impairment*, e havendo indícios de possível *impairment* são reavaliados em períodos menores. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

k. Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

A BM&FBOVESPA mantém um plano de aposentadoria, na modalidade de contribuição definida, com participação voluntária aberta a todos os funcionários. A BM&FBOVESPA não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais à sua contribuição como patrocinadora. As contribuições regulares são incluídas nos custos de pessoal do período em que são devidas.

(ii) Incentivo com base em instrumentos patrimoniais

A BM&FBOVESPA mantém um plano de incentivo de longo prazo. Até 2014 a BM&FBOVESPA outorgava opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da BM&FBOVESPA - *stock option* (“Plano de Opção”), e disso decorre um estoque remanescente de opções em aberto ainda não exercidas. A partir de 2015 a BM&FBOVESPA passou a conceder ações, no âmbito do Plano de Concessão de Ações da BM&FBOVESPA (“Plano de Ações”). O objetivo é conceder, aos colaboradores da BM&FBOVESPA e de suas sociedades controladas, a oportunidade de se tornarem acionistas da BM&FBOVESPA, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à BM&FBOVESPA e às suas controladas atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções e das ações concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). Na data do balanço, a BM&FBOVESPA revisa suas estimativas da quantidade de opções e de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A BM&FBOVESPA reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

(iii) Participação nos lucros

A BM&FBOVESPA possui remuneração variável semestral, constituída e paga em dinheiro por meio do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O programa define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função dos indicadores de desempenho individuais, os quais consideram fatores próprios de cada função (nível de cargo), e os indicadores de desempenho global da BM&FBOVESPA. A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Outras obrigações pós-emprego

A BM&FBOVESPA oferece benefício de assistência médica pós-emprego para empregados que adquiriram este direito até maio de 2009. O direito a esses benefícios está condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego ou da expectativa de usufruto do benefício, usando metodologia atuarial que considera a expectativa de vida do grupo em questão, aumento dos custos decorrente da idade e da inflação médica, inflação e taxa de desconto. Destes custos são deduzidas as contribuições que os participantes efetuam conforme regra específica do Plano de Assistência Médica. Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica pós-emprego são reconhecidos em conformidade com as regras da IAS 19 e do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente cujas premissas estão apresentadas na Nota 18(d).

l. Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do consolidado BM&FBOVESPA são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da BM&FBOVESPA.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no resultado abrangente originados de operações de *hedge* de investimento no exterior.

No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da BM&FBOVESPA, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, no resultado abrangente, e somente são levados ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

m. Tributos

A BM&FBOVESPA é uma sociedade anônima com fins lucrativos e, portanto, tem seus resultados sujeitos a determinados tributos e contribuições.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido da BM&FBOVESPA e do Banco BM&FBOVESPA são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% (20% para o Banco BM&FBOVESPA) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) é uma entidade sem fins lucrativos, sendo isenta para o imposto de renda e contribuição social.

(ii) Demais tributos

Os demais tributos incidentes sobre emolumentos de pregão, compensação e liquidação de transações e outros serviços, foram calculados às alíquotas de 1,65% para o PIS e de 7,60% para a Cofins, e registrados no resultado, como redução, na rubrica Receitas.

O Banco BM&FBOVESPA calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) calcula o PIS à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento.

A BM&FBOVESPA e suas controladas sofrem incidência de ISS sobre a prestação de serviços, às alíquotas de 2% a 5%, dependendo da natureza do serviço prestado.

n. Lucro por ação

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à BM&FBOVESPA, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em aberto durante o período; já o lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição, atribuíveis a opções de compra de ações, tivessem sido emitidas durante os períodos respectivos.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da BM&FBOVESPA é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da BM&FBOVESPA. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

p. Apresentação de informações por segmentos

Os segmentos operacionais estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da BM&FBOVESPA e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

q. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da BM&FBOVESPA. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas são:

- *Equivalência patrimonial – Nota 3(a)*
- *Redução ao valor recuperável de ativos – Notas 3(j) e 9*
- *Classificação e cálculo de valor justo de instrumentos financeiros – Nota 3(c)*
- *Incentivo com base em instrumentos patrimoniais – Nota 3(k)*
- *Assistência médica pós-emprego – Nota 18(c)*
- *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes (Nota 14)*
- *Vida útil estimada do ativo imobilizado e intangível*

r. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da BM&FBOVESPA. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge* dos instrumentos financeiros.

- IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil – Emitida em janeiro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil. O IFRS 16 estabelece princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, por parte dos arrendatários e arrendadores.

Não foram identificados impactos significativos dessas novas normas para as demonstrações contábeis da BM&FBOVESPA.

s. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando o prazo de sua realização ou liquidação é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da BM&FBOVESPA). Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Disponibilidades

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos conta movimento em moeda nacional	14.528	12.435	256	208
Bancos conta movimento em moeda estrangeira	154.495	262.930	155.913	264.921
Caixa e equivalentes de caixa	169.023	275.365	156.169	265.129
Bancos conta movimento em moeda estrangeira - Recursos de terceiros (1)	162.955	175.716	162.955	175.716
Total de disponibilidades	331.978	451.081	319.124	440.845

(1) Recursos restritos de terceiros vinculados à liquidação integral de operações de câmbio (Clearing de Câmbio).

As disponibilidades são mantidas em instituições financeiras nacionais ou no exterior de primeira linha. Os depósitos em moeda estrangeira são preponderantemente em dólares e euros.

b. Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários por categoria, natureza e faixa de vencimento estão demonstradas a seguir:

Descrição	BM&FBOVESPA					2016	2015
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos		
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado							
Fundos de investimento financeiro (1)	12.054.936	-	-	-	-	12.054.936	2.827.776
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.018	165.750	1.360.494	156.966	1.685.228	1.369.000
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	18	-	18	32.997
Outras aplicações (3)	12.047	-	-	-	-	12.047	13.610
	12.066.983	2.018	165.750	1.360.512	156.966	13.752.229	4.243.383
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Ações							
CME Group (Nota 4 (c))	-	-	-	-	-	-	4.805.033
Outras (5)	191.586	-	-	-	-	191.586	48.568
	191.586	-	-	-	-	191.586	4.853.601
Total de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	12.258.569	2.018	165.750	1.360.512	156.966	13.943.815	9.096.984
Circulante						12.426.337	7.728.007
Não circulante						1.517.478	1.368.977

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	CONSOLIDADO						
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos	2016	2015
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado							
Fundos de investimento financeiro (4)	3.293.533	-	-	-	-	3.293.533	331.358
Conta remunerada - Depósitos no exterior	1.226	-	-	-	-	1.226	1.787
Operações compromissadas (2)	-	6.886.904	19.947	-	172.480	7.079.331	2.387.715
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.018	544.958	2.873.579	435.729	3.856.284	1.777.007
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	18	-	18	165.400
Outras aplicações (3)	12.049	-	-	-	-	12.049	13.611
	3.306.808	6.888.922	564.905	2.873.597	608.209	14.242.441	4.676.878
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.070	5.867	78.265	4.099	94.301	82.948
Letras do Tesouro Nacional	-	56	-	31	-	87	365
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	30	12	42	357
Ações							
CME Group (Nota 4 (c))	-	-	-	-	-	-	4.805.033
Outras (5)	191.586	-	-	-	-	191.586	48.568
	191.586	6.126	5.867	78.326	4.111	286.016	4.937.271
Total de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	3.498.394	6.895.048	570.772	2.951.923	612.320	14.528.457	9.614.149
Circulante						10.964.214	7.798.529
Não circulante						3.564.243	1.815.620

(1) Referem-se a investimentos em fundos de investimento financeiro, cujas carteiras estão preponderantemente compostas por aplicações em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, que possuem como *benchmark* de rentabilidade o CDI. No consolidado, os saldos dos fundos de investimento estão distribuídos de acordo com a natureza da carteira e vencimento.

O patrimônio líquido dos principais fundos de investimento incluídos no processo de consolidação das demonstrações financeiras é de: (i) Bradesco FI Renda Fixa Letters – R\$4.580.778 (R\$1.776.830 em 31 de dezembro de 2015); (ii) BB Pau Brasil FI Renda Fixa – R\$2.307.655 (R\$502.002 em 31 de dezembro de 2015); (iii) Bradesco FI Renda Fixa Longo Prazo Eucalipto – R\$1.661.262 (R\$217.586 em 31 de dezembro de 2015); e (iv) Imbuia FI Renda Fixa Referenciado DI – R\$211.708.

(2) Contratadas junto a bancos de primeira linha e lastreadas em títulos públicos federais.

(3) Referem-se substancialmente a aplicações em ouro.

(4) Os principais fundos de investimento não exclusivos são: (i) Bradesco Empresas FICFI Referenciado DI Federal, no valor de R\$24.225 (R\$30.071 em 31 de dezembro de 2015); (ii) Araucária Renda Fixa FI – R\$1.509.559 (R\$207.818 em 31 de dezembro de 2015); e (iii) Santander Fundo de Investimento Cedro Renda Fixa – R\$1.759.749 (R\$93.469 em 31 de dezembro de 2015).

(5) Referem-se, basicamente, as ações da Bolsa de Comercio de Santiago no valor de R\$44.231 (R\$48.565 em 31 de dezembro de 2015), Bolsa Mexicana de Valores - R\$103.785 e Bolsa de Valores de Colombia - R\$43.565, adquiridas pela BM&FBOVESPA dentro da estratégia de explorar oportunidades de parceria com outras bolsas, classificadas como disponível para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Selic; as cotas de fundos de investimento estão custodiadas junto aos respectivos administradores; as ações nacionais estão custodiadas junto à Clearing de Ações e Renda Fixa Privada da própria BM&FBOVESPA; as ações da Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores e Bolsa de Valores de Colombia estão custodiadas junto à corretora BTG Pactual Chile, México e Colômbia, respectivamente.

Não houve reclassificação de instrumentos financeiros entre categorias no exercício.

A Administração monitora periodicamente suas posições e eventuais riscos de redução ao valor recuperável desses seus ativos financeiros. Considerando a natureza desses ativos, a BM&FBOVESPA não possui histórico de redução significativa ao valor recuperável.

O valor contábil do ativo financeiro é ajustado diretamente pela redução ao valor recuperável com impacto no resultado do período. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são reconhecidas no resultado do período.

c. Alienação das ações – CME Group Inc.

Com o objetivo de obter recursos para fazer frente às necessidades financeiras da BM&FBOVESPA no contexto da proposta de combinação de negócios com a CETIP, em abril de 2016, a BM&FBOVESPA alienou a totalidade das ações do CME Group que detinha (equivalente a 13.582.176 Class A Common Stocks, ou 4% do total de ações emitidas pelo CME Group) pelo montante de R\$4.309.172, conforme informou em 7 de abril de 2016, por meio de fato relevante.

O prejuízo registrado no período com a alienação das ações do CME Group, reflete as variações no preço da ação e na cotação do dólar norte-americano desde a reclassificação das ações da rubrica “Participação em coligada”, mensurada pelo método de equivalência patrimonial, para a rubrica “Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda”, mensurada ao seu valor justo, ocorrida em setembro de 2015, além de outros impactos conforme demonstrado abaixo:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Acumulado 2016</u>
Reclassificação de outros resultados abrangentes	
Marcação a mercado das ações	(235.308)
Variação cambial das ações	(413.543)
Resultado dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	
Termo de moeda - NDF (<i>Non-Deliverable forward</i>) (1)	68.392
Variação cambial dos títulos de dívida no exterior	120.319
PIS e Cofins	(112.291)
Outros	(369)
Prejuízo bruto na alienação das ações do CME Group	(572.800)
Baixa de impostos a recuperar CME GROUP (2) (3)	(144.674)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente (3)	(378.950)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	920.875
Prejuízo líquido na alienação das ações do CME Group	(175.549)

- (1) Refere-se ao resultado gerado na liquidação antecipada da posição em termo de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF) que protegia (*hedge* de fluxo de caixa) do risco de variação cambial, as ações do CME Group, conforme apresentado na Nota 4 (d).
- (2) O imposto de renda pago pelo CME Group no exterior era compensável com o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil pela BM&FBOVESPA unicamente sobre os lucros gerados por esta participação societária. Em vista dessa limitação, o saldo do imposto de renda pago pelo CME Group não aproveitado em períodos passados e acumulado para compensação em períodos futuros foi baixado em virtude da alienação da totalidade de suas ações pela BM&FBOVESPA.
- (3) A BM&FBOVESPA revisou o tratamento tributário da parcela do valor contábil deste investimento correspondente à variação cambial acumulada no período em que esse investimento era avaliado pelo método da equivalência patrimonial (até setembro de 2015), passando a considerar a parcela desta variação cambial como parte de seu custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital, reduzindo, assim, a base tributável dos períodos de 2015 e de 2016. Dessa forma, foram revisadas as bases tributárias de IR e CSLL sobre o lucro, com reversão de parte da provisão no montante de R\$381.727 e o registro de um crédito fiscal diferido no montante de R\$49.951.

d. Instrumentos financeiros e derivativos

Hierarquia de valor justo

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo da BM&FBOVESPA, são avaliados por preços cotados (não ajustados) em mercado ativo (Nível 1), exceto para os instrumentos financeiros derivativos conjuntamente com o principal da dívida emitida no exterior em razão de contabilidade de *hedge* e as ações da Bolsa de Comercio de Santiago, que estão classificados como Nível 3. Os valores a receber e fornecedores se

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos e o valor justo de partes relacionadas é igual ao valor contábil.

A BM&FBOVESPA transferiu a classificação das ações da Bolsa de Comercio de Santiago de Nível 2 para Nível 3, adotando o método da Lucratividade, baseado no enfoque do fluxo de dividendos futuros descontados a valor presente. O investimento que a BM&FBOVESPA detém na Bolsa de Comercio de Santiago, que é classificado como Nível 3, é testado periodicamente de forma que seu valor contábil não exceda o valor justo.

O fluxo de dividendos futuros foi projetado considerando fluxo explícito de 5 anos (2017 a 2021) e teve como principais premissas: (i) o histórico de pagamentos de dividendos realizados pela Bolsa de Comercio de Santiago, (ii) a participação acionária detida pela BM&FBOVESPA em dezembro de 2016 e (iii) perpetuidade, que foi apurada através da extrapolação do fluxo de caixa de 2021 por uma taxa de crescimento equivalente à esperada para o PIB nominal chileno no longo prazo.

	Ações da Bolsa de Comercio de Santiago
Saldo em 31/12/2015	<u>48.565</u>
Compra	8.459
Ajuste a valor justo	(7.001)
Variação cambial	<u>(5.792)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>44.231</u>

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	13.752.229	4.243.383	14.242.441	4.676.878
Designados como hedge				
Instrumentos financeiros derivativos	5.600	-	5.600	-
Disponível para venda				
Títulos públicos federais	-	-	94.430	83.670
Ações	191.586	4.853.601	191.586	4.853.601
Recebíveis				
Contas a receber	90.896	74.273	91.645	75.129
Partes relacionadas	1.363	1.248	305	213
Total dos ativos	14.041.674	9.172.505	14.626.007	9.689.491
Passivos financeiros				
Passivos avaliados ao custo amortizado				
Juros a pagar sobre emissão de dívida no exterior	58.794	70.181	58.794	70.181
Empréstimos	407.868	-	407.868	-
Debêntures	3.009.301	-	3.009.301	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Garantias recebidas em operações	1.653.835	1.338.010	1.653.835	1.338.010
Fornecedores	45.388	42.635	45.601	42.708
Partes relacionadas	48.653	82.914	48.587	82.692
Designados como hedge				
Emissão de dívida no exterior	1.987.669	2.384.084	1.987.669	2.384.084
Instrumentos financeiros derivativos	405.971	-	405.971	-
Total dos passivos	7.617.479	3.917.824	7.617.626	3.917.675

Instrumentos financeiros derivativos

Fator de risco - taxa de juros

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados por contratos de mercado futuro de taxa de juros (DI1) demonstrados ao seu valor de mercado, integrantes das carteiras do fundo de investimento BB Pau Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa e são utilizados com o objetivo de cobrir exposições ao risco de taxa de juros prefixada, passando-as para taxa de juros pós-fixada (CDI). O resultado líquido entre as operações com derivativos e o instrumento financeiro relacionado refere-se à posição vendida de contratos de juros futuros, com valor de mercado negativo de R\$302 (R\$173 em 31 de dezembro de 2015). Os contratos de DI1 têm os mesmos vencimentos que as posições prefixadas a que estão relacionados.

Fator de risco - moeda

A BM&FBOVESPA contratou instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteger-se do risco das oscilações da taxa de câmbio. No exercício de 2016, existem proteções contratadas para o montante total do principal da dívida no exterior, parte dos juros semestrais e aproximadamente 90% da posição em pesos mexicanos referente as ações da Bolsa Mexicana de Valores.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de valor justo

Em março de 2016, a BM&FBOVESPA contratou operações de *swap* junto à instituição financeira de primeira linha, para proteção dos impactos de variação cambial referente ao principal dos títulos de dívida emitidos no exterior em 2010 (Nota 12), devido a descontinuidade do *hedge* de fluxo de caixa anteriormente adotado.

A BM&FBOVESPA adotou a contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro contábil. Desta forma, tanto o principal do empréstimo objeto do *hedge*, quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado, protegendo-o desta forma dos impactos da variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores consolidados dos *swaps* avaliados ao valor justo são os seguintes:

BM&FBOVESPA e Consolidado							
Instrumento financeiro	Ativo /Passivo	Valor de referência	Vencimento da operação	Juros médios	Valor na curva	Ajuste a valor justo	Saldo contábil
<i>Swap</i>	Ativo	US\$ 612.000	03/04/2017	-	1.995.340	(3.058)	1.992.282
	Passivo	R\$ 2.166.800		79,07% do CDI	(2.392.218)	-	(2.392.218)
Resultado do Swap					(396.878)	(3.058)	(399.936)

No exercício, o *hedge* não apresentou elemento significativo de ineficácia.

Hedge de fluxo de caixa

BM&FBOVESPA e Consolidado								
Objeto de <i>hedge</i>	Instrumento de <i>hedge</i>	Valor de referência	Valor de referência - R\$	Vencimento da operação	Valor justo (4)		Ganho/(Perda)	
					Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Ações do CME Group (1)	NDF	USD 1.262.000	4.653.974	01/07/2016	-	-	68.392	-
4 parcelas de juros - dívida no exterior (2)	NDF	USD 19.800	64.619	16/01/2017	-	(2.019)	(2.120)	101
		USD 39.600	128.335	03/07/2017	-	(2.137)	(4.418)	361
		USD 19.800	64.429	17/07/2017	-	(1.879)	(2.241)	2.281
					-	(6.035)	59.613	2.743
Ações da Bolsa Mexicana de Valores (2)	NDF	MXN 600.000	99.123	03/07/2017	5.600	-	-	5.600
					5.600	-	-	5.600
Receitas futuras indexadas em moeda estrangeira (3)	Empréstimo em moeda estrangeira	USD 125.000	-	03/01/2018	-	(407.868)	-	14.013
					-	(407.868)	-	14.013
					5.600	(413.903)	59.613	22.356

- (1) Em março de 2016, a BM&FBOVESPA contratou junto à instituição financeira de primeira linha, termo de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger o investimento nas ações do CME Group dos impactos da variação cambial. Em abril de 2016, devido alienação total das ações do CME Group, a operação com o NDF foi liquidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) Em setembro de 2016, a BM&FBOVESPA contratou junto a instituições financeiras majoritariamente de primeira linha, termo de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger o investimento nas ações da Bolsa Mexicana de Valores e quatro parcelas dos juros semestrais das *Senior Unsecured Notes* (Nota 12) dos impactos da variação cambial.
- (3) Em dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA constituiu um novo *hedge* de fluxo de caixa, designando o empréstimo tomado em moeda estrangeira para cobertura dos impactos de variação cambial de parte das receitas futuras a incorrer de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018. Em dezembro de 2016, o valor do empréstimo em moeda estrangeira designado para proteção é de R\$407.388 e o montante registrado no patrimônio líquido é de R\$9.248, líquido dos efeitos tributários.
- (4) O método de apuração do valor justo, utilizado pela BM&FBOVESPA, consiste em determinar o valor futuro com base nas condições das operações contratadas, e em seguida o valor presente com base nas curvas de mercado vigentes, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Em dezembro de 2015 a BM&FBOVESPA designou parte de seu caixa em moeda estrangeira para cobertura dos impactos de variação cambial de alguns compromissos firmes assumidos em moedas estrangeiras (*hedge* de fluxo de caixa), em conformidade com o IAS 39/CPC 38. Os fluxos de caixa, objeto de cobertura, referiam-se a pagamentos a incorrer até 31 de dezembro de 2016, independentemente dos prazos dos contratos excederem essa data. No exercício de 2016 foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para o resultado o montante negativo de R\$521 e para o ativo não financeiro o montante negativo de R\$1.761, relativo a fluxos de pagamentos que foram objeto de *hedge* a partir de janeiro de 2016 líquidos dos efeitos tributários. Ainda no exercício, foi desconsiderado para fins do *hedge* de fluxo de caixa o montante de R\$1.379, devido à revisão dos contratos firmes e transferido de “Outros resultados abrangentes” para despesas financeiras líquido dos efeitos tributários.

e. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Política de aplicações financeiras e gestão de riscos financeiros

A BM&FBOVESPA possui política de aplicações financeiras de alta liquidez, cuja performance esteja substancialmente atrelada à taxa Selic/CDI. O que resulta em proporção expressiva em títulos públicos federais na sua carteira, sendo adquiridos de forma direta, via operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e também por intermédio de fundos exclusivos e abertos. A companhia realiza operações com instrumentos derivativos única e exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

Aquisição ou alienação de investimentos estratégicos tais como as ações no CME Group, Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores e Bolsa de Valores de Colombia, são avaliados individualmente e realizados somente em consonância com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, a BM&FBOVESPA possui a Política de Gestão de Riscos Corporativos que tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da BM&FBOVESPA, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, tecnológicos, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais.

O Comitê de Riscos e Financeiro acompanha e avalia os riscos de mercado, de liquidez, de crédito e sistêmico dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA, com enfoque estratégico e estrutural.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

O quadro a seguir demonstra quantitativamente a exposição líquida de todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) por fator de risco de mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA possuía como risco de mercado predominante a queda da taxa de juros pós-fixado (CDI/SELIC).

Exposição aos Fatores de Risco (Consolidado)

Fator de Risco	Risco	2016		2015	
		Percentual	Valor	Percentual	Valor
Preço da ação	Queda do preço da ação	1,64%	188.137	66,67%	4.853.598
Juros – Posição Pós-fixada	Queda do CDI/Selic	98,85%	11.305.635	65,18%	4.744.965
Câmbio - USD	Alta da Moeda	0,07%	8.538	33,34%	2.426.859
Câmbio - EUR	Queda da Moeda	0,15%	16.825	0,55%	40.161
Câmbio - GBP	Queda da Moeda	0,01%	1.196	0,07%	5.001
Câmbio - CLP	Queda da Moeda	0,36%	40.782	0,67%	48.575
Câmbio - MXN	Queda da Moeda	0,08%	8.985	-	-
Câmbio - COP	Queda da Moeda	0,38%	43.565	-	-
Ouro	Queda do ouro	0,11%	12.037	0,19%	13.610

A posição acionária na Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores e Bolsa de Valores de Colombia, é passível de dois fatores de risco simultaneamente: câmbio e preço da ação.

Risco do preço da ação

Esse risco está relacionado com a possibilidade de oscilações dos preços das ações da Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores e Bolsa de Valores de Colombia, que a BM&FBOVESPA possui em sua carteira e que podem gerar impactos nos valores envolvidos.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável do preço das ações para os próximos três meses, obtidos por meio da fonte Bloomberg.

Fator de risco	Impacto				
	-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
Ações Bolsa de Comercio de Santiago em BRL	(20.233)	(9.958)	317	10.591	20.866
Preço da ação em CLP	846.521	1.269.781	1.693.041	2.116.301	2.539.562
Ações Bolsa Mexicana de Valores em BRL	(51.094)	(24.748)	1.597	27.943	54.288
Preço da ação em MXN	13,86	20,78	27,71	34,64	41,57
Ações Bolsa de Valores de Colombia em BRL	(21.782)	(10.394)	663	11.719	22.776
Preço da ação em COP	11,02	16,52	22,03	27,54	33,05

Os possíveis impactos demonstrados pela análise de sensibilidade transitarão pelo patrimônio líquido, líquidos de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Taxa de Juros

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a BM&FBOVESPA vir a sofrer perdas em decorrência de flutuações das taxas de juros afetando seus ativos e passivos, resultando em efeitos sobre o seu resultado financeiro.

- Posição Pós-fixada

Como política de aplicações financeiras e tendo em vista a necessidade de liquidez imediata com o menor impacto possível das flutuações das taxas, a BM&FBOVESPA mantém seus ativos e passivos financeiros primordialmente atrelados a taxas de juros flutuantes ou pós-fixadas.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável da taxa CDI e Selic, para os próximos três meses, obtidos por meio da fonte Bloomberg.

Fator de risco	Impacto				
	-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
CDI	100.807	149.522	197.187	243.853	289.567
Taxa CDI	6,37%	9,55%	12,73%	15,91%	19,10%
Selic	66.919	99.241	130.856	161.799	192.102
Taxa Selic	6,47%	9,70%	12,93%	16,16%	19,40%

- Posição Prefixada

A BM&FBOVESPA possui exposição líquida aplicada em taxas prefixadas em pequena parte de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. Sendo assim, em termos percentuais, seus impactos na carteira não são considerados relevantes.

Risco Cambial

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam fazer com que a BM&FBOVESPA incorra em perdas não esperadas.

Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, incluindo-se o pagamento de juros das *senior unsecured notes* no próximo período semestral, a BM&FBOVESPA possui depósitos de terceiros em moeda estrangeira para a garantia de liquidação de operações por parte de investidores estrangeiros, recursos próprios no exterior e ainda, posição acionária em bolsas no exterior (Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores e Bolsa de Valores de Colombia).

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável do câmbio para os próximos três meses, obtidos por meio da fonte Bloomberg.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fator de risco	Impacto				
	-50%	-25%	Cenário Provável	+25%	+50%
USD	(3.956)	(1.850)	256	2.362	4.468
Taxa de Câmbio USD/BRL	1,6807	2,5210	3,3613	4,2016	5,0420
EUR	(8.152)	(3.825)	502	4.830	9.157
Taxa de Câmbio EUR/BRL	1,7706	2,6559	3,5412	4,4265	5,3118
GBP	(579)	(273)	33	338	644
Taxa de Câmbio GBP/BRL	2,0736	3,1103	4,1471	5,1839	6,2207
CLP	18.726	48.481	78.235	108	137.743
Taxa de Câmbio CLP/BRL	0,0072	0,0107	0,0143	0,0179	0,0215
MXN	(4.436)	(2.161)	114	2.388	4.663
Taxa de Câmbio MXN/BRL	0,0800	0,1200	0,1600	0,2000	0,2400
COP	(7.921)	9.901	27.723	45.545	63.367
Taxa de Câmbio COP/BRL	0,0009	0,0014	0,0018	0,0023	0,0027

Os possíveis impactos demonstrados pela análise de sensibilidade transitariam substancialmente pelo patrimônio líquido, líquidos de impostos.

Tendo em vista os valores líquidos das demais moedas, seus impactos não são considerados relevantes.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas e como forma de gerenciamento, a BM&FBOVESPA constantemente avalia seus fluxos de caixa, garantindo assim liquidez para cumprimento de todas as suas obrigações. A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros passivos do grupo BM&FBOVESPA por faixas de vencimento (fluxos de caixa não descontados):

	Sem Vencimento	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Garantias recebidas em operações	1.653.835	-	-	-
Emissão de dívida no exterior	-	129.060	129.060	2.252.690
Swap (1)	-	381.888	-	-
NDF's (2)	-	8.151	-	-
Debêntures	-	332.448	1.799.424	1.684.012
Empréstimo	-	373.439	33.949	-

- (1) O *swap* considera o valor a ser liquidado em 03 de abril de 2017 sob a operação contratada. Para o cálculo do ajuste foi usada a curva do CDI a partir da data de 31 de dezembro de 2016 até a data de liquidação do *swap* e o dólar de fechamento do mês (PTAX).

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(2) Os NDF's consideram o valor a ser liquidado em 2017 sob as operações contratadas. Para o cálculo do ajuste foi usado o dólar de fechamento do mês (PTAX) e a taxa MXN/BRL venda divulgada pela Banco Central do Brasil.

Risco de Crédito

O principal risco de crédito da BM&FBOVESPA decorre de suas aplicações financeiras e como forma de gerenciamento desse risco a BM&FBOVESPA possui política de aplicações financeiras que privilegia majoritariamente investimentos em títulos públicos federais do governo brasileiro. Atualmente cerca de 98% das aplicações financeiras está vinculada a títulos públicos federais com *ratings* definidos pelas agências Standard & Poor's e Moody's, respectivamente, "BB" e "Ba2" para emissões de longo prazo em moeda local. Os *swap's*, NDF's e empréstimo contratados como operações de *hedge* tem como contraparte majoritariamente bancos de primeira linha.

Gestão de capital

Os objetivos da BM&FBOVESPA ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de seus negócios, oferecer retorno aos acionistas e às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital eficiente para reduzir o custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a BM&FBOVESPA pode rever suas práticas de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, efetuar captações de empréstimos e emissões de valores mobiliários no mercado financeiro e de capitais, dentre outros.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 17, a BM&FBOVESPA está sujeita à exigência regulatória de capital, devendo manter uma estrutura de salvaguardas e gerenciamento de riscos exclusiva para a boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras livres supera o endividamento financeiro em R\$7.277.540.

5 Contas a receber

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Emolumentos	12.603	13.157	12.603	13.157
Anuidades	1.338	1.198	1.338	1.198
Vendors - Difusão de Sinal	13.726	16.787	13.726	16.787
Taxas de depositária e custódia	56.086	34.048	56.086	34.048
Outras contas a receber	9.154	12.342	9.903	13.198
Subtotal	92.907	77.532	93.656	78.388
Perdas estimadas em contas a receber	(2.011)	(3.259)	(2.011)	(3.259)
Total	90.896	74.273	91.645	75.129

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores apresentados acima são preponderantemente em Reais e cerca de 90% vencem em até 90 dias. Em 31 de dezembro de 2016 os valores vencidos acima de 90 dias apresentavam o montante de R\$2.171 (R\$3.123 em 31 de dezembro de 2015) na BM&FBOVESPA.

A metodologia de apuração das perdas estimadas aprovada pela Administração baseia-se em uma análise do comportamento histórico das perdas incorridas. Portanto, para faixas definidas de dias de atraso, de acordo com o comportamento histórico, é atribuído um percentual sobre o valor vencido que visa refletir a expectativa futura de não recebimento.

Movimentação das perdas estimadas com crédito:

	BM&FBOVESPA e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.307
Adições	2.350
Reversões	(704)
Baixas	(2.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.259
Adições	2.979
Reversões	(2.266)
Baixas	(1.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.011

6 Outros créditos

Os outros créditos estão compostos da seguinte forma:

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Dividendos a receber - CME Group	-	148.022	-	148.022
Valores a receber – Partes relacionadas (Nota 16)	6.038	4.647	294	212
Imóveis destinados à venda	3.812	3.812	3.812	3.812
Adiantamento a empregados	3.547	3.763	3.547	3.763
Outros	633	134	2.636	2.165
Total	14.030	160.378	10.289	157.974
Não-circulante				
Corretoras em liquidação judicial (1)	-	-	2.200	2.200
Total	-	-	2.200	2.200

(1) Saldo de contas a receber de corretoras em liquidação judicial, que considera como garantia os títulos patrimoniais dos devedores caucionados.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Investimentos

a. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas e coligadas estão compostas da seguinte forma:

Sociedades	Patrimônio líquido	Quantidade total de ações patrimoniais	Resultado ajustado	% Participação	Investimento 2016	Investimento 2015	Resultado equivalência patrimonial 2016	Resultado equivalência patrimonial 2015
Controladas								
Banco BM&FBOVESPA de Liquidação e Custódia S.A.	81.790	24.000	14.409	100	81.790	72.903	14.409	12.451
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ	75.975	115	(1.524)	86,95	66.060	67.385	(1.325)	8.126
BM&F (USA) Inc.	1.539	1.000	(4)	100	1.539	1.829	(4)	218
BM&FBOVESPA (UK) Ltd.	1.185	1.000	(490)	100	1.185	2.345	(490)	106
					150.574	144.462	12.590	20.901
Coligada								
CME Group, Inc.					-	-	-	136.245
Total					150.574	144.462	12.590	157.146

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia São José Holding apresentou patrimônio líquido de R\$120 (em Reais), dividido em 1.200 ações ordinárias.

A BM&FBOVESPA BRV LLC não apresentou saldo no exercício.

Resumo das principais informações contábeis das sociedades controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Bolsa de Valores do			
	Banco BM&FBOVESPA	Rio de Janeiro - BVRJ	BM&F (USA) Inc.	BM&FBOVESPA (UK) Ltd.
Ativo	526.822	93.026	1.673	1.688
Passivo	445.033	17.051	134	503
Receitas	39.796	7.607	1.319	1.652

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos:

Investimentos	Controladas				Total
	Banco BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ	BM&F (USA) Inc.	BM&FBOVESPA (UK) Ltd.	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	64.443	59.259	1.095	1.605	126.402
Equivalência patrimonial	12.451	8.126	218	106	20.901
Varição cambial	-	-	516	634	1.150
Resultado abrangente de controlada	9	-	-	-	9
JCP recebidos/a receber	(4.000)	-	-	-	(4.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	72.903	67.385	1.829	2.345	144.462
Equivalência patrimonial	14.409	(1.325)	(4)	(490)	12.590
Varição cambial	-	-	(286)	(670)	(956)
Resultado abrangente de controlada	(22)	-	-	-	(22)
JCP recebidos/a receber	(5.500)	-	-	-	(5.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	81.790	66.060	1.539	1.185	150.574

Investimentos	Coligada
	CME Group, Inc.
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.729.147
Equivalência patrimonial	136.245
Varição cambial (2)	1.717.454
Resultado abrangente de coligada	7.774
Dividendos recebidos	(82.633)
Alienação de 20% de participação societária (1)	(1.101.598)
Remensuração ao Valor Justo de Investimentos (1)	551.634
Reclassificação para ativos financeiros disponíveis para venda (1)	(4.958.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-

Coligada

- (1) Com o objetivo de rebalancear a composição dos ativos da Companhia, a BM&FBOVESPA alienou 20% das ações que detinha de emissão do CME Group (equivalentes a 3.395.544 de *Class A Common Stocks*, ou 1% do total de ações emitidas pelo CME Group), reduzindo sua participação para 13.582.176 ações (4% do total de ações emitidas pelo CME Group), conforme informou em 9 de setembro de 2015, através de comunicado ao mercado.

Com a consolidação da parceria estratégica firmada em 2010 e a maturação natural do processo de transferência de conhecimento e tecnologia entre as companhias, somados à alienação de parte do investimento detido pela Companhia, a Administração revisitou sua avaliação acerca da influência significativa exercida sobre o CME Group, considerando os fatores quantitativos e qualitativos atuais, e concluiu que houve a descaracterização da “influência significativa”, conforme definida pelo CPC 18, sobre o CME Group.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tal avaliação levou a Companhia a reclassificar sua posição acionária no CME Group, a partir de 14 de setembro de 2015 (data da liquidação financeira da venda), da rubrica “Participação em coligada”, mensurada pelo método de equivalência patrimonial, para a rubrica “Aplicações financeiras – disponíveis para venda”, mensurada ao seu valor justo. A estrutura de *hedge* de investimento líquido anterior foi descontinuada, sendo os outros resultados abrangentes do objeto e do instrumento de *hedge* levados ao resultado do período.

A seguir são demonstrados os efeitos brutos no resultado pela alienação parcial da participação no CME Group, descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial e do *hedge* de investimento líquido:

Descrição	BM&FBOVESPA
	e Consolidado
	30/09/2015
Alienação de investimento	
Ganho na alienação de investimentos	107.065
Resultado da variação cambial reclassificado de outros resultados abrangentes	600.793
Resultado abrangente de coligada no exterior reclassificado de outros resultados abrangentes	16.596
Outros	(459)
Resultado bruto na alienação de investimento em coligada	723.995
Descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial	
Resultado da variação cambial reclassificado de outros resultados abrangentes	1.116.871
Resultado da variação cambial do objeto de <i>hedge</i> reclassificado de outros resultados abrangentes	1.286.302
Resultado da variação cambial do instrumento de <i>hedge</i> reclassificado de outros resultados abrangentes	(1.286.302)
Resultado abrangente de coligada no exterior reclassificado de outros resultados abrangentes	66.384
Remensuração do investimento no CME Group ao valor justo	551.634
Resultado bruto na descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial	1.734.889

- (2) Em julho de 2010, a BM&FBOVESPA emitiu títulos em dólares que permitiram a proteção (*hedge* de investimento líquido) de parte do risco cambial do investimento no CME Group através da designação de instrumento financeiro não derivativo (emissão de dívida no exterior), conforme apresentado na Nota 12. Com a descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial, o *hedge* de investimento líquido foi substituído por um *hedge* de fluxo de caixa, conforme apresentado na Nota 4.

b. Propriedades para investimento

São representados por imóveis alugados, de propriedade da controlada BVRJ – Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, registrados ao custo e depreciados à taxa de 4% ao ano. Não ocorreram adições ou baixas durante o período e a depreciação totalizou R\$1.518 (R\$1.518 em 31 de dezembro de 2015). A receita com o aluguel destes imóveis no período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$7.603 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de custo menos a depreciação acumulada desta propriedade é de R\$29.117 e o valor justo estimado pela Administração é de R\$128.563, calculado através do preço médio do metro quadrado para venda de imóveis comerciais na cidade do Rio de Janeiro, divulgado na tabela FIPEZAP.

A BM&FBOVESPA não tem restrições sobre a capacidade de realização e venda de sua propriedade para investimento.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imobilizado

Movimentação	BM&FBOVESPA						Total
	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Imobilizado em andamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	244.650	15.764	44.688	47.238	27.415	38.747	418.502
Adições	458	2.602	65.170	12.093	1.969	1.097	83.389
Baixas	(1.107)	(2.188)	(4.524)	(1)	(2.853)	-	(10.673)
Reclassificação (Nota 9)	(35)	-	-	-	-	(6)	(41)
Transferência (1)	41.492	1.940	25.384	(28.615)	(1.692)	(38.509)	-
Depreciação	(5.298)	(2.677)	(26.607)	(4.278)	(2.193)	-	(41.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.160	15.441	104.111	26.437	22.646	1.329	450.124
Adições	3.107	1.973	26.847	3.974	1.635	7.583	45.119
Baixas	-	(163)	(73)	-	(2.259)	-	(2.495)
Transferência	1.396	5	-	-	-	(1.401)	-
Depreciação	(5.285)	(2.631)	(19.494)	(3.644)	(1.680)	-	(32.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	279.378	14.625	111.391	26.767	20.342	7.511	460.014
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	410.389	49.814	372.878	57.107	61.764	7.511	959.463
Depreciação acumulada	(131.011)	(35.189)	(261.487)	(30.340)	(41.422)	-	(499.449)
Saldo contábil líquido	279.378	14.625	111.391	26.767	20.342	7.511	460.014
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	405.886	48.392	347.172	53.133	63.752	1.329	919.664
Depreciação acumulada	(125.726)	(32.951)	(243.061)	(26.696)	(41.106)	-	(469.540)
Saldo contábil líquido	280.160	15.441	104.111	26.437	22.646	1.329	450.124

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Consolidado						Total
	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Imobilizado em andamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	244.650	15.764	44.688	47.453	29.884	38.747	421.186
Adições	458	2.706	65.403	12.093	2.406	1.097	84.163
Baixas	(1.107)	(2.291)	(4.757)	(1)	(2.930)	-	(11.086)
Reclassificação (Nota 9)	(35)	-	-	-	-	(6)	(41)
Transferência (1)	41.492	1.939	25.384	(28.615)	(1.691)	(38.509)	-
Depreciação	(5.298)	(2.677)	(26.607)	(4.348)	(2.198)	-	(41.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.160	15.441	104.111	26.582	25.471	1.329	453.094
Adições	3.107	1.977	26.849	4.003	1.650	7.583	45.169
Baixas	-	(167)	(75)	-	(2.459)	-	(2.701)
Transferência	1.396	5	-	-	-	(1.401)	-
Depreciação	(5.285)	(2.631)	(19.494)	(3.715)	(1.684)	-	(32.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	279.378	14.625	111.391	26.870	22.978	7.511	462.753
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	410.389	50.047	373.095	58.156	64.450	7.511	963.648
Depreciação acumulada	(131.011)	(35.422)	(261.704)	(31.286)	(41.472)	-	(500.895)
Saldo contábil líquido	279.378	14.625	111.391	26.870	22.978	7.511	462.753
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	405.886	48.670	347.452	54.154	66.633	1.329	924.124
Depreciação acumulada	(125.726)	(33.229)	(243.341)	(27.572)	(41.162)	-	(471.030)
Saldo contábil líquido	280.160	15.441	104.111	26.582	25.471	1.329	453.094

(1) Refere-se à transferência pela conclusão da edificação do novo *data center*.

No exercício, a BM&FBOVESPA incorporou como parte do custo de desenvolvimento de projetos o montante de R\$7.591 (R\$4.330 em 31 de dezembro de 2015) referentes à depreciação de equipamentos utilizados no desenvolvimento destes projetos.

Imóveis da BM&FBOVESPA com valor contábil de aproximadamente R\$92.441 (R\$93.894 em 31 de dezembro de 2015) estão dados em garantia de processos judiciais. A BM&FBOVESPA não tem permissão de ceder estes ativos como garantia para outros processos judiciais ou vendê-los.

A depreciação do imobilizado considera a vida útil esperada dos mesmos. As taxas anuais de depreciação dos bens classificados no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios	2,5%	2,5%
Móveis e utensílios	10%	10%
Aparelhos e equipamentos de computação	10% a 16,67%	10% a 25%
Instalações	10%	10%
Outros	11% a 33%	11% a 33%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Intangível

Ágio

Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.064.309
Redução ao valor recuperável de ativos	(1.662.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.401.628

O ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding em 2008, no montante de R\$16.064.309, está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento.

De acordo com as diretrizes do CPC 01/IAS 36, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve ser anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), ou em prazos mais curtos quando houver indicadores de *impairment*. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são passíveis de reversão.

A BM&FBOVESPA utiliza especialista externo e independente para auxiliar na mensuração do valor recuperável do ativo (valor em uso). O laudo apresentado pelo especialista não revelou a necessidade de ajuste negativo ao valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2016.

As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros da BM&FBOVESPA, no segmento BOVESPA (Unidade Geradora de Caixa – UGC), foram baseadas na análise de sua performance nos últimos anos, e nas expectativas de crescimento do seu mercado de atuação (fundamentada em estimativa de remuneração média do mercado de capitais no longo prazo), além das expectativas e estratégias da Administração.

Tendo como base as expectativas de crescimento do segmento Bovespa, foi projetado o fluxo de caixa que considera as receitas e despesas relacionadas às atividades do segmento. O período de projeção desses fluxos se estende de dezembro de 2016 até dezembro de 2026. Já a perpetuidade foi apurada através da extrapolação do fluxo de caixa de 2026 por uma taxa de crescimento equivalente à esperada para o PIB nominal no longo prazo, de 6,60% ao ano.

A Administração entende que um período de projeção de dez anos (e não cinco) se fundamenta na percepção de que o mercado de capitais brasileiro, no segmento de renda variável, deve experimentar um crescimento prolongado, refletindo o tempo necessário para que indicadores tais como participação de ações nas carteiras de investidores, e relação Market Cap/PIB do Brasil, dentre outros, possam atingir patamares observados em outros países, indicando que se atingiu a maturidade de longo prazo.

Para se determinar o valor presente do fluxo projetado utilizou-se uma taxa média de desconto após impostos de 14,81% ao ano, equivalente a 16,88% antes dos impostos (2015 - equivalente a 15,6% e 17,4% respectivamente).

As três principais variáveis que afetam o valor em uso calculado são as taxas de desconto, taxa de crescimento da receita líquida e taxa de crescimento da perpetuidade. A Administração da BM&FBOVESPA realizou análises de sensibilidade para determinar os impactos de mudanças nessas variáveis sobre o valor em uso calculado: aumento de 90bps na taxa de desconto antes dos impostos (um desvio padrão das taxas de desconto dos últimos

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cinco anos); redução de 180bps na taxa de crescimento médio anual da receita no período de 2017 a 2026 (15% de redução); e redução de 60bps na taxa de crescimento da perpetuidade (um desvio padrão das médias de séries de 10 anos da variação do PIB real brasileiro). Os cenários de sensibilidade revelaram valores em uso da UGC entre 4% e 14% inferiores ao valor em uso estimado no laudo do especialista externo.

Softwares e projetos

Movimentação	BM&FBOVESPA e Consolidado			
	Custo de softwares gerados internamente em desenvolvimento	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Softwares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	127.608	514.251	67.048	708.907
Adições	152.982	-	11.074	164.056
Baixas	(6.463)	-	-	(6.463)
Reclassificação (Nota 8)	-	-	41	41
Transferência	(1.778)	1.778	-	-
Amortização	-	(54.422)	(23.793)	(78.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	272.349	461.607	54.370	788.326
Adições	169.900	5.897	14.276	190.073
Transferência (1)	(64.442)	64.415	27	-
Amortização	-	(56.491)	(21.330)	(77.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	377.807	475.428	47.343	900.578
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	377.807	681.445	353.344	1.412.596
Amortização acumulada	-	(206.017)	(306.001)	(512.018)
Saldo contábil líquido	377.807	475.428	47.343	900.578
Em 31 de dezembro de 2015				
Custo	272.349	611.133	339.881	1.223.363
Amortização acumulada	-	(149.526)	(285.511)	(435.037)
Saldo contábil líquido	272.349	461.607	54.370	788.326

(1) Refere-se substancialmente à transferência pela conclusão da segunda fase do Projeto Mercado de Balcão.

Referem-se a custos com aquisição de licenças e desenvolvimento de softwares e sistemas concluídos com taxas de amortização de 6,67% a 33% ao ano em 2015 e 2016, e com a implantação e o desenvolvimento em curso de novos sistemas e softwares.

No exercício, a BM&FBOVESPA incorporou como parte do custo de desenvolvimento de projetos o montante de R\$6.236 (R\$5.674 em 31 de dezembro de 2015) referentes à amortização de softwares utilizados no desenvolvimento destes projetos.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os projetos em andamento referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação eletrônica para diferentes tipos e classes de ativos e a construção de uma nova arquitetura de negócios e de TI para apoiar a Integração da Infraestrutura de Post-trade.

10 Proventos e direitos sobre títulos em custódia

Representam os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de companhias abertas a serem repassados aos agentes de custódia e por estes a seus clientes, detentores da titularidade das ações dessas companhias abertas.

11 Provisão para impostos e contribuições a recolher

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostos e contribuições retidos na fonte a recolher	61.439	10.420	64.100	12.177
PIS e Cofins a recolher	25.517	19.497	25.805	19.768
ISS a recolher	3.085	2.595	3.103	2.606
Total	90.041	32.512	93.008	34.551

12 Emissão de dívida no exterior, empréstimos e debêntures

a. Emissão de dívida no exterior

Com a adoção da contabilidade de *hedge* de valor justo em março de 2016 (Nota 4 (d)), o valor do principal dos títulos de dívida emitidos no exterior em 2010 passaram a ser mensurados ao valor justo.

O saldo atualizado do empréstimo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.046.463 (R\$2.454.265 em 31 de dezembro de 2015), o que inclui o montante de R\$58.794 (R\$70.181 em 31 de dezembro de 2015) referente aos juros incorridos até a data-base.

Em setembro de 2016, a BM&FBOVESPA contratou termo de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF) e designou como instrumento de *hedge* para proteção do risco cambial de quatro parcelas dos juros semestrais das *Senior Unsecured Notes* (Nota 4(d)).

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida no exterior e os efeitos do *hedge*:

	BM&FBOVESPA e Consolidado		
	Circulante	Não-circulante	Total
Dívida no exterior em 31/12/2015	70.181	2.384.084	2.454.265
Variação cambial	(3.762)	(394.128)	(397.890)
Variação cambial - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(63)	-	(63)
Juros pagos	(143.774)	-	(143.774)
Juros a pagar	137.827	-	137.827
Amortização do custo de captação	(1.615)	-	(1.615)
Dívida no exterior ao custo amortizado	58.794	1.989.956	2.048.750
Ajuste a valor justo - <i>Hedge</i> de valor justo	-	(2.287)	(2.287)
Dívida no exterior em 31/12/2016	58.794	1.987.669	2.046.463

O valor de mercado dos títulos, considerando o valor principal mais os juros, é de R\$2.064.997 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.380.489 em 31 de dezembro de 2015), obtidos por meio da fonte Bloomberg.

b. Empréstimo – Unsecured Loans

Em dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA contratou empréstimo junto a banco de primeira linha no valor de US\$125.000, com taxa de 2,57% ao ano com duração de 1 ano e 1 mês. Este empréstimo foi designado como instrumento de *hedge* para proteção do risco cambial de parte das receitas futuras (Nota 4(d)).

O empréstimo será pago em 12 parcelas iguais de US\$10.417, no primeiro dia útil de cada mês, sendo a primeira parcela em fevereiro de 2017.

Os recursos obtidos com o empréstimo em dólar foram utilizados para reforçar o caixa da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do valor principal mais os juros do empréstimo é de R\$407.868.

c. Emissão de Debêntures Série única

Em 15 de dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA realizou a 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e série única, sendo o rating da BM&FBOVESPA classificado nesta data como “Aaa.br” pela agência Moody’s. A emissão totalizou o montante de R\$3.000.000 e o prazo de vencimento é de 3 anos contados da data da emissão, de forma que a data de vencimento não ultrapasse dia 30 de dezembro de 2019.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal unitário em R\$</u>	<u>Total da emissão</u>
1ª emissão (série única)	104,25% DI	3.000.000	1.000,00	3.000.000

A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios correspondentes a 104,25% da Taxa DI com amortização do principal em parcelas iguais no 24º e no 36º mês e pagamento de juros semestral, no dia 1º dos

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2017 e o último em 01 de janeiro de 2019.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para a operação de combinação de negócios entre a BM&FBOVESPA e a CETIP, ou na quitação dos empréstimos contraídos pela BM&FBOVESPA cujos recursos também tenham sido utilizados na operação ou no curso normal dos negócios da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do valor principal mais os juros menos o custo incorrido na emissão das debêntures é de R\$3.009.301.

O valor de mercado dos títulos, considerando o valor principal mais os juros, é de R\$ 3.017.490 em 31 de dezembro de 2016, obtidos por meio do agente fiduciário.

13 Outras obrigações

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Valores a pagar – CME	14.574	15.632	14.575	15.632
Valores a pagar – Partes relacionadas (Nota 16)	324	8.918	257	8.696
Agentes de custódia	3.172	3.121	3.172	3.121
Valores a repassar - Tesouro Direto	28.558	17.271	28.558	17.271
Adiantamento recebido pela venda de imóvel	7.500	8.192	7.500	8.192
Ações preferenciais a liquidar	1.838	1.838	1.838	1.838
Depósitos a vista (1)	-	-	115.502	90.922
Obrigações com operações compromissadas (2)	-	-	303.002	283.157
Outros	9.108	7.661	10.108	8.395
Total	65.074	62.633	484.512	437.224
Não-circulante				
Valores a pagar – CME	39.649	58.361	39.649	58.361
Total	39.649	58.361	39.649	58.361

(1) Referem-se a depósitos a vista mantidos por pessoas jurídicas no Banco BM&FBOVESPA, com finalidade exclusiva para liquidação de ajustes e posições de operações realizadas no âmbito da BM&FBOVESPA e do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, nos termos da Carta Circular do Banco Central do Brasil nº 3.196 de 21 de julho de 2005.

(2) Referem-se à captações no mercado aberto efetuadas pelo Banco BM&FBOVESPA, compostas por compromissos de recompra para 02 de janeiro de 2017 (2015 – 04 de janeiro de 2016), com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - LFT e Letras do Tesouro Nacional - LTN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes, depósitos judiciais e outras

a. Contingências ativas

A BM&FBOVESPA não possui nenhum ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui, no momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros relevantes.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A BM&FBOVESPA e suas controladas figuram como réis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, mediante avaliação do departamento jurídico da BM&FBOVESPA e de seus consultores externos, na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

Os processos em que as expectativas de perda são prováveis compõem-se principalmente da seguinte forma:

- Os processos trabalhistas, em sua maioria, referem-se a reclamações apresentadas por ex-empregados da BM&FBOVESPA e funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas;
- Os processos cíveis versam sobre questões atinentes à responsabilidade civil da BM&FBOVESPA e suas controladas;
- Os processos tributários para os quais há provisões versam em sua quase totalidade sobre a incidência de PIS e COFINS sobre (i) receitas da BM&FBOVESPA e (ii) recebimento de juros sobre capital próprio.

A BM&FBOVESPA figura como ré em ação cível movida por uma corretora de mercadorias em regime falimentar que operava na antiga BM&F. O valor provisionado para a referida demanda é de R\$186.305, composto por i) estimativa de valor referente a entrega de 3.278.554 ações BVMF3, acrescida dos proventos correspondentes; ii) valor de indenização no montante de R\$32.589, atualizados; e iii) honorários advocatícios relacionados.

c. Obrigações legais

Representadas em sua quase totalidade por processos nos quais a BM&FBOVESPA postula a não-incidência de contribuição previdenciária adicional sobre a folha de pagamentos e pagamentos feitos a autônomos.

d. Outras provisões

A BM&FBOVESPA e sua controlada BVRJ, possuem contratos que preveem o pagamento de honorários de sucesso advocatícios decorrentes de processos tributários e cíveis, dos quais figuram como polo passivo. A BM&FBOVESPA, dentro de sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

entende que existe a expectativa de desembolso futuro, advindos dos honorários de sucesso advocatícios decorrentes dos processos classificados com probabilidade de perda possível e remota.

e. Movimentação dos saldos

A movimentação das provisões e das obrigações legais pode assim ser detalhada:

	BM&FBOVESPA					
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações Legais	Tributárias	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.791	30.675	42.084	16.111	-	97.661
Provisões	-	2.589	7.193	-	-	9.782
Utilização de provisões	-	(3.876)	-	-	-	(3.876)
Reversão de provisões	-	(1.412)	-	-	-	(1.412)
Reavaliação dos riscos	-	463	-	-	-	463
Atualização monetária	898	4.277	3.988	1.341	-	10.504
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.689	32.716	53.265	17.452	-	113.122
Provisões	183.938	3.868	7.403	-	41.165	236.374
Utilização de provisões	(2)	(4.941)	(828)	-	(1.248)	(7.019)
Reversão de provisões	-	(1.669)	-	-	-	(1.669)
Reavaliação dos riscos	(23)	111	-	-	-	88
Atualização monetária	3.560	3.792	5.847	1.418	1.043	15.660
Saldos em 31 de dezembro de 2016	197.162	33.877	65.687	18.870	40.960	356.556

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Obrigações Legais	Tributárias	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.051	30.743	42.084	16.111	-	102.989
Provisões	-	2.589	7.193	-	-	9.782
Utilização de provisões	-	(3.876)	-	-	-	(3.876)
Reversão de provisões	-	(1.433)	-	-	-	(1.433)
Reavaliação dos riscos	-	462	-	-	-	462
Atualização monetária	1.516	4.285	3.988	1.341	-	11.130
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.567	32.770	53.265	17.452	-	119.054
Provisões	183.938	3.868	7.403	-	49.054	244.263
Utilização de provisões	(2)	(4.960)	(828)	-	(1.248)	(7.038)
Reversão de provisões	-	(1.681)	-	-	-	(1.681)
Reavaliação dos riscos	(23)	111	-	-	-	88
Atualização monetária	4.495	3.796	5.847	1.418	1.138	16.694
Saldos em 31 de dezembro de 2016	203.975	33.904	65.687	18.870	48.944	371.380

De acordo com a característica das provisões não há previsão para o momento do desembolso de caixa, se ocorrer.

f. Perdas possíveis

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto a seu desfecho. São ações judiciais ou procedimentos administrativos para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem de verificação e análise dos fatos ou, ainda, que apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A BM&FBOVESPA e suas controladas possuem ações de natureza cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação do departamento jurídico da BM&FBOVESPA e de seus consultores externos, para os quais não há provisão constituída. Esses processos compõem-se principalmente da seguinte forma:

- Os processos trabalhistas referem-se, em sua maioria, a reclamações apresentadas por ex-empregados da BM&FBOVESPA e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas. O valor envolvido nos processos classificados como possíveis em 31 de dezembro de 2016 é de R\$18.173, tanto na controladora quanto no consolidado (R\$47.558 na controladora e R\$54.812 no consolidado em 31 de dezembro de 2015);
- O maior número de processos cíveis versa sobre questões atinentes a responsabilidade civil por perdas e danos. O valor total de perdas classificadas como possíveis relacionadas a processos cíveis em 31 de dezembro de 2016 é de R\$102.718 na controladora (R\$165.917 em 31 de dezembro de 2015) e R\$324.388 no consolidado (R\$355.700 em 31 de dezembro de 2015);

A quase totalidade do valor considerado para 31 de dezembro de 2016 decorre de duas ações judiciais, tratando a primeira da possibilidade de a BVRJ vir a ser obrigada a indenizar um investidor em razão de suposta omissão, em relatório de auditoria realizada no âmbito de procedimento administrativo instaurado perante a Comissão Especial do Fundo de Garantia da BVRJ, de ações que teriam sido fruto de operações realizadas pelo investidor por intermédio de corretora, e que não foram localizadas em sua conta de custódia e; a segunda ação envolve a possibilidade de a BM&FBOVESPA ser condenada, solidariamente com a BVRJ, ao pagamento de indenização a corretora de valores que, por não preencher os requisitos, não foi autorizada a realizar a permuta de títulos patrimoniais da BVRJ de que se dizia proprietária com títulos patrimoniais da então Bolsa de Valores de São Paulo, os quais, por sua vez, dariam direito a ações de emissão da BM&FBOVESPA. Adicionalmente às duas ações citadas, em 31 de dezembro de 2015, a BM&FBOVESPA classificava como risco de perda possível a ação movida por uma corretora de mercadorias em regime falimentar que operava na antiga BM&FBOVESPA, conforme descrito na nota 14 (b).

- O valor total envolvido nos processos tributários classificados como possíveis é de R\$566.780 na controladora e R\$566.987 no consolidado (R\$671.320 em 31 de dezembro de 2015 na controladora e consolidado). Os principais processos tributários da BM&FBOVESPA e de suas controladas referem-se às seguintes questões:

(i) enquadramento das antigas BM&F e Bovespa, em período anterior às operações de desmutualização, como sujeitos passivos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), que é objeto de duas ações declaratórias de inexistência de relação jurídico-tributária em face da União Federal, nas quais as antigas bolsas pleiteiam a não-incidência da referida contribuição social sobre as receitas decorrentes do exercício das atividades para as quais foram constituídas, receitas estas que não se enquadram no conceito de faturamento. O valor envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$63.892 (R\$59.693 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), relativo ao ano calendário de 2008, em decorrência de entendimento da Receita Federal do Brasil (“RFB”) no sentido de que a BM&FBOVESPA seria responsável pela retenção e recolhimento do IRRF incidente sobre o suposto ganho de capital auferido pelos investidores não-residentes da Bovespa Holding S.A., em razão da

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorporação de ações desta companhia pela BM&FBOVESPA. O valor envolvido no referido processo administrativo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$204.695 (R\$197.935 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) suposta incidência de contribuições previdenciárias sobre opções outorgadas com base nos Planos de Opções de Compra de Ações da BM&F S.A., assumido pela BM&FBOVESPA S.A., e da própria BM&FBOVESPA S.A., exercidas pelos beneficiários dos Planos nos anos de 2011 e 2012, bem como multa isolada decorrente da não retenção na fonte de imposto de renda supostamente incidente sobre referidas opções. Os questionamentos da Receita Federal do Brasil assentam-se no entendimento de que as opções de compra de ações outorgadas a trabalhadores possuem natureza salarial, por representar uma contraprestação por serviços prestados. Os valores envolvidos nos referidos processos administrativos, em 31 de dezembro de 2016, são de (i) R\$88.075 (R\$79.094 em 31 de dezembro de 2015), referente às contribuições previdenciárias supostamente devidas, classificado como chance de perda possível; e (ii) R\$36.010 (R\$31.750 em 31 de dezembro de 2015), referente à multa isolada pela não retenção do imposto de renda, classificado como chance de perda remota.

(iv) supostas diferenças de recolhimento de IRPJ e CSLL que decorrem de questionamento acerca do limite de dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio creditado pela BM&FBOVESPA em favor de seus acionistas no ano-calendário de 2008. O valor total envolvido no referido processo administrativo é de R\$151.623 (R\$144.088 em 31 de dezembro de 2015), incluídos juros de mora e multa de ofício.

g. Perdas remotas

A BM&FBOVESPA recebeu, em 29 de novembro de 2010, auto de infração da Receita Federal do Brasil questionando a amortização, para fins fiscais, nos exercícios de 2008 e 2009, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela BM&FBOVESPA em maio de 2008. Em outubro de 2011, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo proferiu decisão na impugnação apresentada pela BM&FBOVESPA, mantendo, em seus aspectos fundamentais, o referido auto de infração. Em dezembro de 2013, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF proferiu decisão negando provimento ao recurso voluntário apresentado pela BM&FBOVESPA, mantendo, assim, o referido auto de infração. Em 25 de março de 2015, o CARF negou provimento aos embargos de declaração apresentados pela BM&FBOVESPA. Em 29 de maio de 2015, a BM&FBOVESPA apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior do CARF. Em 06 de fevereiro de 2017, a BM&FBOVESPA impetrou Mandado de Segurança questionando o impedimento gerado pela Medida Provisória nº765/2016 sobre os julgadores desse procedimento administrativo. Em 07 de fevereiro de 2017, liminar foi deferida para retirar o Recurso Especial da pauta de julgamento da Câmara Superior do CARF. A BM&FBOVESPA considera que o risco de perda associado a esse procedimento fiscal é remoto e continuará a amortizar, para fins fiscais, o referido ágio, na forma da legislação vigente. O valor envolvido no referido processo administrativo, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$1.184.514 (R\$1.083.566 em 31 de dezembro de 2015).

A BM&FBOVESPA recebeu, em 2 de abril de 2015, auto de infração da Receita Federal do Brasil questionando a amortização, para fins fiscais, nos exercícios de 2010 e 2011, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela BM&FBOVESPA em maio de 2008. Em 27 de abril de 2016, a BM&FBOVESPA foi intimada de decisão da DRJ negando provimento à impugnação apresentada e apresentará recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais no prazo regulamentar. A BM&FBOVESPA considera que o risco de perda associado a esse procedimento fiscal é remoto e continuará a amortizar, para fins fiscais, o referido ágio, na forma da legislação vigente. O valor envolvido no referido processo administrativo, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$2.347.853 (R\$2.111.622 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A BM&FBOVESPA, na condição de sucessora da antiga Bovespa, e sua controlada BVRJ, figuram como réus em uma ação indenizatória por danos materiais e morais, ajuizada por Naji Robert Nahas, Selecta Participações e Serviços SC Ltda. e Cobrasol - Companhia Brasileira de Óleos e Derivados, em razão de alegadas perdas no mercado de ações sofridas em junho de 1989. O valor atribuído à causa pelos autores é de R\$10 bilhões. Com relação aos danos materiais e morais reclamados, os autores pleiteiam que a BM&FBOVESPA e a BVRJ sejam condenadas, na proporção de suas responsabilidades. Foi proferida sentença julgando totalmente improcedentes os pedidos formulados pelos autores, decisão essa confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por meio de acórdão publicado em 18 de dezembro de 2009. Os autores interpuseram recursos especial e extraordinário, os quais foram inadmitidos. Houve interposição de agravos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, tendo sido dado provimento ao recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, para permitir a subida dos autos do recurso especial interposto pelos autores. O recurso especial foi apenas parcialmente conhecido e, nesta parte, teve o provimento negado por votação unânime. Contra esse acórdão os autores interpuseram embargos de declaração, os quais foram desprovidos por votação unânime, tendo eles então interposto embargos de divergência, também indeferidos. Em face dessa decisão, os autores apresentaram pedido de reconsideração e, subsidiariamente, agravo regimental. O Superior Tribunal de Justiça recebeu o pedido de reconsideração como agravo regimental e negou-lhe provimento, tendo os autores apresentado embargos de declaração contra essa decisão, os quais também foram rejeitados. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, o agravo de instrumento dos autores não foi conhecido. Em face dessa decisão eles apresentaram pedido de reconsideração e, subsidiariamente, agravo regimental. O Supremo Tribunal Federal negou provimento ao agravo regimental interposto. Atualmente aguarda-se o trânsito em julgado ou eventual oposição de embargos de declaração. A BM&FBOVESPA entende que as chances de perda nessa ação são remotas.

A BM&FBOVESPA, na qualidade de sucessora da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F (“BM&F”) e conforme divulgado em seu Formulário de Referência (item 4.3), figura como ré em ações civis públicas e ações populares propostas com a finalidade de apurar a prática de possíveis atos de improbidade administrativa, bem como de obter o ressarcimento de supostos danos ao erário, em decorrência de operações realizadas pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 1999 no mercado futuro de dólar administrado pela antiga BM&F. Em 15 de março de 2012, as referidas demandas foram julgadas em primeira instância procedentes para condenar a maioria dos réus nos referidos processos, dentre eles a BM&F. As condenações somadas atingem o montante de R\$ 7.005 milhões, dos quais, segundo uma das decisões proferidas, poderão ser deduzidos os ganhos que o Banco Central do Brasil obteve em razão da não utilização de reservas internacionais, no montante de até R\$5.431 milhões. A BM&FBOVESPA também foi condenada ao pagamento de multa civil no valor de R\$1.418 milhões. Os valores são referentes a janeiro de 1999 e deverão ser corrigidos monetariamente, acrescidos de juros moratórios, e de verbas de sucumbência. A BM&FBOVESPA acredita na total improcedência dessas ações e continuará a não provisionar em suas informações trimestrais qualquer montante relacionado às referidas ações judiciais, tendo em vista o risco remoto de perda. Foram apresentados os recursos de apelação, recebidos no efeito suspensivo. Atualmente, aguarda-se a apreciação desses recursos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h. Depósitos judiciais

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações legais	65.800	52.989	65.800	52.989
Tributárias	79.569	73.895	79.908	74.185
Cíveis	5.941	5.577	5.941	5.577
Trabalhistas	10.968	7.658	11.111	7.816
Total	162.278	140.119	162.760	140.567

Do total dos depósitos judiciais tributários, merecem destaque os seguintes: (i) R\$58.576 (R\$54.149 em 31 de dezembro de 2015) referentes aos processos que discutem o enquadramento das bolsas como sujeito passivo da COFINS, classificados pela BM&FBOVESPA como de perda possível, conforme mencionado no item “f” desta nota; e (ii) R\$14.207 (R\$13.127 em 31 de dezembro de 2015) referentes aos processos que discutem incidência do PIS e da COFINS sobre o recebimento de juros sobre capital próprio. Do total de depósitos relativos às Obrigações Legais, R\$65.788 (R\$52.541 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a processos nos quais a BM&FBOVESPA postula a não-incidência de contribuição previdenciária adicional sobre a folha de pagamento e pagamentos feitos a autônomos, bem como em relação ao questionamento sobre a legalidade da cobrança do Fator Acidentário de Prevenção.

Em razão da existência de depósitos judiciais referentes a processos de natureza tributária classificados como de perda possível, o total de contingências passivas tributárias e de obrigações legais é inferior ao total de depósitos relacionados aos processos tributários.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da BM&FBOVESPA, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.540.239 e está representado por 1.815.000.000 (1.815.000.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal dos quais, 1.787.429.549 ações ordinárias encontram-se em circulação em 31 de dezembro de 2016 (1.782.094.906 em 31 de dezembro de 2015).

A BM&FBOVESPA está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 2.500.000.000 de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

b. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada em 10 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com início em 1º de janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016. No exercício de 2016, não houve recompra de ações.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.821.444	983.274
Aquisição de ações - Programa de Recompra	26.187.400	287.030
Cancelamento de ações	(85.000.000)	(903.975)
Ações alienadas – opções de ações	(103.750)	(1.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	32.905.094	365.235
Ações alienadas – planos de ações	(5.334.643)	(59.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	27.570.451	306.022
Custo médio das ações em tesouraria (R\$ por ação)		11,100
Valor de mercado das ações em tesouraria		463.459

c. Reservas de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de obras de arte da BM&FBOVESPA e dos imóveis da controlada BVRJ em 2007, com base em laudos de avaliação firmados por peritos avaliadores independentes.

d. Reserva de capital

Refere-se substancialmente aos valores originados quando da incorporação das ações da Bovespa Holding em 2008, e a outros eventos societários permitidos pela Lei das Sociedades Anônimas, tais como (i) incorporação ao capital social, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, e (iii) eventos associados ao plano de opção de ações e plano de ações.

e. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal não está sendo constituída em função de seu valor somado ao valor das reservas de capital ultrapassar 30% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

Possuem a finalidade de compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da BM&FBOVESPA, assegurando a boa liquidação e o ressarcimento de prejuízos decorrentes da intermediação de operações realizadas em seus pregões e/ou registradas em quaisquer de seus sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e nos serviços de custódia.

Conforme disposição estatutária, o Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da reserva estatutária suficiente para o atendimento de suas finalidades, propor que parte dos valores integrantes da aludida reserva sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Outros resultados abrangentes

Possuem a finalidade de registrar os efeitos da (i) variação cambial dos investimentos no exterior, (ii) *hedge accounting* sobre investimento no exterior (Nota 12), (iii) *hedge* de fluxo de caixa (Nota 4), (iv) resultado abrangente de controladas, (v) ganho/perda atuarial com benefícios de assistência médica pós-emprego e (vi) marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda.

g. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	1.463.754	2.202.238
Dividendos	-	223.581
Juros sobre o capital próprio	<u>900.000</u>	<u>1.019.033</u>
Total deliberado no exercício	<u>900.000</u>	<u>1.242.614</u>

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio deliberados referentes ao resultado do exercício estão demonstrados no quadro a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Data de deliberação</u>	<u>Data de pagamento</u>	<u>Bruto por ação (R\$)</u>	<u>Valor Total Bruto</u>
Juros sobre capital próprio	12/05/2016	06/06/2016	0,094973	169.663
Juros sobre capital próprio	11/08/2016	06/09/2016	0,120616	215.592
Juros sobre capital próprio	11/11/2016	02/12/2016	0,082090	146.730
Juros sobre capital próprio	16/12/2016	12/01/2017	0,205891	368.015
Total proposto/deliberado referente ao exercício de 2016				<u>900.000</u>
Dividendos	14/05/2015	29/05/2015	0,124110	223.581
Juros sobre capital próprio	13/08/2015	08/09/2015	0,142749	254.392
Juros sobre capital próprio	12/11/2015	04/12/2015	0,176557	314.641
Juros sobre capital próprio	10/12/2015	29/12/2015	0,252512	450.000
Total proposto/deliberado referente ao exercício de 2015				<u>1.242.614</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h. Lucro por ação

Básico	Consolidado	
	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da BM&FBOVESPA	1.446.263	2.202.238
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação	1.786.929.084	1.791.892.507
Lucro por ação básico (em R\$)	0,809357	1,229001

Diluído	Consolidado	
	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da BM&FBOVESPA	1.446.263	2.202.238
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação ajustada pelos efeitos dos planos de ações e de opções de ações	1.799.833.802	1.805.320.403
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,803555	1,219860

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos com partes relacionadas

Descrição	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	2016	2015	2016	2015
Banco BM&FBOVESPA de Serviços de Liquidação e Custódia S.A.				
(1)				
Contas a receber	1.058	1.033	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	4.675	3.400	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	12.288	11.456
Receita com taxa	-	-	26	14
Juros sobre capital próprio	-	-	5.500	4.000
BM&F (USA) Inc. (1)				
Contas a pagar	(67)	(80)	-	-
Despesas diversas	-	-	(1.298)	(1.529)
BM&FBOVESPA (UK) Ltd. (1)				
Contas a pagar	-	(142)	-	-
Despesas diversas	-	-	(1.637)	(1.836)
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (1)				
Contas a receber	11	2	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	29	21
CME Group				
Despesas financeiras	-	-	-	(781)
Despesas com taxas	-	-	-	(1.895)
Receitas com taxas	-	-	-	66
BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados				
Contas a receber	270	196	-	-
Contas a pagar	(115)	(8.695)	-	-
Doação / Contribuição	-	-	(21.957)	(12.690)
Ressarcimento de despesas	-	-	2.602	2.721
Associação BM&F				
Contas a receber	4	6	-	-
Contas a pagar	(10)	(1)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	76	105
Despesas com cursos	-	-	(1.755)	(1.270)
Doação	-	-	-	(1.757)
Patrocínio	-	-	(1.732)	(3.200)
Outras partes relacionadas				
Contas a receber	20	10	-	-
Contas a pagar	(132)	-	-	-
Doação	-	-	(125)	(125)
Ressarcimento de despesas	-	-	194	136
Despesas diversas	-	-	(3.072)	-

(1) Empresas controladas incluídas no processo de consolidação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A BM&FBOVESPA possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da BM&FBOVESPA e de seus acionistas.

As principais transações recorrentes com partes relacionadas estão descritas a seguir e foram efetuadas nas seguintes condições:

- Os valores devidos pelo Banco BM&FBOVESPA à BM&FBOVESPA são relativos aos recursos da Companhia utilizados pelo Banco para exercício de suas atividades, devidamente relacionados em contrato firmado entre as partes.
- O contas a pagar ao CME Group refere-se à parcela remanescente relativa a aquisição de licença perpétua de uso dos módulos pertencentes ao CME Group da plataforma eletrônica de negociação multiativos PUMA Trading System, desenvolvida em parceria com o CME Group. Em setembro de 2015, o CME Group passou a ser desconsiderado como parte relacionada da BM&FBOVESPA devido a descaracterização acerca da influência significativa e conseqüentemente a descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial (Nota 7).
- A BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados - BSM possui um acordo de transferência e de recuperação de custos firmado com a BM&FBOVESPA, o qual prevê o reembolso à BM&FBOVESPA do valor pago por conta de despesas relativas à contratação de recursos e à infraestrutura, disponibilizados à BSM para auxílio na execução de suas atividades de supervisão. Tais custos são apurados mensalmente de acordo com metodologia definida em contrato firmado entre as partes e também englobam as atividades relacionadas ao Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos, uma vez que tal mecanismo é administrado pela BSM.

A BM&FBOVESPA faz contribuições com a finalidade de complementar o financiamento das atividades da BSM, bem como transferências regulares de multas por falha de liquidação financeira e entrega de ativos, realizadas para a BSM conforme estabelecido no Ofício Circular 044/2013 da BM&FBOVESPA.

- A BM&FBOVESPA paga mensalmente a BM&F (USA) Inc. e a BM&FBOVESPA (UK) Ltd. pela prestação de serviços de representação no exterior, mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores e auxiliar a prospecção de novos clientes para o mercado de capitais brasileiro.
- A Associação BM&F, Associação Bovespa, Instituto BM&FBOVESPA e Associação Profissionalizante BM&FBOVESPA reembolsam periodicamente a BM&FBOVESPA pelas despesas relativas à contratação de recursos e utilização da infraestrutura disponibilizados pela BM&FBOVESPA, para auxílio na execução de suas atividades.
- A BM&FBOVESPA paga as despesas relativas aos cursos realizados por seus colaboradores voltados ao mercado financeiro e de capitais oferecidos pelo Instituto Educacional BM&FBOVESPA, administrado pela Associação BM&F.
- As despesas diversas de outras partes relacionadas referem-se a serviços advocatícios prestados pelo escritório Barbosa Mussnich Aragão - Advogados (BMA) na operação com a Cetip. A administração entendeu que o escritório BMA é parte relacionada, pois um de seus sócios é membro do Conselho de Administração da

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BM&FBOVESPA. A contratação ocorreu dentro dos critérios estabelecidos pela política de partes relacionadas e demais situações envolvendo conflitos de interesse da BM&FBOVESPA.

Além das transações com partes relacionadas, a BM&FBOVESPA contratou, no contexto da operação com a Cetip, nos termos de sua política de partes relacionadas e demais situações envolvendo possíveis conflitos de interesse, serviços prestados por companhias que tem administradores que também são membros do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA. Os serviços foram contratados baseados em condições normais de contratação no mercado. As companhias contratadas foram o Banco J.P.Morgan S/A, Banco Bradesco BBI S/A e Itaú Unibanco S/A totalizando despesas no montante de R\$27.612.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretor de Auditoria, Diretor de Riscos Corporativo, Diretor do Banco BM&FBOVESPA e Diretora de Recursos Humanos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios a administradores		
Benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, etc.)	37.063	30.695
Remuneração baseada em ações (1)	52.135	31.127
Contraprestação cancelamento Stock Options e encargos trabalhistas e previdenciários (Nota 18)	-	35.093
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho (2)	31.483	-

(1) Refere-se às despesas apuradas no exercício relativas à remuneração baseada em ações, acrescidas de encargos trabalhistas e previdenciários, e opções de ações do pessoal-chave da Administração, despesas estas reconhecidas conforme critérios descritos na Nota 18.

(2) Refere-se a benefícios de rescisão do pessoal-chave da Administração (Plano Stock Grant).

17 Garantia das operações

A BM&FBOVESPA, atuando como contraparte central garantidora dos mercados, administra quatro câmaras de compensação e liquidação (clearings) consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as Clearings BM&FBOVESPA (antiga Clearing de Derivativos), de Câmbio, de Ativos e de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC).

Conforme Ofício Circular 046/2014 divulgado em 07 de agosto de 2014, o Banco Central do Brasil concedeu à BM&FBOVESPA autorização para o funcionamento da nova clearing de compensação e liquidação, a Clearing BM&FBOVESPA. A nova clearing faz parte do projeto Integração da Pós-Negociação (IPN) que é uma iniciativa da BM&FBOVESPA para criação da clearing de compensação integrada, a qual consolidará as atividades das quatro “clearings”.

As atividades da Clearing BM&FBOVESPA estão, nesta primeira fase do projeto, restritas às operações do mercado de derivativos financeiros e commodities e do mercado de ouro ativo financeiro, contemplando contratos de bolsa e de balcão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades desenvolvidas pelas clearings são amparadas pela Lei 10.214/01, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das clearings sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das clearings, inclusive nos casos de insolvência civil, concordata, intervenção, falência e liquidação extrajudicial.

Por intermédio de suas clearings, a BM&FBOVESPA atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futuros, termo, opções e *swaps*), de câmbio (dólar pronto), de títulos públicos federais (operações a vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos), de renda variável (operações a vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos) e de títulos privados (operações a vista e de empréstimo de títulos). Em outras palavras, ao exercer o papel de clearing, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor.

A atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de garantia das clearings, a BM&FBOVESPA pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

As clearings não apresentam exposição direta ao risco de mercado, uma vez que não possuem posições liquidamente compradas ou vendidas nos diversos contratos e ativos negociados. No entanto, o aumento da volatilidade dos preços pode afetar a magnitude dos valores a serem liquidados pelos diversos participantes do mercado, podendo também elevar a probabilidade de inadimplência de tais participantes. Além disso, conforme já destacado, as clearings são responsáveis pela liquidação das operações de participante que se torne inadimplente, o que pode resultar em perdas para a BM&FBOVESPA caso os valores devidos superem o valor das garantias disponíveis. Assim, apesar da inexistência de exposição direta ao risco de mercado, este é capaz de impactar e potencializar os riscos de crédito assumidos.

Cada clearing conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. A estrutura de salvaguardas de uma clearing representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. Os referidos sistemas e estruturas encontram-se detalhadamente descritos nos regulamentos e nos manuais das respectivas clearings, tendo sido objeto de testes e de homologação pelo Banco Central do Brasil, na forma da Resolução 2.882/01 do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.057/01 do BACEN.

As estruturas de salvaguardas das clearings baseiam-se, em larga medida, no modelo de repartição de perdas denominado *defaulter pays*, no qual o montante de garantias depositadas por cada participante deve ser capaz de absorver, com elevado grau de confiança, as potenciais perdas associadas ao seu inadimplemento. Consequentemente, o valor exigido em garantia dos participantes constitui o elemento de maior importância na nossa estrutura de gerenciamento dos potenciais riscos de mercado advindos de nossa atuação como contraparte central garantidora.

Para a maioria dos contratos e operações com ativos, o valor exigido em garantia é dimensionado para cobrir o risco de mercado do negócio, ou seja, sua volatilidade de preço, durante o horizonte de tempo esperado para a liquidação das posições de um participante inadimplente. Esse horizonte de tempo pode variar de acordo com a natureza dos contratos e ativos negociados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os modelos utilizados para o cálculo da margem de garantia baseiam-se, de uma forma geral, no conceito de teste de estresse, isto é, metodologia que busca aferir o risco de mercado considerando não somente a volatilidade histórica recente dos preços, mas também a possibilidade de surgimento de eventos inesperados que modifiquem os padrões históricos de comportamento dos preços e do mercado em geral.

Os principais parâmetros utilizados pelos modelos de cálculo de margem são os cenários de estresse, definidos pelo Comitê de Risco de Mercado para os fatores de risco que afetam os preços dos contratos e ativos negociados nos nossos sistemas. Para a definição dos cenários de estresse, o Comitê de Risco de Mercado utiliza uma combinação de análises quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa é feita com o apoio de modelos estatísticos de estimação de risco, como EVT (*extreme value theory*), estimação de volatilidades implícitas e por meio de modelos condicionais do tipo Garch (*Generalized Autoregressive Conditional Heteroskedasticity*), além de simulações históricas. A análise qualitativa, por sua vez, considera aspectos relacionados à conjuntura econômica e política, nacional e internacional, e seus possíveis impactos sobre os mercados administrados pela BM&FBOVESPA.

Em 05 de março de 2014, conforme Ofício Circular 003/2014 da BM&FBOVESPA, entraram em vigor novas versões dos normativos das Clearings da BM&FBOVESPA, visando adequação às regras internacionais para requerimento de capital sob o Acordo de Basileia III por instituições financeiras com exposição a risco de crédito de câmaras de compensação e liquidação. Essas alterações foram aprovadas pelo Banco Central em janeiro de 2014.

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. As garantias depositadas em moeda, no montante de R\$1.653.835 (R\$1.338.010 em 31 de dezembro de 2015), são registradas contabilmente no passivo em Garantias Recebidas em Operações e as demais garantias, no montante de R\$264.899.075 (R\$303.824.243 em 31 de dezembro de 2015) são controladas gerencialmente. Em 31 de dezembro de 2016 o total das garantias depositadas pelos participantes é de R\$266.552.910 (R\$305.162.253 em 31 de dezembro de 2015), composto, por clearing, conforme segue:

a. Garantias depositadas pelos participantes

2016

	Clearing BM&FBOVESPA	Clearing de ações e renda fixa privada (CBLC)	Clearing de Câmbio	Clearing de Ativos
Títulos Públicos Federais	160.398.544	46.358.618	6.191.501	100.196
Cartas de Fiança	1.695.568	559.700	-	-
Ações	5.036.052	37.200.918	-	-
Títulos Internacionais (1)	-	5.557.198	-	-
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.168.940	344.193	-	-
Garantias depositadas em moeda	1.352.920	137.760	162.955	-
Ouro	8.557	4.942	-	-
Outros	44.646	229.702	-	-
Total	169.705.227	90.393.031	6.354.456	100.196

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2015

	Clearing BM&FBOVESPA	Clearing de ações e renda fixa privada (CBLC)	Clearing de Câmbio	Clearing de Ativos
Títulos Públicos Federais	216.955.868	37.116.275	8.644.122	280.222
Cartas de Fiança	3.552.464	397.000	-	-
Ações	3.458.610	27.241.604	-	-
Títulos Internacionais (1)	-	4.151.480	-	-
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.394.602	277.305	-	-
Garantias depositadas em moeda	1.027.657	134.437	175.716	-
Ouro	12.012	3.162	-	-
Outros	176.345	163.372	-	-
Total	226.577.558	69.484.635	8.819.838	280.222

(1) Títulos dos governos norte-americano e alemão, bem como ADRs (*American Depositary Receipt*).

b. Outros mecanismos de salvaguarda

i) Clearing BM&FBOVESPA

- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do membro de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes.
- Garantia Mínima Não Operacional, formada por recursos aportados por detentores de direito de liquidação na Clearing BM&FBOVESPA (membros de compensação) e detentores de direito de negociação irrestrito, com a finalidade exclusiva de garantir as operações. A Garantia Mínima Não Operacional apresenta a posição a seguir:

Composição	2016	2015
Títulos Públicos Federais	707.468	730.429
Cartas de Fiança	82.930	72.200
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	2.391	2.700
Valores depositados	792.789	805.329
Valores requeridos dos participantes	582.000	600.000
Valor excedente ao mínimo requerido	210.789	205.329

- Fundo de Liquidação, formado por garantias aportadas pelos Membros de Compensação da Clearing e recursos da BM&FBOVESPA. O Fundo de Liquidação apresenta a posição a seguir:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição	2016	2015
Títulos Públicos Federais	961.722	851.458
Cartas de Fiança	26.200	18.000
Valores depositados	987.922	869.458
Valores requeridos dos participantes	296.000	308.000
Valor requerido da BM&FBOVESPA (1)	296.000	308.000
Valor excedente ao mínimo requerido	395.922	253.458

(1) Composto por Títulos Públicos Federais.

- Patrimônio especial com valor de R\$65.681 (R\$57.526 em 31 de dezembro de 2015), para atendimento do disposto no Artigo 5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto no Artigo 19 da Circular 3.057 do BACEN, de 31 de agosto de 2001.

ii) Clearing de ações e renda fixa privada (CBLC)

- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do membro de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes.
- Fundo de Liquidação, formado por garantias aportadas pelos Membros de Compensação e recursos da BM&FBOVESPA, destinados a garantir a boa liquidação das operações.

Composição	2016	2015
Títulos Públicos Federais	991.383	893.423
Valores depositados	991.383	893.423
Valores requeridos dos participantes	296.400	298.900
Valor requerido da BM&FBOVESPA (1)	296.400	298.900
Valor excedente ao mínimo requerido	398.583	295.623

(1) Composto por Títulos Públicos Federais.

- Patrimônio especial com valor de R\$70.208 (R\$61.494 em 31 de dezembro de 2015), para atendimento do disposto no Artigo 5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto no Artigo 19 da Circular 3.057 do BACEN, de 31 de agosto de 2001.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) *Clearing de Câmbio*

- Fundo de Liquidação de Operações de Câmbio, anteriormente denominado Fundo de Participação, formado por garantias aportadas pelos participantes da Clearing de Câmbio e recursos da BM&FBOVESPA, destinados a garantir a boa liquidação das operações.

Composição	2016	2015
Títulos Públicos Federais	543.479	364.804
Garantias depositadas em moeda	200	200
Valores depositados	<u>543.679</u>	<u>365.004</u>
Valores requeridos dos participantes	108.900	105.650
Valor requerido da BM&FBOVESPA (1)	<u>108.900</u>	<u>105.650</u>
Valor excedente ao mínimo requerido	<u>325.879</u>	<u>153.704</u>

(1) Composto por Títulos Públicos Federais.

- Patrimônio especial com valor de R\$65.781 (R\$57.619 em 31 de dezembro de 2015), para atendimento do disposto no Artigo 5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto no Artigo 19 da Circular 3.057 do BACEN, de 31 de agosto de 2001.

iv) *Clearing de Ativos*

- Fundo Operacional da Clearing de Ativos, com valor de R\$40.000 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, com a finalidade de manter recursos da BM&FBOVESPA para cobrir prejuízos decorrentes de falhas operacionais ou administrativas dos participantes.
- Patrimônio especial com valor de R\$46.249 (R\$40.507 em 31 de dezembro de 2015), para atendimento do disposto no Artigo 5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto no Artigo 19 da Circular 3.057 do BACEN, de 31 de agosto de 2001.

18 Benefícios a empregados

a. *Stock options – Incentivo de Longo Prazo*

Conforme o Comunicado ao Mercado de 04 de fevereiro de 2015, a BM&FBOVESPA decidiu oferecer a beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da BM&FBOVESPA a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já haviam cumprido o prazo de carência (opções *vested*) e ações de emissão da BM&FBOVESPA a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não haviam cumprido tal prazo (opções *não-vested*).

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Praticamente todos os beneficiários escolheram ter suas opções canceladas, e as ações recebidas em contrapartida ao cancelamento das opções *não-vested* foram vinculadas ao Plano de Concessão de Ações aprovado pela BM&FBOVESPA em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014.

A BM&FBOVESPA considera que o modelo de incentivo de longo prazo resultante atenderá de forma mais eficiente os objetivos de alinhamento de interesses dos beneficiários com a BM&FBOVESPA e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como o objetivo de retenção de pessoal-chave.

Os valores conferidos em dinheiro e em ações pelo cancelamento das opções foram apurados com base no valor justo das opções em 05 de janeiro de 2015, procedimento previsto no Pronunciamento CPC 10 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 650/10, sendo que os resultados desses cálculos foram objeto de trabalho de asseguaração limitada realizado por consultoria externa especializada.

A parcela de opções *vested* cancelada resultou em pagamento em dinheiro equivalente ao valor justo de tais opções. Já a parcela de opções *não-vested* canceladas resultou na concessão de uma quantidade de ações de emissão da BM&FBOVESPA calculada com base no valor justo das opções *não-vested* em 05 de janeiro de 2015 e no preço de fechamento da ação na mesma data (R\$9,22).

Programas	Qtd. de opções em aberto (dez/14)	Valor Justo (R\$)	Opções <i>vested</i> convertidas		Opções <i>não vested</i> convertidas	
			Qtd. de opções ¹	Valor justo total (R\$)	Qtd. de opções	Qtd. de ações
2008	178.412	4,48	173.412	776.886	-	-
2009	621.780	3,72	581.780	2.164.222	-	-
2010	7.183.875	1,94	6.498.875	12.607.818	-	-
2011	6.484.900	3,37	3.971.275	13.383.197	2.257.375	825.138
2012	7.728.386	3,45	3.391.618	11.701.082	4.228.018	1.582.170
2013	9.755.809	4,09	2.414.578	9.875.624	7.243.731	3.213.606
2011 adicionais	2.113.241	4,90	1.025.300	5.023.970	1.025.280	544.906
2012 adicionais	1.936.513	4,34	-	-	1.919.785	903.694
2013 adicionais	2.971.880	4,87	-	-	2.971.880	1.569.771
Total²	38.974.796		18.056.838	55.532.798	19.646.069	8.639.285

¹ Não inclui 1.259.389 opções outorgadas no passado a funcionários que recentemente foram desligados pela BM&FBOVESPA, as quais tinham condições de prazo e portanto valores justos distintos dos descritos acima. Destas opções, 837.389 foram canceladas, resultando pagamento em dinheiro de R\$665 e 422.000 não foram convertidas, visto que não houve adesão dos funcionários desligados. O valor total de pagamento em dinheiro foi R\$56.198.

² 12,5 mil opções não foram convertidas, visto que não houve adesão dos beneficiários.

As ações concedidas em substituição às opções *não-vested* canceladas estão sujeitas às mesmas regras em caso de desligamento, invalidez, morte e aposentadoria. Além disso, essas ações têm prazos de transferência iguais aos prazos de carência que haviam sido estabelecidos em cada programa de opções e ser transferidas aos beneficiários em janeiro de cada ano: 3.139.275 em 2016, 3.192.082 em 2017, 1.523.046 em 2018 e 784.882 em 2019.

As diretrizes e condições que levaram ao cancelamento das opções, bem como ao pagamento em dinheiro e em ações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA em reunião realizada em 24 de

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2014, sendo que todos os atos necessários à sua implementação foram convalidados pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2015.

A BM&FBOVESPA reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$267 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$276 em 31 de dezembro de 2015), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

A BM&FBOVESPA firmou compromissos com os beneficiários, para o fim de mantê-los indenados com relação a eventuais passivos potenciais relacionados aos Planos de Opção. Em 31 de dezembro de 2016 os passivos potenciais conhecidos correspondem ao valor de R\$27.017 (R\$24.300 em 31 de dezembro de 2015).

Efeitos decorrentes do exercício de opções

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor recebido pelo exercício de opções	-	897
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	-	(1.094)
Efeito na alienação de ações	-	(197)

Modelo de precificação

As principais premissas consideradas na precificação das opções estão descritas abaixo:

- as opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes Programas de Opção;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção; e
- como prazo de vencimento das opções foi considerado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas em cada Programa de Opção.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

b. Stock Grant – Incentivo de Longo Prazo

Em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014 o Plano de Ações, que substituiu o mecanismo de outorga de opções de compra de ações do Plano de Opção como instrumento de incentivo de longo prazo.

A concessão no âmbito do Plano de Ações tem como condições o atingimento de metas pelos beneficiários e a avaliação individual de desempenho e potencial. As concessões de ações referentes a um determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. As ações serão transferidas aos beneficiários observados os prazos de carência estabelecidos nos Programas de Ações e as condições previamente estabelecidas em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano de Ações delega poderes ao Conselho de Administração para aprovar as concessões de ações e administrá-las, por meio de Programas de Concessão de Ações, os quais devem definir, entre outras condições específicas: (i) os respectivos beneficiários; (ii) o número total de ações da BM&FBOVESPA objeto de concessão; (iii) critérios para eleição dos beneficiários e determinação do número de ações a serem atribuídas; (iv) a divisão das ações em lotes; (v) períodos de carência para realização da transferência das ações; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelos beneficiários; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

Para cada Programa de Ações, deverá ser respeitado um prazo total mínimo de 3 (três) anos entre a data de concessão das ações daquele Programa e a última data de transferência de ações concedidas para o mesmo Programa. Ademais, deverá ser respeitado um prazo de carência mínimo de 12 (doze) meses entre: (i) a data de concessão de um Programa e a primeira data de transferência de qualquer lote de ações daquele Programa, e (ii) entre cada uma das datas de transferência de lotes de ações daquele Programa, após a primeira transferência.

O Plano de Ações prevê, ainda, um mecanismo específico de concessão de ações para os membros do Conselho de Administração, por meio do qual: (i) são elegíveis para serem beneficiários da concessão ao Conselho os membros do Conselho de Administração a partir da data da Assembleia Geral que os elege para o cargo, ou outro prazo que a Assembleia Geral venha a fixar; (ii) os beneficiários membros do Conselho de Administração poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 172.700 ações de emissão da BM&FBOVESPA, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as concessões aos membros do Conselho de Administração serão feitas em lote único nas mesmas datas em que houver a aprovação dos Programas para a concessão de ações aos demais beneficiários; (iv) as ações objeto dos contratos de beneficiários membros do Conselho de Administração serão transferidas após 2 anos, a contar do término de cada mandato como membro do Conselho de Administração no qual houve a celebração do Contrato.

A BM&FBOVESPA reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Ações no montante de R\$86.159 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$40.050 em 31 de dezembro de 2015), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido, com base no valor justo da ação na data de concessão dos planos. A BM&FBOVESPA reconheceu também como despesas de pessoal os encargos no montante de R\$54.865 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$26.442 em 31 de dezembro de 2015), calculados com base no valor justo da ação na data base de 31 de dezembro de 2016.

A BM&FBOVESPA registra as despesas em relação às ações do Programa de Stock Grant que foram concedidas em substituição as opções *não-vested* do Plano de Opções de compra de ações, pelo mesmo valor justo das opções anteriormente outorgadas, em conformidade com o CPC 10 (R1)/IFRS 2.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Stock Grant – Quadro resumo/Movimentação

Programa	Data de conversão/co- necessão	Carência até	Quantidade de Ações em 31/12/2015	Novos programas	Transferidas no exercício findo em 31/12/2016	Canceladas no exercício findo em 31/12/2016	Contratos de Ações em aberto em 31/12/2016	Valor justo das ações na data de outorga (R\$ por ação)	Percentual de diluição (1)
Stock Grant - Opções Convertidas	05/01/2015	05/01/2016	2.599.703	-	(2.599.703)	-	-	9,22	0,00%
	05/01/2015	05/01/2017	1.804.267	-	(141.506)	(10.867)	1.651.894	9,22	0,09%
	05/01/2015	05/01/2018	1.041.252	-	(79.296)	(6.656)	955.300	9,22	0,05%
			5.445.222	-	(2.820.505)	(17.523)	2.607.194		
Stock Grant - Opções Convertidas Adicionais	05/01/2015	05/01/2016	451.850	-	(451.850)	-	-	9,22	0,00%
	05/01/2015	05/01/2017	1.325.998	-	(121.708)	(2.594)	1.201.696	9,22	0,07%
	05/01/2015	05/01/2018	451.844	-	(38.374)	-	413.470	9,22	0,02%
	05/01/2015	07/01/2019	784.882	-	(65.704)	-	719.178	9,22	0,04%
			3.014.574	-	(677.636)	(2.594)	2.334.344		
Stock Grant - Programa 2014	02/01/2015	04/01/2016	923.974	-	(923.974)	-	-	9,50	0,00%
	02/01/2015	02/01/2017	923.962	-	(61.579)	(12.632)	849.751	9,50	0,05%
	02/01/2015	02/01/2018	882.903	-	(61.579)	(12.632)	808.692	9,50	0,05%
	02/01/2015	02/01/2019	882.897	-	(61.579)	(12.632)	808.686	9,50	0,05%
			3.613.736	-	(1.108.711)	(37.896)	2.467.129		
Stock Grant - Programa Adicional 2014	02/01/2015	04/01/2016	384.968	-	(384.968)	-	-	9,50	0,00%
	02/01/2015	02/01/2017	376.495	-	(35.809)	-	340.686	9,50	0,02%
	02/01/2015	02/01/2018	376.482	-	(35.809)	-	340.673	9,50	0,02%
			1.137.945	-	(456.586)	-	681.359		
Stock Grant - Outorga CA 2014	02/01/2015	30/04/2017	172.692	-	-	-	172.692	9,50	0,01%
			172.692	-	-	-	172.692		
Stock Grant - Programa 2015	08/01/2016	13/01/2017	-	844.371	(55.609)	(2.852)	785.910	10,52	0,04%
	08/01/2016	15/01/2018	-	844.348	(55.608)	(2.852)	785.888	10,52	0,04%
	08/01/2016	14/01/2019	-	844.306	(55.608)	(2.851)	785.847	10,52	0,04%
	08/01/2016	13/01/2020	-	844.285	(55.608)	(2.851)	785.826	10,52	0,04%
			-	3.377.310	(222.433)	(11.406)	3.143.471		
Stock Grant - Programa Adicional 2015	08/01/2016	13/01/2017	-	280.891	(21.257)	-	259.634	10,52	0,01%
	08/01/2016	15/01/2018	-	280.891	(21.257)	-	259.634	10,52	0,01%
	08/01/2016	14/01/2019	-	280.881	(21.257)	-	259.624	10,52	0,01%
			-	842.663	(63.771)	-	778.892		
Stock Grant - Outorga CA 2015	08/01/2016	30/04/2019	-	172.697	-	-	172.697	10,52	0,01%
			-	172.697	-	-	172.697		
Programas de Stock Grant			13.384.169	4.392.670	(5.349.642)	(69.419)	12.357.778		0,69%

(1) A quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2016 é 1.787.429.549.

Efeitos decorrentes de transferência de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o custo das ações transferidas relativas às outorgas do Plano de Ações foi de R\$59.213.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modelo de precificação

Stock Grant

Para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de concessão.

c. Previdência complementar

O Fundo de Pensão Multipatrocinado das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (Mercaprev) é estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo como uma das patrocinadoras a BM&FBOVESPA, com participação voluntária aberta a todos os funcionários.

d. Assistência médica pós-emprego

A BM&FBOVESPA mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de colaboradores e ex-colaboradores. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo atuarial referente a esse plano é de R\$21.080 (R\$26.122 em 31 de dezembro de 2015), calculado considerando as seguintes premissas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de desconto	5,7% a.a.	7,3% a.a.
Inflação econômica	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Inflação médica	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

Expectativa média de vida em anos de um pensionista que se aposenta aos 65 anos:

Aposentadoria na data do balanço (65 anos)	20 anos
Aposentadoria em 25 anos (40 anos hoje)	20 anos

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
No início do exercício	26.122	28.371
Custo do serviço corrente	25	33
Custo do serviço passado (1)	(17.038)	288
Custo do juros	3.234	3.202
Benefício pago pelo plano	(1.298)	(1.076)
Efeito da alteração de premissas demográficas	3.483	-
Efeito da alteração de premissas financeiras	7.117	(4.038)
Efeito da experiência do plano	(565)	(658)
No final do exercício	21.080	26.122

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão apresentados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo do serviço corrente	25	33
Juros sobre a obrigação de benefício definido	3.234	3.202
Custo do serviço passado (1)	<u>(17.038)</u>	<u>288</u>
Total incluído no resultado do exercício	<u>(13.779)</u>	<u>3.523</u>

(1) Efeito decorrente de alterações procedidas no desenho do plano da BM&FBOVESPA e redefinição dos valores dos prêmios pagos pelos empregados.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado abrangente estão apresentados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Efeito da alteração de premissas demográficas	3.483	-
Efeito da alteração de premissas financeiras	7.117	(4.038)
Efeito da experiência do plano	(565)	(658)
Efeitos tributários	<u>(3.412)</u>	<u>1.597</u>
Total no resultado abrangente, líquido de impostos	<u>6.623</u>	<u>(3.099)</u>

A sensibilidade do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	<u>Aumento de 0,5%</u>	<u>Redução de 0,5%</u>
Taxa de desconto	19.664	(22.651)
Inflação médica	22.637	(19.666)
	<u>Expectativa de vida + 1</u>	<u>Expectativa de vida - 1</u>
Tábua de mortalidade	22.123	(20.069)

A BM&FBOVESPA é a responsável por selecionar as políticas contábeis, métodos e premissas do plano e é a única responsável por alterações necessárias a essas regras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Movimentação

Os saldos e as movimentações de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	BM&FBOVESPA e Consolidado			
	(Débito)crédito		(Débito)crédito	
	2015	na demonstração do resultado	no resultado abrangente	2016
Ativo diferido				
Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	24.487	81.995	-	106.482
Constituição sobre prejuízo fiscal e base negativa	30.581	38.411	-	68.992
Variação cambial sobre emissão de dívida no exterior (1)	445.562	-	(445.562)	-
Marcação a mercado CME	69.243	-	(69.243)	-
Variação cambial - Ações no exterior	-	-	14.022	14.022
Marcação a mercado	-	138.013	-	138.013
Outras diferenças temporárias	62.123	27.258	-	89.381
Passivo diferido				
Amortização fiscal de ágio (2)	(2.834.715)	(541.159)	-	(3.375.874)
Marcação a mercado - Ações no exterior	(374)	-	(1.124)	(1.498)
Variação cambial - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(755)	-	755	-
Variação cambial - Ações no exterior	(455.872)	-	450.006	(5.866)
Descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial - CME	(589.862)	589.862	-	-
Outras diferenças temporárias	(22.694)	9.505	3.412	(9.777)
Diferido líquido	(3.272.276)	343.885	(47.734)	(2.976.125)

(1) A baixa do saldo do ativo fiscal diferido correspondente à variação cambial sobre emissão de dívida no exterior decorre dos efeitos, em 2016, da alteração do regime de reconhecimento das variações cambiais para fins tributários de caixa para competência a ser declarada em 2017, o qual gerou outros impactos de menor relevância.

(2) Passivo diferido de imposto de renda e contribuição social decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

b. Período estimado de realização

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido (incluindo o prejuízo fiscal de R\$68.992) é de R\$53.058 até um ano e R\$363.832 acima de um ano e para o passivo diferido a expectativa de realização é acima de um ano. Em 31 de dezembro de 2016 o valor presente do ativo fiscal diferido, levando em conta a expectativa de realização é de R\$223.311.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis,

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da BM&FBOVESPA e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da BM&FBOVESPA.

Para fins fiscais, o saldo do ágio dedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.565.336 (R\$3.156.980 em 31 de dezembro de 2015).

A realização do passivo fiscal diferido ocorrerá à medida que a diferença entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil for revertida, isto é, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado.

c. *Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social*

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados nos resultados da controladora e consolidado apresentam a reconciliação a seguir em seus valores à alíquota nominal:

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.239.467	2.800.221	1.246.570	2.807.222
Imposto de renda e contribuição social antes das adições e exclusões, calculados à taxa nominal de 34%	(421.419)	(952.075)	(423.834)	(954.455)
Adições:	319.966	(44.119)	317.490	(41.774)
Plano de opções de ações e plano de ações	(347)	(94)	(347)	(94)
Despesas não dedutíveis - permanentes	1.741	(14.056)	(735)	(11.711)
Dividendos recebidos no exterior	(13.876)	(29.860)	(13.876)	(29.860)
IR impairment - CME (nota 4 (c))	(144.674)	-	(144.674)	-
Constituição de crédito fiscal diferido (nota 4 (c))	(49.951)	-	(49.951)	-
Reversão de imposto diferido	527.077	-	527.077	-
Resultado no exterior	(4)	(109)	(4)	(109)
Exclusões:	308.411	398.541	306.000	392.795
Equivalência patrimonial	2.411	52.070	-	46.324
Juros sobre capital próprio	306.000	346.471	306.000	346.471
Outros	(162)	(330)	(162)	(330)
Imposto de renda e contribuição social	206.796	(597.983)	199.494	(603.764)
Alíquota efetiva	-16,68%	21,35%	-16,00%	21,51%

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Tributos a compensar e recuperar

Os tributos a compensar e recuperar estão demonstrados como segue:

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRRF - Aplicações financeiras - Exercício atual	146.828	66.010	146.828	66.010
Saldo negativo IRPJ/CSLL - Exercícios anteriores	22.749	39.987	22.749	39.987
Impostos no exterior à compensar	(2.352)	61.131	(2.352)	61.131
PIS/Cofins à compensar	1.541	1.618	1.541	1.619
Tributos diversos	10.787	6.261	10.928	6.264
Total	179.553	175.007	179.694	175.011

20 Receitas

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Sistema de negociação, compensação e liquidação - BM&F	1.050.423	1.074.546	1.050.397	1.074.531
Derivativos	1.030.072	1.053.513	1.030.072	1.053.513
Câmbio	20.351	20.909	20.325	20.894
Ativos	-	124	-	124
Sistema de negociação, compensação e liquidação - Bovespa	977.848	903.016	977.848	903.016
Negociação - emolumentos de pregão	156.613	146.645	156.613	146.645
Transações - compensação e liquidação	802.558	734.866	802.558	734.866
Outras	18.677	21.505	18.677	21.505
Outras receitas	500.715	435.041	548.181	481.300
Empréstimos de valores mobiliários	103.975	103.203	103.975	103.203
Listagem de valores mobiliários	52.935	50.058	52.935	50.058
Depositária, custódia e back-office	177.706	130.829	177.706	130.829
Acesso dos participantes de negociação	36.186	39.493	36.186	39.493
Vendors - cotações e informações de mercado	101.563	98.434	101.563	98.434
Banco - Intermediação financeira e tarifas bancárias	-	-	39.804	35.161
Outras	28.350	13.024	36.012	24.122
Deduções	(252.575)	(239.137)	(255.645)	(242.213)
PIS e Cofins	(218.015)	(208.062)	(220.500)	(210.591)
Impostos sobre serviços	(34.560)	(31.075)	(35.145)	(31.622)
Receitas	2.276.411	2.173.466	2.320.781	2.216.634

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Despesas diversas

Descrição	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contribuições e donativos	25.017	23.415	25.137	23.513
Despesas com provisões diversas (1)	241.875	15.575	250.880	15.624
Energia elétrica, água e esgoto	18.073	18.437	18.430	18.677
Viagens	4.204	4.387	4.530	4.732
Despesas com entidades no exterior	2.936	3.365	-	10
Locações	2.338	3.367	2.629	3.647
Materiais de consumo	907	700	933	767
Seguros	980	883	981	884
Gastos com condução e transportes	832	1.029	845	1.044
Projeto descontinuado - ativo intangível	-	6.463	-	6.463
Programa incentivo mercado a vista	7.617	5.834	7.619	5.834
Outras	4.397	3.013	4.522	3.262
Total	309.176	86.468	316.506	84.457

- (1) Referem-se substancialmente a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para honorários de sucesso advocatícios (Nota 14) e provisões para perdas em contas a receber.

22 Resultado financeiro

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receita de ativos financeiros mensurados ao valor justo	1.075.078	466.232	1.082.054	471.552
Variação cambial	72.324	91.943	72.324	91.942
Outras receitas financeiras	24.093	21.469	24.140	21.513
Dividendos sobre ações exterior (1)	40.811	174.769	40.811	174.769
(-)PIS e Cofins sobre receitas financeiras (2)	(51.751)	(13.947)	(52.029)	(14.069)
	1.160.555	740.466	1.167.300	745.707
Despesas financeiras				
Juros da dívida no exterior	(134.002)	(138.064)	(134.002)	(138.064)
Variações cambiais	(55.249)	(85.915)	(55.249)	(85.916)
Hedge de valor justo	(181.039)	-	(181.039)	-
Marcação a mercado NDF's	(8.779)	-	(8.779)	-
Juros captação - Debêntures	(17.610)	-	(17.610)	-
Juros captação - Empréstimos	(481)	-	(481)	-
Outras despesas financeiras	(44.247)	(11.383)	(45.356)	(12.931)
	(441.407)	(235.362)	(442.516)	(236.911)
Alienação das ações do CME Group (nota 4 (c))	(572.800)	-	(572.800)	-
Resultado financeiro	146.348	505.104	151.984	508.796

- (1) Com a descaracterização acerca da influência significativa e consequentemente a descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial sobre o CME Group (Nota 7), os dividendos recebidos passaram a ser registrados no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) A partir de julho de 2015, conforme decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, que restabeleceu as alíquotas da contribuição para o PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referentes contribuições.

23 Informações sobre segmentos de negócios

Apresentamos as informações consolidadas com base nos relatórios utilizados para tomadas de decisões da Diretoria Executiva, sendo os segmentos divididos em Bovespa, BM&F, Produtos Corporativos e Institucionais. Devido à natureza das operações, a Diretoria Executiva não se utiliza de informações sobre ativos e passivos por segmento para a tomada de decisões.

Segmento BM&F

O Segmento BM&F abrange as principais etapas dos ciclos de negociação e liquidação de títulos e contratos: (i) sistemas de negociação em ambientes de pregão eletrônico e pregão via internet (WebTrading); (ii) sistemas de registro, compensação e liquidação de operações, integrados a sistema de gerenciamento de risco destinado a assegurar a boa liquidação das operações registradas; e (iii) sistemas de custódia de títulos do agronegócio, de ouro e de outros ativos.

Além disso, esse segmento abrange a negociação de mercadorias, de câmbio pronto, de ativos da dívida pública, dos serviços prestados pelo Banco BM&FBOVESPA.

Segmento Bovespa

O Segmento Bovespa compreende as etapas dos ciclos de negociação de títulos e valores mobiliários, de renda variável e renda fixa, nos mercados de bolsa e Mercado de Balcão Organizado (MBO). A BM&FBOVESPA administra os mercados de bolsa e MBO nacionais para a negociação de valores mobiliários de renda variável, os quais incluem ações, recibos de ações, certificados de depósito sobre ações de empresas brasileiras ou estrangeiras (BDR - *Brazilian Depository Receipts*), derivativos sobre ações, bônus de subscrição, cotas de diferentes tipos de fundos de investimentos fechado, cotas representativas de certificados de investimento audiovisual, opções não padronizadas (*warrants*) de compra e de venda sobre valores mobiliários, e outros títulos e valores mobiliários autorizados pela CVM.

Produtos Corporativos e Institucionais

Referem-se principalmente aos serviços prestados como depositária dos valores mobiliários, bem como empréstimos dos valores mobiliários e listagem de valores mobiliários (registro de emissores de títulos e valores mobiliários para negociação em nossos sistemas), sinais de informações, serviços de classificação de commodities e fornecimento de produtos tecnológicos.

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016			
	Consolidado			
	Segmento	Segmento	Produtos	
	BM&F	Bovespa	Corporativos e	Total
			Institucionais	
Sistema de negociação, compensação e liquidação	1.050.397	977.848	548.181	2.576.426
Deduções	(104.255)	(100.847)	(50.543)	(255.645)
Receita	946.142	877.001	497.638	2.320.781
Despesa operacional ajustada	(200.799)	(222.946)	(229.388)	(653.133)
Depreciação e amortização	(36.636)	(40.014)	(21.670)	(98.320)
<i>Stock Options e Stock Grant</i>	(45.754)	(45.419)	(54.044)	(145.217)
PCLD e outras provisões	(102.946)	(90.329)	(66.664)	(259.939)
Repasse de multas	-	-	(3.957)	(3.957)
Operação com a Cetip	-	-	(65.629)	(65.629)
Despesa total	(386.135)	(398.708)	(441.352)	(1.226.195)
Resultado	560.007	478.293	56.286	1.094.586
Resultado financeiro				151.984
Imposto de renda e contribuição social				199.494
Lucro líquido do exercício	560.007	478.293	56.286	1.446.064

	2015			
	Consolidado			
	Segmento	Segmento	Produtos	
	BM&F	Bovespa	Corporativos e	Total
			Institucionais	
Sistema de negociação, compensação e liquidação	1.074.531	903.016	481.300	2.458.847
Deduções	(105.263)	(92.098)	(44.852)	(242.213)
Receita	969.268	810.918	436.448	2.216.634
Despesa operacional ajustada	(212.209)	(204.355)	(197.785)	(614.349)
Depreciação e amortização	(45.030)	(40.860)	(24.967)	(110.857)
<i>Stock Options e Stock Grant</i>	(35.123)	(31.961)	(31.898)	(98.982)
PCLD e outras provisões	(7.959)	(10.356)	(2.662)	(20.977)
Repasse de multas	-	-	(5.491)	(5.491)
Despesa total	(300.321)	(287.532)	(262.803)	(850.656)
Resultado	668.947	523.386	173.645	1.365.978
Equivalência patrimonial				136.245
Redução ao valor recuperável de ativos				(1.662.681)
Descontinuidade do uso do método de equivalência patrimonial				1.734.889
Resultado de alienação de investimentos com coligadas				723.995
Resultado financeiro				508.796
Imposto de renda e contribuição social				(603.764)
Lucro líquido do exercício	668.947	523.386	173.645	2.203.458

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Outras informações

- a. A BM&FBOVESPA busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2016, as principais coberturas contratadas apresentam os montantes de limite máximo de indenização a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo da Apólice	Limite máximo de indenização
Valores em risco, danos materiais, prédios e equipamentos	223.810
Responsabilidade civil	309.000
Obras de arte	16.133

- b. A Associação Profissionalizante BM&FBOVESPA – APBM&FBOVESPA é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver atividades educacionais, de assistência social e de incentivo ao esporte, estas últimas por meio da manutenção do projeto Clube de Atletismo BM&FBOVESPA e da concessão de patrocínios a atletas (atividades estas incorporadas por associação específica, denominada Clube de Atletismo BM&FBOVESPA, em julho de 2013). A APBM&FBOVESPA é mantida pelo Instituto BM&FBOVESPA, associação civil sem fins lucrativos que, por sua vez, possui a BM&FBOVESPA como associado fundador.

A APBM&FBOVESPA figura como ré em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, classificados como probabilidade de perda possível, que, em sua maioria, referem-se a questionamentos da Receita Federal do Brasil sobre contribuições previdenciárias supostamente devidas por essa associação em razão de pagamentos realizados a terceiros e aos patrocínios pagos aos atletas integrantes do Clube de Atletismo BM&FBOVESPA. Caso o desfecho desses processos seja desfavorável para a APBM&FBOVESPA, a BM&FBOVESPA poderá vir a desembolsar recursos para garantir a manutenção das atividades da APBM&FBOVESPA. O valor envolvido nas referidas ações em 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.518 (R\$18.912 em 31 de dezembro de 2015).

25 Eventos subsequentes

Conforme divulgado em comunicado ao mercado de 26 de janeiro de 2017, a BM&FBOVESPA adquiriu participação acionária de 8,59% da Bolsa de Valores de Lima - BVL, em um investimento de aproximadamente R\$49 milhões.

* * *

Relatório do Comitê de Auditoria

Informações iniciais

O Comitê de Auditoria da BM&FBOVESPA S.A. é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração. É composto por dois conselheiros e mais quatro membros, um deles o Especialista Financeiro, todos independentes, indicados a cada dois anos pelos conselheiros, que levam em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis e as melhores práticas internacionais.

Atribuições e responsabilidades

A Administração da BM&FBOVESPA S.A. (doravante também referida como BM&FBOVESPA) é responsável pela definição e pela implementação de processos e procedimentos visando coletar dados para preparo das demonstrações financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração é, também, responsável pelos processos, pelas políticas e pelos procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Companhia.

A Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo é responsável por supervisionar os respectivos ambientes dessas três áreas da Companhia. Adicionalmente, tem como responsabilidade prover informações que subsidiam a atuação do Comitê de Auditoria e do Comitê de Risco e Financeiro da BM&FBOVESPA.

A auditoria interna tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da BM&FBOVESPA e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras com vistas a emitir opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, bem como outros relatórios como os das revisões especiais trimestrais.

As funções do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno (disponível no site bmfbovespa.com.br/ri, na aba Relações com Investidores, Governança Corporativa em Estatutos, Códigos e Políticas) que contempla os deveres definidos na Instrução CVM 509/11.

O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da Administração, as representações feitas pela Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, e os resultados dos trabalhos da Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo, dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes.

Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se em nove sessões ordinárias e três sessões extraordinárias, nas quais foram realizadas 95 reuniões com os membros da diretoria, auditores internos e independentes, e outros interlocutores. O Coordenador do Comitê encaminha um sumário das pautas e as principais conclusões das reuniões ao Conselho de Administração.

Reuniões com o Banco Central do Brasil (BCB)

Durante os trabalhos de inspeção do BCB na Companhia em 2016, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a liderança da equipe de fiscalizadores, tendo discutido principalmente: questões de governança corporativa; controles e procedimentos de tecnologia da informação; controles internos sobre riscos corporativos; e forma de atuação do Comitê de Auditoria.

Reuniões com a Diretoria

O Comitê reuniu-se com o Ombudsman e com os diretores e suas respectivas equipes para discutir as estruturas, o funcionamento das respectivas áreas, seus processos de trabalho, eventuais deficiências nos sistemas de controles e planos de melhorias.

Dentre as matérias que demandaram mais atenção do Comitê, destacam-se:

- **TI e Segurança da Informação** – Durante o ano de 2016, o Comitê de Auditoria continuou a acompanhar prioritariamente o progresso nos processos e controles de Tecnologia da Informação e os planos de ação de longo e médio prazo.

Em reunião com o Diretor Executivo de Tecnologia e Segurança da Informação e sua equipe, foram discutidas questões relativas aos processos de segurança da informação, em especial as ações relacionadas à *cyber security*. Com a Diretoria de Auditoria, o Comitê discutiu questões referentes a Controles Gerais de Tecnologia da Informação, incluindo os aspectos de segurança. Tais discussões envolveram também a Diretoria de Controles Internos, Compliance e Riscos Corporativos.

O Comitê foi informado sobre os resultados dos testes de continuidade de negócios realizados durante o ano de 2016 e acompanhados pela auditoria interna.

O Comitê também acompanhou o Projeto de Integração da Pós-Negociação (IPN), que migrará os mercados de ações e renda fixa corporativa para uma nova infraestrutura, na qual esses mercados serão integrados com os de derivativos financeiros, de commodities e de balcão.

- **Gestão Financeira e Relatórios** – Com a Diretoria Executiva Financeira, Corporativa e de Relações com Investidores e os auditores independentes e, quando aplicável, com os consultores externos especializados, foram igualmente discutidos aspectos voltados à avaliação do ágio na Bovespa Holding e ao investimento no CME Group, particularmente o tratamento contábil em virtude da venda de investimento da BM&FBOVESPA nessa empresa.

- **Contingências** – Foram analisados e discutidos com a Diretoria Jurídica, com a participação da Diretoria Financeira, dos Auditores Independentes e de advogados externos responsáveis, os principais processos administrativos e judiciais e os respectivos julgamentos exercidos em relação às probabilidades de êxito.
- **Lei Anticorrupção** – Com a Diretoria Jurídica e com a Diretoria de Controles Internos, Compliance e Risco Corporativo, foram discutidos os aspectos relacionados à Lei Anticorrupção, principalmente os procedimentos implementados.
- **Recursos Humanos** – Com a Diretoria de Recursos Humanos, foram discutidos assuntos relacionados à remuneração e aos benefícios da Administração.

Controles Internos e Riscos Corporativos

O Comitê avaliou o tratamento da conformidade com leis, normas e regulamentos (*compliance*) locais e continuará monitorando o desenvolvimento das atividades de *compliance* internacional ao longo de 2017 até que as fases de levantamento de dados e implementação estejam concluídas.

O Comitê apreciou o Relatório de Riscos Corporativos que atende aos requerimentos da Instrução CVM 461/07 e o Relatório de Controles Internos preparado nos moldes do art. 3º da Resolução CMN 2.554/97.

Com periodicidade regular, o Comitê recebe um resumo das comunicações encaminhadas pelas Agências Reguladoras e pelo Poder Judiciário, relativas a questões que estejam no escopo do Comitê, e avalia o tratamento conferido a tais comunicações. Em conjunto com a Diretoria Jurídica, o Coordenador do Comitê sintetiza as principais comunicações recebidas nas reuniões do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, com o apoio da Auditoria Interna, tomou conhecimento das políticas e dos procedimentos sobre prevenção à lavagem de dinheiro, operações com partes relacionadas, uso dos ativos da companhia por seus administradores e despesas incorridas pelos administradores em nome da companhia, não tendo sido observadas inadequações.

O Comitê de Auditoria é de opinião que os procedimentos voltados para aumento da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados.

Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes (Ernst & Young – EY) para obter informações sobre a política de manutenção da independência na execução dos trabalhos e decidir sobre a inexistência de conflitos de interesse em outros trabalhos, que não os de Auditoria das demonstrações financeiras, a eles solicitados eventualmente pela Diretoria

Executiva. Foram, ademais, discutidos: a análise de risco de auditoria efetuada pela EY, o planejamento dos trabalhos visando estabelecer a natureza, a época e a extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, os possíveis pontos de atenção identificados e como seriam auditados. Adicionalmente, foram discutidos os resultados das auditorias efetuadas pela EY no tema Risco de Contraparte Central e TI. Particularmente em relação às Demonstrações Financeiras de 31/12/2016, e em decorrência de alteração nas normas aplicáveis, foram abordados os “Principais Assuntos de Auditoria”, tópico que passou a ser incluído no Relatório dos Auditores Independentes.

Ao término dos trabalhos de cada revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) ao longo de 2016, foram discutidas as principais conclusões dos auditores. No início dos trabalhos preliminares e finais da auditoria de 31/12/2016, foram rediscutidas, em reuniões específicas, as áreas de risco de auditoria, os procedimentos respectivos e as principais conclusões.

Todos os pontos considerados relevantes foram abordados, com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle.

Em janeiro de 2017, o Comitê procedeu à avaliação formal da auditoria independente, tendo considerado adequados a qualidade e o volume das informações prestadas, e apresentou sugestões de melhoria em alguns aspectos identificados e discutidos com os auditores.

Não foram identificadas situações que pudessem prejudicar a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria faz a supervisão técnica da Auditoria Interna. Em 2016, aprovou o Plano Anual de Auditoria Interna e seus remanejamentos e fez acompanhamento periódico de sua execução. Os relatórios de auditoria foram apresentados e discutidos com o Comitê, que considera satisfatórios o escopo, a metodologia e os resultados dos trabalhos realizados.

O Comitê de Auditoria mantém acompanhamento dos Planos de Ação decorrentes dos pontos de auditoria levantados em todas as áreas auditadas.

Em janeiro de 2017, o Comitê procedeu à avaliação formal da auditoria interna, com conclusão satisfatória para todos os itens avaliados.

Recomendações do Comitê de Auditoria

Durante o ano de 2016, os Planos de Ação resultantes de recomendações de anos anteriores foram implementados adequadamente, com o devido acompanhamento do Comitê de Auditoria.

Conclusão

O Comitê de Auditoria julga que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31/12/2016, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

Nelson Carvalho – Coordenador do Comitê, Especialista Financeiro e Representante do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.

Laércio José de Lucena Cosentino – Representante do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.

Luciana Pires Dias

Paulo Roberto Simões da Cunha

Pedro Oliva Marcilio de Sousa

Tereza Grossi